

### PREGÃO ELETRÔNICO № 326/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO № 25.871/2024 EDITAL I

**OBJETO:** Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de palco, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez, por igual período, conforme condições estabelecidas nesse instrumento convocatório e nos seguintes anexos:

Anexo I – Modelo de Proposta de Preços.

Anexo II — **Declaração Unificada**, englobado o Termo de inexistência de fato impeditivo; a Declaração de cumprimento dos requisitos; a Declaração relativa à Proposta Econômica, em conformidade com o Art. 63, § 1º da Lei Federal nº 14.133/21; a Declaração Relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; a Declaração relativa à reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para Aprendiz; a Declaração que não possui servidor público municipal no quadro societário da empresa; e a Declaração de responsável para assinatura do Contrato, ou pelo recebimento da Autorização de Fornecimento.

Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Anexo IV - Minuta de Contrato.

Anexo IV-a - documentos que devem acompanhar nota fiscal.

Anexo V – Compromisso de assinatura do Termo de Ciência e Notificação.

Anexo VI – Estudo Técnico Preliminar.

Anexo VII - Mapa de Riscos.

Anexo VIII – Termo de Referência/Calendario Oficial de Eventos.

#### RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANCES:

18/10/2024 às 08h30	INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ( <u>www.comprasbr.com.br</u> )
05/11/2024 às 08h29	FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ( <u>www.comprasbr.com.br</u> )
05/11/2024 às 08h30	ABERTURA DA SESSÃO ( <u>www.comprasbr.com.br</u> )
Tão logo encerrada a abertura e avaliação das propostas.	ABERTURA E DISPUTA DE LANCES ( <u>www.comprasbr.com.br</u> )

LOCAL DOS EVENTOS SUPRA: <u>www.comprasbr.com.br</u> "Acesso Identificado no link – licitações públicas". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

### **PREÂMBULO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ, com Sede a Avenida Tiradentes, 520 – Taubaté/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 45.176.005/0001-08, através do Prefeito José Antonio Saud Junior, torna público que realizará em sessão pública, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, <u>TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM - REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO que será regido pela Lei nº 14.133 de 01/04/2021, e seus atos regulamentadores pela Lei Complementar Federal 123/06; alterada pelas Leis Complementares 147/14 e 155/16, em suas redações atuais e subsidiaramente, pelo Decreto Municipal nº 15.058/21, alterado pelo</u>



Decreto Municipal 15.081/21 e demais normas pertinente a, pelo Decreto Municipal 15.447/22(https://taubate.sp.gov.br/anexos/decretos/2022/15447%20REGULAMENTA%20LEI%20FEDERAL%20 14133%20LICITA%C3%87OES%20E%20CONTRATOS%20.pdf), pelo Decreto Municipal 15.523/23, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e suas alterações, pela legislação complementar e em conformidade com os termos e condições do presente **EDITAL**, com as seguintes características:

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Licitação Exclusiva ME/EPP? Não

Amostras? Não

Catálogo/Ficha Ténica? Não

Modo de Disputa: Aberto

Valor de Referência: Conforme item 1.3 do Edital

Critério de Julgamento: Menor Preço por item

Regime De Execução: Empreitada por Preço Unitário

Previsão Orçamentária: Ata de Registro de Preços

### 1. DO OBJETO

- 1.1 A presente licitação tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de palco, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez, por igual período, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, que integra este Edital.
  - 1.2 Legislação. A presente Licitação será regida pela Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.
- 1.3 Valor referencial. O valor total para a execução do objeto desse certame é de R\$ 1.257.213,32 (um milhão duzentos e cinquenta e sete mil duzentos e treze reais e trinta e dois centavos).
- 1.4 Se constatada divergência de sequência entre os itens dispostos no edital e aos daplataforma, prevalecerão os constantes na plataforma.
- 1.5 O licitante deverá se atentar à disposição dos itens constantes na plataforma eletrônica, sendo obrigatória a leitura de cada item para fins de inserção das propostas, não sendo aceitas quaisquer alegações futuras por falta de atenção.
- 1.6 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
  - 1.7 Desconsiderar a coluna "MARCA" no Anexo I Modelo de Proposta de Preços.

# 2. DA FORMULAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS.

- 2.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 2.2 A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema ComprasBR no endereço eletrônico <a href="https://comprasbr.com.br/">https://comprasbr.com.br/</a>.



- 2.3 Caberá ao(a) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 2.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.
- 2.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema ComprasBR no endereço eletrônico <a href="https://comprasbr.com.br/">https://comprasbr.com.br/</a>.
  - 2.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 2.7 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO:

- 3.1 Poderão participar desta licitação as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e que estiverem previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pela plataforma Compras BR, por meio do sítio <a href="https://comprasbr.com.br/">https://comprasbr.com.br/</a>.
- 3.2 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente: Todas as licitantes que se encontrem nas condições de impedimento previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.
  - 3.2.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.2.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.2.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.2.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.2.4.1 O impedimento de que trata o item acima, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.2.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.2.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.2.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 3.2.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;
  - 3.2.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição;



3.2.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

### 3.3 DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

- 3.3.1 Para este certame, será permitida a participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio, em consonância com o Art. 15 da Lei Federal 14.133/21, com no máximo 03 (três) empresas participantes, visando o aumento da competitividade, viabilizando desta forma a união dos esforços entre as empresas que, sozinhas, não teriam condições de executar, satisfatoriamente, o presente objeto.
- 3.3.2 A participação de empresas em consórcio deverá atender a legislação aplicável, assim como as seguintes condições:
- 3.3.3 É vedada a participação de empresa consorciada nesta licitação através de mais de um consórcio ou isoladamente.
- 3.3.4 Para a participação sob forma de consórcio, deverá ser apresentado o respectivo ato constitutivo ou compromisso formal de sua constituição, por instrumento público ou particular, subscrito pelas consorciadas. Neste documento devem constar, com clareza e precisão, os compromissos destas empresas entre si, em relação ao objeto da licitação e em relação ao prazo de duração da contratação.
- 3.3.4.1 O instrumento de compromisso público ou particular de constituição do consórcio deverá, obrigatoriamente, ser subscrito pelos consorciados, sob pena de inabilitação, bem como assinalar as respectivas proporções (percentual) de participação das empresas consorciadas e:
- a) Indicar o líder e conferir-lhe amplos poderes para representar as consorciadas, ativa e passivamente, em todos os atos necessários durante o processo licitatório;
- b) Estipular que a empresa líder do consórcio representará, com exclusividade, as demais empresas consorciadas no decorrer da licitação, responsabilizando-se sob os aspectos técnicos e administrativos, podendo, inclusive, assumir obrigações pelas demais, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas;
- c) As empresas consorciadas serão responsáveis solidariamente pelos atos praticados em consórcio durante fase de licitação e também durante a execução do respectivo contrato, nesta última hipótese em regime de solidariedade com a empresa Concessionária a ser constituída pelos membros do consórcio.
  - 3.3.4.2 São condições de liderança da empresa responsável pelo consórcio:
  - a) Ser empresa nacional;
- b)Ter poderes expressos para receber citações, intimações e responder administrativa ou judicialmente pelas demais consorciadas; e,
- c)Ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contratos e praticar todos os atos necessários, visando à perfeita execução de seu objeto.
- 3.3.5 Cada empresa participante terá que apresentar, individualmente, toda a documentação de habilitação definida por esse Edital e seus Anexos.
- 3.3.5.1 Para efeito de habilitação técnica, com relação à comprovação da qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, será admitida a somatória dos quantitativos de cada consorciado.
- 3.3.5.2 Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado, sendo que para o atendimento ao montante mínimo exigido no capital social



mínimo, quando for o caso, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento). O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

- 3.3.6 O Licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio.
- 3.3.7 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio, no processo licitatório que originou o contrato.

### 3.4 DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

- 3.4.1 Estão impedidos de participar do presente certame as empresas que se apresentarem sob a forma de cooperativa para intermediação de mão de obra.
- 3.4.2 Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:
- 3.4.2.1 A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
- 3.4.2.2 A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação com regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- 3.4.2.3 Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas. O objeto deve ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados;
- 3.4.2.4 A participação de cooperativa cujo estatuto e objeto social preveja ou esteja de acordo com o objeto deste edital;
- 3.5 A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 3.6 A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- 3.7 As empresas interessadas em participar da presente Licitação deverão obter cópia do edital através de download gratuito no site <a href="https://taubate.sp.gov.br/">https://taubate.sp.gov.br/</a> ou <a href="https://taubate.sp.gov.br/">https://comprasbr.com.br/</a>. As empresas que efetuarem o download dos editais disponíveis e que estejam interessadas em participar das licitações deverão, obrigatoriamente, acompanhar as possíveis alterações ocorridas no Edital, bem como esclarecimentos a eventuais dúvidas e questionamentos realizados, nos sites acima mencionados.

### 4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 Os interessados em participar deste certame deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela plataforma ComprasBR, por meio do sítio https://comprasbr.com.br/.
- 4.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (ComprasBR), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 4.3 Os interessados em se credenciar na plataforma Compras BR poderão obter maiores informações na página https://comprasbr.com.br/, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos da Plataforma ou pelo e-mail contato@comprasbr.com.br.



- 4.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.5 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Taubaté SP responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 O credenciamento junto à plataforma Compras BR implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.
- 4.7 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso
- 4.8 A licitação será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) do Município de Taubaté SP, com apoio técnico e operacional da plataforma Compras BR, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

### 5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.1 Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico <a href="https://comprasbr.com.br/">https://comprasbr.com.br/</a> e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrarse-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.1.1 A Prefeitura Municipal de Taubaté não se responsabilizará por impossibilidade de inclusão, alteração ou exclusão de propostas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
- 5.2 A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.3 O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 5.4 Valor unitário e total, em moeda corrente nacional com 02 (duas) casas após a vírgula;
- 5.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.
- 5.6 No(s) preço(s) cotado(s) deverão estar embutidos todos os custos diretos e indiretos, despesas indiretas (BDI), transportes, carga e descarga, seguro, impostos, taxas, multas, emolumentos legais, custos de mobilização de equipamentos e pessoas, além de transporte, estada e alimentação da equipe de trabalho, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, seguro de qualquer espécie, licenças, documentos e despesas, tributos inclusive ICMS ou ISSQN se houver incidência, encargos e incidências diretos e indiretos, que possam vir a gravá-los e lucro, sendo de inteira responsabilidade da empresa proponente a quitação destes, que em momento algum e sob nenhuma alegação, inclusive falta de previsão oficial, poderão ser transferidos à Prefeitura Municipal de Taubaté, a responsabilidade de seus pagamentos, quitação ou outras quaisquer decorrentes.
- 5.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.



- 5.8 Concordância com execução, de acordo com as necessidades da Prefeitura, conforme Termo de Referência, após a emissão da Autorização de Fornecimento ou da Assinatura do Contrato, sendo que eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados via Sistema 1DOC, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificados pela CONTRATADA, para serem submetidos à apreciação da unidade gestora, à qual será a responsável e competente para analisar, avaliar e decidir fundamentadamente sobre o acolhimento ou não dos argumentos apresentados pela CONTRATADA.
- 5.9 Os pedidos de prorrogações deverão estar acompanhados de documentos que comprovem que a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido se deu por:
- 5.9.1 Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- 5.9.2 Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro contemporâneo à sua ocorrência.
- 5.9.3 Na análise da documentação apresentada, poderá a unidade gestora do contrato ou documento equivalente solicitar novos documentos, se necessário, e/ou diligenciar junto à sites ou outros meios.
- 5.9.4 Pedidos de prorrogação de prazo apresentados após o vencimento do prazo de entrega ou que não estiverem acompanhados de documentos solicitados acima serão indeferidos de plano.
- 5.9.5 A apresentação de um pedido de prorrogação do prazo de entrega, por si só, não suspende nem interrompe a contagem do prazo contratual.
- 5.10 Cronograma de pagamento, observado a ordem cronológica, considerada a partir do recebimento das respectivas Notas Fiscais, devidamente instruída e apta para liquidação e pagamento, cumpridas às obrigações contratuais e nos termos da proposta apresentada. O pagamento obedecerá aos seguintes prazos, exceto os pagamentos decorrentes de cumprimento de ordens judiciais, parcerias celebradas com o Terceiro Setor, consignações em pagamento, recolhimento de encargos e tributos, bem como os recursos repassados pela Municipalidade para cumprimento de planos de trabalho previamente estabelecidos pelo Poder Público.

Recebimento do 1º ao 10º dia do mês, pagamento dia 20\*.

Recebimento do dia 11º ao 20º dia do mês, pagamento no último dia útil do mês\*.

Recebimento do 21º ao final de cada mês, pagamento no dia 10 do mês seguinte\*.

\*Após o adimplemento da obrigação contratada, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração.

- 5.10.1 Salientamos ainda, caso uma das datas acima indicadas caia em finais de semana ou feriados em que não haja expediente bancário, ficam os pagamentos adiados para o dia útil seguinte.
  - 5.11 Garantia: conforme Termo de Referência.
- 5.12 As propostas sem data serão consideradas como emitidas na data limite para entrega dos documentos / proposta.
- 5.12.1 As propostas assinadas por procuração deverão vir acompanhadas do respectivo instrumento, caso o mesmo ainda não tenha sido apresentado neste pregão eletrônico.
- 5.13 Em caso de incompatibilidade do valor especificado na proposta, entre o valor numérico e o escrito por extenso, prevalecerá o valor do segundo.
- 5.14 Serão corrigidos automaticamente quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, prevalecendo o unitário.
- 5.15 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 5.16 Informamos que o quantitativo presente na coluna "qtd." do Anexo I Modelo de Proposta de Preços, representa a quantidade máxima de cada item que poderá vir a ser adquirida.



- 5.17 Neste certame não será possível ofertar proposta com quantitativo inferior ao máximo previsto.
- 5.18 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste edital ou da legislação em vigor.
- 5.19 A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo a empresa pleitear acréscimos. Da mesma forma, o preço apresentado deverá incluir todos os benefícios e despesas indiretos, os quais serão assim considerados. No caso de erros aritméticos, serão considerados pelo(a) Pregoeiro(a), para fins de seleção e contratação, os valores retificados.
- 5.20 O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as Declarações online, que porventura, vierem a ser fornecidas pelo Sistema.
- 5.21 As declarações exigidas neste edital deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente aos documentos de habilitação.
- 5.22 Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas na lei 14.133/21, conforme Art. 155, inciso VIII.

### 6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 6.1 A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do(a) Pregoeiro(a), por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 6.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.3 O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas neste Edital.
- 6.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.5 A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo.
  - 6.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, que participarão da fase de lances.
- 6.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.8 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.9 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.10 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Compras BR).
  - 6.11 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
  - 6.12 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo



sistema.

- 6.13 Fica estabelecida a diferença mínima entre lances de 0,5% (meio por cento).
- 6.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes do certame, publicada via chat do ComprasBR, https://comprasbr.com.br/, quando ocorrerá a nova data e hora para a sua reabertura.

### DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 7.1 Após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta melhor classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
- 7.1.1 A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste certame;
- 7.1.2 Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 7.1.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;
- 7.1.4 A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 e posteriores alterações.

### 8. DA NEGOCIAÇÃO

- 8.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida a melhor proposta.
- 8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 8.3 Neste momento serão aceitos o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, em consonância com o Art. 82, inciso VII da Lei Federal nº 14.133/21.
  - 8.3.1 O fornecedor ou prestador de serviço interessado, deverá se manifestar via chat,



diretamente ao(a) Pregoeiro(a), para que o mesmo possa adotar as ações necessárias.

### 9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 9.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 9.2 O(A) Pregoeiro(a) convocará, quando for o caso, o licitante que não apresentou marca ou utilizou o termo "própria" no campo MARCA, para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado e com a marca de fato, num prazo máximo de 01 (uma) hora após a convocação, por meio da plataforma do Compras BR, sob pena de desclassificação se assim não o fizer.
- 9.3 O prazo acima poderá ser prorrogado, a critério do(a) Pregoeiro(a), desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.
- 9.4 A proposta deverá preferencialmente ser encaminhada, após o término da etapa de lances, e deverá conter:
- 9.4.1 Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);
- 9.4.2 O preço unitário e total para cada item cotado, especificados no Anexo I deste Edital, bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas, BDI e demais despesas decorrentes da execução do objeto, quando for o caso;
- 9.4.3 A descrição do item cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Anexo I deste Edital;
- 9.4.4 Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;
- 9.4.5 Dados do Responsável pela assinatura do Contrato ou pelo recebimento da Autorização de Fornecimento, como: Nome completo; RG; CPF; E-mail e Cargo desempenhado na empresa.
  - 9.4.6 Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.
- 9.5 O não envio da proposta atualizada quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a) devido a não indicação ou registro de marca "propria", por meio eletrônico com todos os requisitos elencados acima, ou descumprimento das diligências determinadas pelo(a) Pregoeiro(a) acarretará a desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.
- 9.6 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao prazo e especificações do serviço ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.
- 9.7 Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto.
- 9.8 A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o(a) Pregoeiro(a), após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ou igual ao preço máximo fixado.
- 9.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.
- 9.10 O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Edital, a fim de esclarecer alguma dúvida, não esclarecida anteriormente em sessão, findo o prazo de 02 (duas) horas estabelecido no item 9.2.



- 9.11 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.12 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.13 As propostas oferecidas serão tidas como válidas por 90 (noventa) dias, contados da data de envio para a plataforma, prazo no qual a empresa proponente se comprometerá a mantê-la, em sua integralidade.
- 9.14 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

### 10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1 Frente ao exposto no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência constatou-se que a Capacidade Operacional da empresa que se propuser a executar o presente objeto é primordial para o atendimento satisfatório de cada etapa do processo, sendo imprescindível, além da Regularidade Fiscal e Trabalhista, a demonstração da sua Capacidade Técnica Operacional, englobando sua experiência passada na execução de objetos compatíveis. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que o impeça de participar deste certame ou da futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 10.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);
- 10.1.2 Relação de Apenados, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo TCE-SP (<a href="https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados">https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados</a>);
  - 10.1.3 A consulta aos cadastros será realizada pelo CNPJ da empresa licitante.
- 10.1.4 Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.
- 10.2 Os documentos de habilitação deverão ser originais ou apresentados por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada, mecânica ou eletronicamente (preferencialmente por este último), ou acompanhada de Declaração de Autenticidade por Advogado, sob sua responsabilidade pessoal, salvo os documentos emitidos por meio eletrônico, cuja autenticidade poderá ser verificada na rede mundial de computadores (internet), quando possível.
- 10.3 Todas as certidões deverão estar com seus prazos de validade aptos na data de apresentação, sendo que será confirmada a validade e autenticidade das mesmas, quando possível.
- 10.3.1 O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 10.3.2 No caso acima, a verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 10.4 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 10.4.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 10.4.2 Para sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
  - 10.5 Todas as certidões, declarações ou documentos equivalentes expedidos sem prazo de validade



serão considerados válidos, desde que expedidos a no máximo 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data designada para a abertura da sessão pública.

- 10.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por este órgão, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 10.7 No caso das microempresas e empresas de pequeno porte, face ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo regularizá-las no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 10.8 A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultada a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 10.9 Se a empresa licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.10 Caso o licitante pretenda que outro estabelecimento seu (matriz ou filial), execute o futuro Contrato, deverá apresentar toda documentação da habilitação (exigida nesta cláusula) de ambos os estabelecimentos.
- 10.11 PARA FINS DE HABILITAÇÃO, AS LICITANTES **DEVERÃO** ENCAMINHAR VIA PLATAFORMA DO COMPRASBR, PREFERENCIALMENTE, APÓS O TÉRMINO DA ETAPA DE LANCES, OS SEGUINTES DOCUMENTOS:
- 10.11.1 Caso a Licitante opte por anexar toda a Documentação de Habilitação concomitantemente ao cadastro da proposta na plataforma, não haverá nenhum prejuízo à mesma. O(A) Pregoeiro(a) concederá ainda o prazo de 01 (uma) hora, após o término da etapa de Lances, para que a mesma insira a proposta atualizada, caso não apresente marca ou tenha indicado marca "própria" junto ao registro da proposta na plataforma e revise toda a Documentação inserida, e caso seja constatado alguma falha ou ausência pela Licitante, poderá ser inserido novo documento, desde que dentro do prazo estipulado.
- 10.11.2 Caso a Licitante comunique via Chat que concluiu a inserção dos Documentos, o prazo de 01 (uma) hora será findado, e o(a) Pregoeiro(a) iniciará a análise dos mesmo, sendo veda a inserção de novos documentos a partir desde momento, salvo os casos previstos no item 10.4 do Edital.

### 10.12 Habilitação jurídica (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/2021):

- 10.12.1 Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como:
  - 10.12.2 Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 10.12.3 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 10.12.4 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 10.12.5 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

AVENIDA TIRADENTES, 520-CEP 12030-180 - TELEFONE-PABX (0XX12) 3625.5000 - TELEFONE (0XX12) 3625.5010/5011



### 10.13 Qualificação Técnica (Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021)

- 10.13.1 Capacidade técnico-operacional, em nome da licitante fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório(s) do desempenho de atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto desta licitação.
- 10.13.2 Os atestados de capacidade técnica emitidos em nome de consórcio do qual a licitante tenha feito parte sem que haja a identificação das atividades desempenhadas individualmente por cada consorciado serão avaliados na forma prevista no artigo 67, § 10 e § 11, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.13.3 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, a qual será atendida por atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 10.13.4 Registro ou inscrição na entidade profissional competente, ou seja, certidão de registro da empresa no CREA, (Certidão de Registro de Pessoa Juridica), conforme Resolução 266/79, ou CAU, conforme Lei Federal 12.378/10 se for o caso, com validade na data limite para apresentação dos envelopes, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais.
- 10.13.4.1 A empresa, que não for sediada no Estado de São Paulo, deverá apresentar, Certificado de Registro do CREA com visto do CREA/SP, em vigor.
- 10.13.5 Comprovação de que a licitante possui, em seu quadro permanente na data prevista para a entrega da proposta, profissional(s) de nível superior, devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica (devidamente registrado na entidade competente), para execução de ser comprovado através da Certidão de Registro Profissional e Quitação e detentor de Certificado de Acervo Técnico.
- 10.13.5.1 A comprovação de possuir em seu quadro permanente profissional (is) exigida será feita, em se tratando de sócio ou proprietário da empresa, por intermédio da apresentação do registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Contrato de Prestação de Serviços.
- 10.13.6 Frente ao exposto no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, constatou-se que a Capacidade Operacional e Econômica da empresa que se propuser a executar o presente objeto é primordial para o atendimento satisfatório de cada etapa do processo, sendo imprescindível, além da Regularidade Fiscal e Trabalhista, a demonstração da sua Capacidade Técnica Operacional, englobando sua experiência passada na execução de objetos compatíveis.

### 10.14 Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021):

- 10.14.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 10.14.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.14.3 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Divida Ativa da União;
- 10.14.4 Prova de Regularidade de débito com a Fazenda Estadual (certidão negativa de débitos inscritos na divida ativa, apenas ICMS) da sede ou domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;
- 10.14.5 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal referente a tributos mobiliários, compatível como objeto contratual;
- 10.14.6 Certidão de Regularidade do FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecida pela Caixa Econômica Federal;



10.14.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa;

### 10.15 Declarações:

10.15.1 **Declaração Unificada**, englobado o Termo de inexistência de fato impeditivo; a Declaração de cumprimento dos requisitos; a Declaração relativa à Proposta Econômica, em conformidade com o Art. 63, § 1º da Lei Federal nº 14.133/21; a Declaração Relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; a Declaração relativa à reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para Aprendiz; a Declaração que não possui servidor público municipal no quadro societário da empresa; e a Declaração de responsável para assinatura do Contrato, ou pelo recebimento da Autorização de Fornecimento;

10.15.2 Termo de Ciência e Notificação (Facultativo).

10.15.3 Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas na lei 14.133/21, conforme Art. 155, inciso VIII.

### 10.16 Qualificação econômico-financeira (Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021):

10.16.1 Certidão Negativa de feitos sobre Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante:

10.16.1.1 Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada acima deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.

10.16.1.2 Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

- 10.17 Havendo dúvida sobre a veracidade de algum documento, será exigida a apresentação dos originais, não digitais.
- 10.18 Caso a Licitante melhor classificada, não tenha anexado previamente a Documentação de Habilitação, conforme item 10.11.1, o(a) Pregoeiro(a) convocará, após o término da Etapa de Lances, esta Licitante Vencedora, para enviar digitalmente por meio da plataforma do ComprasBR, toda a Documentação de Habilitação, bem como a proposta atualizada, caso a mesma não tenha apresentado a marca ou tenha indicado marca "própria" na proposta registrada na plataforma, em conformidade com o último lance ofertado e com a marca de fato, num prazo máximo de 01 (uma) hora após a convocação, sob pena de inabilitação se assim não o fizer.
- 10.18.1 O prazo acima poderá ser prorrogado, a critério do(a) Pregoeiro(a), desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.
- 10.19 Frente ao exposto no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, constatou-se que a Qualificação Econômico-Financeira é primordial para o atendimento satisfatório de cada etapa do processo, sendo imprescindível já que sua finalidade é garantir que a futura Contratada consiga executar o presente objeto de maneira satisfatória, de modo a se evitar possíveis prejuízos aos cofres públicos e ao Município de Taubaté, além de evitar possíveis retrabalhos causados por uma contratação deficitária.

### 11. DO RECURSO

11.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante cada fase da sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 10 (dez) minutos.



- 11.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado a prosseguir o certame e declarar a vencedora.
- 11.3 Diante da manifestação da intenção de recurso o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.4 Recebida a intenção de interpor recurso pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.
- 11.5 As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema do Compras BR.
- 11.6 Caberá ao(a) Pregoeiro(a) receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões ou, fazê-lo subir, devidamente informado à autoridade superior ao(a) Pregoeiro(a), com competência para decidir recursos, para a decisão final.
  - 11.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
  - 11.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 11.9 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

### 12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1 O objeto deste certame será adjudicado ao vencedor por ato da autoridade competente.
- 12.2 Após a fase recursal (se houver), constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### 13. DAS CONDIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1 Para atendimento ao objeto desse certame licitatório será firmada Ata de Registro de Preços com a(s) empresa(s) vencedora(s), em conformidade com a minuta apresentada na forma de Anexo III, sendo os adjudicatários chamados via 1Doc a celebrá-la em até quatro dias úteis, contados do recebimento do chamamento, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 14.133/21.
  - 13.2 A adjudicatária se obriga a apresentar, no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 13.2.1 Comprobatória de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), bem como da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), se referidos documentos apresentados por ocasião deste certame licitatório já estiverem vencidos.
- 13.2.1.1 Excepcionalmente, e com vistas a agilizar o processo, tais providências poderão ser tomadas pela Administração, via Internet, sendo a adjudicatária notificada da impossibilidade de obtenção das atualizações por meio eletrônico.
- 13.3 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão, nesta oportunidade, comprovar que eventuais restrições de suas regularidades fiscais já foram superadas, com a apresentação dos documentos até então incompletos e/ou vencidos.
  - 13.4 Fica reservado o direito de a Administração verificar, antes da assinatura da Ata, do Contrato ou



documento equivalente, se o adjudicatário incorre em penalidades nos termos da Lei 14.133/21 as quais obstarão sua celebração.

- 13.5 Por ocasião da assinatura da avença decorrente deste certame licitatório exigirá a comprovação de poderes do subscritor da Ata de Registro de Preços para assinar em nome da contratada, se tal já não constar dos autos ou do credenciamento.
- 13.6 Conforme consta no item 8.3 deste Edital, fica formalizado o Cadastro Reserva dos licitante(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade da Ata de Registro de Preços, havendo revogação ou rescisão da mesma, e seguindo a ordem de classificação final no certame, por objeto, nos termos fixados no Art. 82, Inc. VII, e § 5º, Inc. VI, da Lei Federal 14.133/2021.
- 13.6.1 A formação de cadastro reserva vincula o(s) licitante(s) ao(s) preço(s) da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ordem de classificação.
- 13.6.2 A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.
- 13.6.3 Caberá ao(a) Pregoeiro(a) responsável pela condução do certame realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.
- 13.6.4 Havendo alteração da titularidade do registro com base no Cadastro Reserva, deverá a Ata de Registro de Preços ser republicada para fins de eficácia.

### 13.7 Rotinas de Controle:

- 13.7.1 Em atendimento à Seção V da Lei Federal 14.133/21, Art. 82, § 5º, inciso III, a administração deve desenvolver, obrigatoriamente, uma rotina de controle das Atas de Registro de Preços.
- 13.7.2 Informamos que em todas as Atas de Registro de Preços, é indicado um Fiscal e/ou Gestor, que será responsável pelas rotinas de controle dessas atas, como:
  - Controle dos saldos;
  - Vigência da ata;
  - Controle sobre o Cadastro Reserva, os quais, quando houver, serão registrados na Ata de Registro de Preços, em sintonia com o Art. 82, § 5º, inciso VI;
  - Controle das Solicitações de Consumos de Ata;
  - Controle sobre as entregas, seus locais e seus prazos;
  - Controle sobre o recebimento do objeto;
  - Controle sobre as liquidações de Notas Fiscais;
  - Controle das obrigações de ambas as partes;
  - Controle sobre eventuais solicitações de troca de marca e de prorrogação do prazo de entrega;
  - Controle sobre eventuais notificações e eventuais sanções, entre outros.
- 13.7.3 Tais controles são realizados através do acompanhamento diário das atividades relacionadas, com auxílio de planilhas de controle e dos diversos Departamentos relacionados, como Departamento de Compras, Contabilidade, Tesouraria, Auditoria Interna, Procuradoria Administrativa, Departamento de Materiais, entre outros.
- 13.8 Caso não haja manifestação nos termo do item 8.3.1 deste Edital, e caso a licitante vencedora se recuse em, assinar a Ata de Registro de Preços ou não retirar a Nota de Empenho ou documento equivalente, reserva-se à Prefeitura Municipal de Taubaté o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, facultada a negociação para obtenção das mesmas condições já negociadas com o primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, ou anular a licitação, independente das sanções previstas, para a licitante vencedora recalcitrante, neste Edital.



- 13.9 Até a assinatura da Ata de Registro de Preços, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Prefeitura Municipal de Taubaté tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento, nos termos da Lei de Licitações.
- 13.10 Ocorrendo a desclassificação da proposta da licitante vencedora por fato referido no item anterior, e caso não haja outros fornecedores ou prestadores de serviços registrados na Ata, a Prefeitura Municipal de Taubaté poderá convocar as licitantes remanescentes observando o disposto no item 13.6, 13.7 e 13.8 supra.
- 13.11 Em sintonia com o inc. VI do Art. 82 da Lei Federal 14.133/21, a Administração poderá rever os preços registrados na existência de razão superveniente, devidamente comprovada, imprevisível ou até mesmo previsível, mas de consequências incalculáveis, que demonstre a impraticabilidade do preço registrado, seja para cima, seja para baixo.
- 13.12 Fica vedada a participação deste órgão ou desta Unidade Requisitante em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto, no prazo de validade desta, salvo na ocorrência de ata cujo quantitativo requisitado seja superior ao máximo previsto neste edital.

#### 14. DAS PENALIDADES

- 14.1 As sanções dispostas poderão ser aplicadas às empresas licitantes e à CONTRATADA, conforme o caso, em conformidade com os Arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.2 Os licitantes ou a CONTRATADA será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
  - I Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - III Dar causa à inexecução total do contrato;
  - IV Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - V Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- VI Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - VII Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - IX Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - X Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - XI Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - XII Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.2.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.
- 14.3 Serão aplicadas, conforme o caso, ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:



- I Advertência:
- II Multa:
- III Impedimento de licitar e contratar;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.4 Na aplicação das sanções serão considerados:
- I A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II As peculiaridades do caso concreto;
- III As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.5 A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 14.6 As Multas, não poderão ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 14.2.
- 14.6.1 Sem prejuízo das demais infrações administrativas previstas no item 14.2, a não observância das cláusulas contratuais sujeitará, cumulativamente, a CONTRATADA às seguintes multas:
- 14.6.1.1 5% (cinco por cento) do valor do contrato reajustado, por desatendimento de qualquer cláusula contratual.
- 14.6.1.2 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total do contrato reajustado, por dia de atraso na entrega ou na execução do objeto.
- 14.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 14.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 14.2, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 14.7, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 14.9 A aplicação das Sanções somente ocorrerá depois de assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.
- 14.10 Até a decisão final transitada em julgado, nenhum numerário apurado referente à sanção será retida, sendo que após, o montante da multa poderá, ser compensado dos valores de pagamento devido ao fornecedor.



### 15. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1 O Município poderá a qualquer momento revogar a presente Licitação, por razões de interesse público, decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovados, pertinentes e suficientes a justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 15.2 É facultada ao(a) Pregoeiro(a), ou autoridade superior, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
  - 15.3 O Município se reserva o direito de, unilateralmente, desqualificar qualquer empresa caso:
- 15.3.1 Tenha havido qualquer tentativa de influenciar, por meios ilícitos ou desonrosos, ao(a) Pregoeiro(a) no processo de julgamento.
- 15.3.2 Tenha havido comprovada falsidade ideológica, má conduta ou apresentação de documentos fora das normas exigidas.
- 15.4 Antes do aviso oficial do resultado desta Licitação, não serão fornecidas a ninguém, quaisquer informações referentes à análise, avaliação ou comparação entre a documentação apresentada.
- 15.5 A(s) empresa(s) licitante(s) responde(m) pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados nas diversas fases deste processo licitatório.
- 15.6 Os autos da Licitação são públicos, sendo também públicos todos os atos relativos ao procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas até a respectiva abertura.
- 15.7 Eventual pedido para extração de cópias somente será analisado quando a solicitação for efetuada via Sistema 1DOC, devendo a mesma ser encaminhada ao Departamento de Compras.
- 15.8 As cópias físicas requeridas somente serão retiradas mediante o recolhimento de emolumentos em favor do Município, junto a instituição Bancária, para reembolso dos serviços reprográficos.
- 15.9 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 15.10 Fica eleito o foro da Comarca de Taubaté/SP, com renúncia dos demais por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões suscitadas da interpretação desta Licitação, seu Contrato e demais atos deles decorrentes.
- 15.11 A simples participação neste certame licitatório importa na aceitação, sem ressalvas e objeções, por parte de todas as empresas licitantes, das disposições contidas neste Edital e seus anexos, dos quais os mesmos atestam, pela participação, terem pleno conhecimento.
- 15.12 Fica constituído como obrigação das empresas participantes, o acompanhamento das publicações contidas no Diário Oficial do Município de Taubaté em https://taubate.sp.gov.br/novo/publicacoes-2/, e no site oficial do Município em https://taubate.sp.gov.br/.
- 15.13 Os casos omissos neste edital serão analisados e resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, através do(a) Pregoeiro(a), eventualmente ouvidos os órgãos técnicos e especializados, as decisões do(a) Pregoeiro(a) serão ratificadas pela autoridade superior.



15.14 Fica assegurado a possibilidade de retenção no momento do pagamento de Imposto de Renda Retido na Fonte nos termos do Art. 2°-A da IN RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, em especial seu Anexo I, salvo exceções previstas em lei.

Prefeitura Municipal de Taubaté, 16 de outubro de 2024.

FERNANDO PASCHOAL DE OLIVEIRA SECRETÁRIO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA



# PREGÃO ELETRÔNICO № 326/2024 <u>ANEXO – I</u> MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

rocesso de o	compra:	25871/2024				
Item	Qtd.	Unid. Med.	Especificação	VIr. Unitario	Marca	Vir. Total
1	6	UN	LOCACAO DE PALCO MEDINCO 12 X 8 (03 DIAS)			
Item	Qtd.	Unid. Med.	Especificação	VIr. Unitario	Marca	VIr. Total
2	4	UN	LOCACAO DE PALCO 12 X 8 (10 DIAS)			
Item	Qtd.	Unid. Med.	Especificação	VIr. Unitario	Marca	VIr. Total
3	20	UN	LOCACAO DE PALCO 6 X 4 METROS (03 DIAS)			
Item	Qtd.	Qtd. Unid. Med. E	Especificação	VIr. Unitario	Marca	VIr. Total
4	10	UN	LOCACAO DE PALCO 6 X 4 SEM CAMARIM (06 DIAS)			
Item	Qtd.	Unid. Med.	Especificação	VIr. Unitario	Marca	VIr. Total
5	20	UN	LOCACAO DE PALCO 6 X 4 (10 DIAS)			
Item	Qtd.	Unid. Med.	Especificação	VIr. Unitario	Marca	Vir. Total
6	10	UN	LOCACAO DE PALCO 8 X 6 (03 DIAS)			
Item	Qtd.	Unid. Med.	Especificação	VIr. Unitario	Marca	Vir. Total
7	6	UN	LOCACAO DE PALCO 8 X 6 (06 DIAS)			
Item	Qtd.	Unid. Med.	Especificação	VIr. Unitario	Marca	Vir. Total
8	10	UN	LOCACAO DE PALCO 8 X 6 (10 DIAS)			
Item	Qtd.	Unid. Med.	Especificação	VIr. Unitario	Marca	Vir. Total
9	6	UN	PALCO 12 X 8 - 6 DIAS			3



VALIDADE DA PROPOSTA	De acordo com o Edital			
PRAZO DE ENTREGA:	De acordo com o Edital			
CONDIÇÃO DE	De acordo com o Edital			
RAZÃO SOCIAL:				
CNPJ:				
ENDEREÇO COMPLETO:				
TELEFONE:		FAX:		
EMAIL:				_
ASSINATURA				
NOME				
RG N°:	CPF	:		
DECLARO ESTAR CIENTE E	DE ACORDO COM AS CONDIÇÕ	DES DO EDITAL E SEUS AN	NEXOS.	
O PREENCHIMENTO DA PR	OPOSTA ALÉM DOS DADOS ACI	MA, DEVERÁ SER OBSERV	VADO O QUE DISPÕE O ITEM 3 - DA	A PROPOSTA DO EDITAL
A AOUIISICÃO DO OBJETO	SED ADOLUBIDO TEDÁ SELLUI	II CAMENTO DE ACOPDO	COM O EDITAL "	

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias.



-	•	to ou pelo recebimento da Autorização de Fornecimento:CPF:
-	Telefone:	
	hado na empresa:	
ara fins de paga	mento:	
Banco:	Número da Conta:	Agência:
		data******de ******** de 2024.
	-	Nome e Assinatura do representante da empresa

Obs: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 326/2024 ANEXO - II **DECLARAÇÃO UNIFICADA**

er	mpresa			ediada	na				,
 b	nº	, cida			, es liretor		, insc (sócio		erente,
	tário), e inscrito(a) no CPF/MI	F com o nº		, DEC	LARA	., sob a	s penas	da Lei:	
1)	Que até a presente data inexiste nos termos da Lei Federal 14 Eletrônico nº/, ora sene	1.133/21, em do realizado p	sua redação ela Prefeitura	atual), Municip	para oal de	sua h Taubat	abilitação é, compr	o no F ometer	Pregão ndo-se
2)	a comunicar a eventual ocorrênce avença dele decorrente. Da minipóteses previstas no item 3.2 de Para fins de participação no Pilo Municipal de Taubaté, que prespectivo edital, ou seja, todas que diz respeito aos requisitos	nesma forma, do respectivo i regão Eletrôn eenche os re as exigências	DECLARA nstrumento cico nº/ equisitos de habilitatórias	que não onvocato onvocato on or	o se e ório. a sene ão pr	enquad do real evistos ento co	ra em n lizado pe no iten envocatón	ela Pre n próp rio, exc	a das feitura rio do eto no
3)	comprovados no prazo de 5 (cin proponente for declarado o ver dessa Administração, para a rege apresentação de eventuais cer Caso ME/EPP/MEI, em atendim Decreto Federal 10.273/20, que ou empresa de pequeno porte, limite fixado no art. 3º da Lei 12 nos artigos 42 a 49 da Lei C	nco) dias úteis, ncedor do cer gularização da rtidões negative nento ao artigue cumpre os revez que sua r 23/06, estando omplementar,	cujo termo in tame, prorro documentaç as, ou positivo 13, § 2º, dequisitos lega eceita bruta a usur	nicial cor gáveis p ão, paga as com o Decre is para a anual nã fruir do t	resportes por iguamento efeito o to Feo a qualido excentratamento excentratame	nderá a al perío o ou pa de nega deral 8. ificação edeu no ento fa	o mome odo - a rcelamer ativas. 538/15, o como no exercíco vorecido	nto em critério nto do	que o único débito, o pelo npresa erior, o elecido
4)	exclusão relacionadas na legisla Caso ME/EPP/MEI, ainda não somados extrapolem a receita b pequeno porte (R\$ 4.800.000,00 Lei Federal 14.133/21.	ter celebrado ruta máxima a	admitida para	fins de	enqua	ıdrameı	nto como	empre	esa de
5)	Para fins do disposto no Art. 63 compreende a integralidade do Constituição Federal, nas leis tra nos termos de ajustamento de co	s custos para abalhistas, nas onduta vigente	atendimento normas infra s na data de	dos dir legais, r entrega	reitos na conv das pr	trabalhi venção oposta	istas ass coletiva s.	segurac de trab	dos na alho e
6)	Para fins do disposto no inciso dezoito anos em trabalho noturno	o, perigoso ou	insalubre e r	não emp	rega m	nenor d	e dezess	seis and	os.
7)	Para os devidos fins que cumpr para reabilitado da Previdência específicas. Declaro ainda que e serviços terceirizados envolvend dentre os(as) aprendizes a sere que estejam em situação de vulr III, §§ 1º e §2º, do Decreto P 11.479/2023. *Esta declaração somente prod	a Social e pem licitações q lo mão de obra m contratados nerabilidade ou residencial n.	ara Aprendizue tenham con cujas atividas (as), será pru de risco soco 9.579/2018,	z, previs omo obje ades der iorizado( cial, nos com re	tas er eto a co mande a) ado termos edação	m lei e ontrata m form blescent s do art confe	e em ou ção e/ou ação pro te entre . 53, cap rida pelo	utras n prestadissiona 14 e 18 ut, incis	ormas ção de al, que 3 anos sos I a eto nº.
8) 9)	empregados, nos termos do artig Não possui em seu quadro socie Sr(a)	go 93 da Lei n etário Servidor do C.P.F. n°	8.213/1991. Público muni, cargo representar	cipal da	ativa.	po	ortador(a	) da C	arteira da
	empresaautorização de fornecimento.								



E-MAIL PESSOAL: E-MAIL PROFISSIO	DNAL:		_•	
10) Declaramos ainda, Banco: Número		•	bancários são	o os seguintes:
		 _ de	de _	·

Obs: esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

Nome e Assinatura do representante da empresa



# PREGÃO ELETRÔNICO № 326/2024 <u>ANEXO – III</u> MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ E A EMPRESA \_\_\_\_\_\_, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ, POR IGUAL PERÍODO.

Aos	dias do mês de	do ano d	de dois mil e	e vinte e quatro na	a Sede da Prefeitura,
situada na Avenida	Tiradentes, nº. 520, 0	Centro, Taubaté	é/SP, prese	entes, de um la	do, a <b>PREFEITURA</b>
MUNICIPAL DE TA	<b>UBATÉ</b> , inscrita no C				
					e, de outro lado, a
empresa	, inscrita r	no CNPJ/MF sol	b nº	_, com sede na _	
	, município				
	, portad				
	doravante denominada				
	/, processo adm				
	a avença, conhecer e ad				
	este instrumento ora de				
	3/21 e seus atos regula				
normas emanadas d	la Lei Federal 14.133/	/21 e seus ato	os regulame	entadores, do De	ecreto Municipal nº.
15.447/22					
(https://taubate.sp.gov	/.br/anexos/decretos/202	22/15447%20RE	EGULAMEN	ITA%20LEI%20F	EDERAL%2014133
	DES%20E%20CONTRA				
	. 15.081/21, do Decreto				
•	al 123/06, alterada pelas	•		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	uas redações atuais,
e, subsidiariamente pe	elo Código Civil Brasileiı	ro, com as segui	intes cláusu	las:	

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

- 1.1- A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de palcos, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez, por igual período.
- 1.2 Consideram-se integrantes da presente ATA, como se nela estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados, os quais, neste ato, as partes declaram conhecer e aceitar: o instrumento convocatório do certame licitatório acima indicado e seus anexos, a respectiva proposta, elaborada e apresentada pela DETENTORA, datada de \_\_\_/\_\_/\_\_; e os novos preços definidos por lances e eventuais negociações conforme consignados na ata que registrou aqueles lances e negociações.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO, PRAZO DE ENTREGA, VIGÊNCIA E GARANTIA.

- 2.1 Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de palcos, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez, por igual período.
- 2.2 Prazo de entrega conforme Termo de Referência, sendo que eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificados pela DETENTORA, para serem submetidos à apreciação da unidade gestora, à qual será a responsável e competente para analisar, avaliar e decidir fundamentadamente sobre o acolhimento ou não dos argumentos apresentados pela CONTRATADA.
- 2.2.1 Os pedidos de prorrogações deverão estar acompanhados de documentos que comprovem que a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido se deu por:
- 2.2.2 Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- 2.2.3 Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro contemporâneo à sua ocorrência.
  - 2.2.4 Na análise da documentação apresentada, poderá a unidade gestora do contrato ou documento



equivalente solicitar novos documentos, se necessário, e/ou diligenciar junto a sites ou outros meios.

- 2.2.5 Pedidos de prorrogação de prazo apresentados após o vencimento do prazo de entrega ou que não estiverem acompanhados de documentos solicitados acima serão indeferidos de plano.
- 2.2.6 A apresentação de um pedido de prorrogação do prazo de entrega, por si só, não suspende nem interrompe a contagem do prazo contratual.
- 2.3 Vigência: Este contrato vigorará desde sua assinatura e por todo o período de execução do objeto, até sua aceitação e respectivo pagamento, nos termos da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual.
- 2.4 Garantia: conforme Termo de Referência.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA.

- 3.1 O objeto deste contrato somente será recebido, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, se estiver plenamente de acordo com as especificações constantes dos documentos citados em 1.2.
- 3.2 A DETENTORA deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas e exigências do precedente instrumento convocatório, obrigando-se a trocar, às suas expensas e no prazo ajustado, os materiais que vierem a ser recusados pela CONTRATANTE, hipótese em que não ocorrerá pagamento enquanto não for satisfeito o objeto da ATA e da decorrente contratação.
- 3.3 O objeto deste deverá ser executado conforme Termo de Referência em anexo.

### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO.

- 4.1 O valor total estimado onerará os recursos orçamentários e financeiros que se fizerem oportunos durante a vigência da presente ATA.
- 4.2 Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização dessa documentação. Iniciar-se-á o prazo de pagamento da parcela correspondente o qual terá início a partir do trâmite da Nota Fiscal e efetivo recebimento e cumpridas todas as etapas necessárias para sua liquidação e pagamento, devidamente atestada pela Unidade Requisitante, não cabendo qualquer reajuste financeiro.
- 4.3 Cronograma de pagamento, observado a ordem cronológica, considerada a partir do recebimento das respectivas Notas Fiscais, devidamente instruída e apta para liquidação e pagamento, cumpridas às obrigações contratuais e nos termos da proposta apresentada. O pagamento obedecerá aos seguintes prazos, exceto os pagamentos decorrentes de cumprimento de ordens judiciais, parcerias celebradas com o Terceiro Setor, consignações em pagamento, recolhimento de encargos e tributos, bem como os recursos repassados pela Municipalidade para cumprimento de planos de trabalho previamente estabelecidos pelo Poder Público.

Recebimento do 1º ao 10º dia do mês, pagamento dia 20\*.

Recebimento do dia 11º ao 20º dia do mês, pagamento no último dia útil do mês\*. Recebimento do 21º ao final de cada mês, pagamento no dia 10 do mês seguinte\*.

\*Após o adimplemento da obrigação contratada, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração.

- 4.3.1 Salientamos ainda, caso uma das datas acima indicadas caia em finais de semana ou feriados em que não haja expediente bancário, ficam os pagamentos adiados para o dia útil seguinte.
- 4.3.2 O pagamento de parcelas com eventual atraso será corrigido pela variação do INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor, 'pro rata tempore'.

Previsão Orçamentária: Não se aplica por se tratar de Ata de Registro de Preços.

### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA.

- 5.1 Fornecer o objeto desta ATA nas condições previstas no instrumento convocatório e na respectiva proposta, seus anexos e valores definidos por lance e negociação.
- 5.2 Ficar responsável pelas operações e despesas de transporte e seguro de transporte, bem como pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos, se e quando necessárias.
- 5.3 Manter, durante toda a execução da ATA, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.
- 5.4 Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunística do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução desta Ata, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da DETENTORA, com referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato; da mesma forma que a CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo



empregatício com funcionários, ou prepostos, da DETENTORA.

- 5.5 Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da DETENTORA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.
- 5.6 Fazer prova da regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como perante o FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As certidões deverão estar, em vigor na data da emissão da Nota Fiscal e deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitido e apresentado à CONTRATANTE.
- 5.7 Quando o objeto da contratação e/ou prestação de serviços terceirizados envolverem mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as), deverá ser priorizado(a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e §2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023.
- 5.8 A DETENTORA deverá seguir rigorosamente o Anexo VIII Termo de Referência.

### CLÁUSULA SEXTA – DA REPACTUAÇÃO

- 6.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela DETENTORA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à DETENTORA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.
- 6.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 6.3 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 6.4 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 6.4.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 6.4.2 Para custos decorrentes de mercado, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 6.5 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 6.6 O prazo para a DETENTORA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação, sendo que a solicitação deverá estar acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 6.7 Caso a DETENTORA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 6.7.1 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 6.7.1.1 Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- 6.7.1.2 Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.
- 6.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à DETENTORA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 6.9 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto AVENIDA TIRADENTES,520-CEP 12030-180 TELEFONE-PABX (0XX12) 3625.5000 TELEFONE (0XX12) 3625.5010/5011



quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

- 6.10 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 6.11 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a DETENTORA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 6.12 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento pela variação do IPC-FIPE, com base na seguinte fórmula:

$$R = Po \times \left[ \left( \frac{IPC}{IPCo} \right) - 1 \right]$$

Onde:

R = Parcela de reajuste;

Po = Preço inicial do item no mês de referência dos preços ou preço do item no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPCo= variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

- 6.12.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à DETENTORA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a DETENTORA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 6.12.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 6.12.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 6.12.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
- 6.12.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 6.13 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observandose o seguinte:
  - 6.13.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 6.13.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 6.13.3 Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 6.14 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 6.15 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 6.15.1 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a DETENTORA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 6.16 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 6.17 A DETENTORA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado.



### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES.

- 7.1 O contrato será rescindido, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial e do pagamento de indenização, nos casos de falência, insolvência civil, concordata, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução, alteração ou modificação da finalidade ou estrutura da DETENTORA, de forma que prejudique a execução do objeto, de qualquer outro fato impeditivo da continuidade da sua execução, ou, ainda, na hipótese de sua cessão ou transferência, total ou parcial, a terceiros. A inexecução total ou parcial do contrato ou o descumprimento de quaisquer obrigações ensejará sua rescisão, nos casos enumerados na Lei Federal nº 14.133/21, em sua redação atual.
- 7.2 A DETENTORA sujeita-se às sanções previstas na Lei Federal 14.133/21, nos termos previstos no instrumento editalício.
- 7.3 A aplicação de uma das sanções não implica a exclusão de outras previstas na legislação vigente.
- 7.4 As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à CONTRATANTE.
- 7.5 As multas, calculadas como acima, poderão ser deduzidas, até seu valor total, de quaisquer pagamentos devidos à DETENTORA, ou deduzidas de eventual garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.
- 7.6 As decisões relacionadas à multas, penalidades e advertências, bem como as notificações dessas decisões, serão publicadas em diário oficial do município e encaminhadas via sistema 1Doc para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

### CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, E DAS TOLERÂNCIAS.

- 8.1 Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta avença e do regime de direito público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.
- 8.2 Se uma das partes, em benefício da outra, ainda que por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, de cláusulas e condições do presente contrato, seus anexos e termos aditivos, tal fato não poderá liberar, desonerar, alterar ou prejudicar essas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

#### 8.3 - Mapa de Riscos:

Objeto: Promoção de Ata de Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de palcos, para atender aos eventos realizados pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa e outras unidades da Prefeitura Municipal de Taubaté pelo período de 12 meses.

### RISCO 01: Demora na conclusão da licitação

Pr	obabilidade: Muito baixa X Baixa Média			Alta			
	Impacto:	Média	Alta				
Id				Danos			
1.	Atraso nas demandas administrativas por falta do objeto.						
2.	Ficar sem os serviços.						-1
Id		Responsável					
1.	Comunicação do andamento da licitação com as partes interessadas.						SECEC
2.	Monitorar os prazos do atual contrato.						SECEC
Id		Ação de	Conti	ngência			Responsável
1.	Fazer licitação com maior brevidade.			SECEC			
2.	Fazer uma contratação emergencial.						SECEC



### RISCO 02: Valores muito abaixo do estimado pela Administração

Pr	bbabilidade: Muito baixa Baixa X Média					Alta
	Impacto:	Média	Alta			
Id			Danos			
1.	Execução do obj	Termo de Re	ferência.			
2.	Suspender ou int	erromper a prestação o	los serviços de	vido o v	alor muito bai	ixo.
Id	d Ação Preventiva Responsá					Responsável
1.	Aletar o Fornece	Dep. de Compras				
2.	Publicar em Edit Administração e incluindo todos o	detalhada	Dep. de Compras			
Id	Ação de Contingência					Responsável
1.	Solicitar a planilha de custos da empresa durante o certame					Dep. de Compras
2.	Enviar à unidade requisitante a planilha de custos da empresa no momento do certame para análise e parece					Dep. de Compras

### RISCO 03: Contratação de empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato

Pr	obabilidade:	idade: Muito baixa X Baixa Média					Alta	
	Impacto:	Muito baixa		Baixa	Média	X	Alta	
Id		7377	(V W)	Danos	<i>X</i>	00 531		
1.	Ficar sem Forne	cedor.		111				
2.	Prejuízo ao ateno	dimento das necess	idades	da municipalid	ade.			
Id	d Ação Preventiva Responsá					sponsável		
1.	Avaliação da capacidade técnica operacional da empresa.						Dep. de Compras	
2.	Fiscalizar o contrato sobre forma de execução dos serviços e cumprimentos das exigências do termo de referência e instrumento convocatório.						de Compras	
Id	Ação de Contingência					Res	sponsável	
1.	Aplicar penalidades previstas em Contrato, para que a CONTRATADA venha a cumprir todas as demandas de cada órgão.			Dep.	de Compras			
2.	. Rescisão contratual. Dep. de C					de Compras		

Taubaté, 20 de setembro de 2024

Fernando Paschoal de Oliveira Secretário de Cultura e Economia Criativa Prefeitura Municipal de Taubaté



### CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO.

- 9.1 A CONTRATANTE exercerá a fiscalização geral dos serviços contratados, podendo, para esse fim, designar prepostos, aos quais a DETENTORA ficará obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos mesmos, facultando-lhe o livre acesso aos seus depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o objeto ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CONTRATANTE.
- 9.2 A fiscalização verificará o cumprimento das especificações e a aplicação dos métodos construtivos e ensaios pertinentes, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços executados.
- 9.3 A fiscalização poderá sustar qualquer trabalho que esteja em desacordo com o disposto neste contrato.
- 9.4 Fica acordado que a fiscalização não terá qualquer poder para eximir a DETENTORA de qualquer obrigação prevista neste contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA.

10.1 – A DETENTORA fica dispensada, neste ato, da prestação de garantia prevista na Lei Federal nº 14.133/21, em sua redação atual.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA NOMEAÇÃO

11.1 - O modelo de gestão	contratual será exercido	por gestor e fis	scal indicado, conform	e disposto pelos
parágrafos do artigo 117 da l	_ei Federal nº. 14.133/2021	e pelo Decreto	nº. 15.523, de 10 de n	narço de 2023.
11.1.2 - Fica designado				
como gestor,	para exercer as funções	previstas nos	incisos e parágrafos	do artigo 2º, do
Decreto nº. 15.523/23.				
11.1.3 - Fica designado	CPF:	- Cargo:	Tel.: _	– E-mail:
,	responsável como fiscal,	para exercer	as funções prevista	s nos incisos e
parágrafos únicos dos artigos	s 4º e 5º, do Decreto nº. 15.	523/23.		

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO

12.1 – Aplicam-se à execução deste contrato, especialmente aos casos omissos, as normas emanadas da Lei Federal 14.133/21 e seus atos regulamentadores, do Decreto Municipal nº. 15.447/22(https://taubate.sp.gov.br/anexos/decretos/2022/15447%20REGULAMENTA%20LEI%20FEDERAL% 2014133%20LICITA%C3%87OES%20E%20CONTRATOS%20.pdf), do Decreto Municipal nº. 15.058/21 alterado pelo Decreto Municipal nº. 15.081/21, do Decreto Municipal nº. 15.523/23, e demais normas pertinentes, da Lei Complementar Federal 123/06, alterada pelas Leis Complementares 147/14, 155/16, em suas redações atuais, e, subsidiariamente pelo Código Civil Brasileiro.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 – As partes elegem o foro da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1 A existência de preços registrados não obriga a CONTRATANTE a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário desta ATA preferência, em igualdade de condições.
- 14.1.1 Mesmo durante a vigência da presente ATA, a CONTRATANTE poderá promover, a seu critério, outros certames licitatórios para o mesmo material desta ATA, desde que de interesse público.
- 14.2 A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, cancelar a presente ATA, no interesse público, sem que caiba direito a indenização de qualquer espécie, em especial quando os preços se apresentarem superiores aos praticados no mercado, ou pela DETENTORA, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências do presente instrumento, observadas as disposições legais pertinentes.
- 14.3 Fica ressalvada a possibilidade de alteração nas condições da presente ATA, em face da superveniência de normas federais, estaduais ou municipais sobre a matéria.
- 14.4 Em sintonia com o inc. VI do Art. 82 da Lei Federal 14.133/21, a Administração poderá rever os preços registrados na existência de razão superveniente, devidamente comprovada, imprevisível ou até mesmo previsível, mas de consequências incalculáveis, que demonstre a impraticabilidade do preço registrado, seja para cima, seja para baixo.
- 14.5 Fica assegurado a possibilidade de retenção no momento do pagamento de Imposto de Renda Retido na Fonte nos termos do Art. 2°-A da IN RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, em especial seu Anexo I, salvo exceções previstas em lei.



E, por assim estarem justas e contratadas as partes, mutuamente obrigadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.
CONTRATANTE:
CONTRATADA:



PREGÃO ELETRÔNICO № 326/2024

<u>ANEXO – IV</u>

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ E A EMPRESA \_\_\_\_\_\_\_, ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCOS

Aos	dias do mês de	do and	o de dois mil e	e vinte e quatro n	a Sede da Prefeitura,
	Tiradentes, nº. 520,				
MUNICIPAL DE TA	.UBATÉ, inscrita no	CNPJ/MF sob	nº 45.176.00	05/0001-08, nes	te ato representada
					e, de outro lado, a
empresa	, inscrita	a no CNPJ/MF se	ob nº	_, com sede na _	
nº, bairro _	, município	o de	/SP,	e-mail	
representada por	, porta	ador do RG	_, inscrito no (	CPF/MF sob nº _	, na forma de
	doravante denominada				
pregão eletrônico r	nº, pro	cesso administ	rativo nº _		cujo inteiro teor a
CONTRATADA decla	ira expressamente, ne	esta avença, cor	nhecer e acei	tar, e ao qual se	vinculam as partes,
firmam o presente c	ontrato, de acordo co	om as normas e	emanadas da	Lei Federal 14	.133/21 e seus atos
regulamentadores,	do	Decreto	Municipa	al nº.	15.447/22
(https://taubate.sp.gov	v.br/anexos/decretos/2	2022/15447%20F	REGULAMEN	TA%20LEI%20F	EDERAL%2014133
%20LICITA%C3%870	DES%20E%20CONTF	RATOS%20.pdf),	do Decreto	Municipal nº. 15.	.058/21 alterado pelo
Decreto Municipal nº	. 15.081/21, do Decre	eto Municipal nº	. 15.523/23, 6	e demais norma	s pertinentes, da Lei
Complementar Federa	al 123/06, alterada pel	as Leis Compler	mentares 147/	/14, 155/16, em s	suas redações atuais,
e, subsidiariamente p	elo Código Civil Brasil	eiro, com as seg	uintes cláusul	las:	

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

- 1.1- O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de palcos.
- 1.2 Consideram-se integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os documentos a seguir relacionados, os quais, neste ato, as partes declaram conhecer e aceitar: o instrumento convocatório do certame licitatório acima indicado e seus anexos, a respectiva proposta, elaborada e apresentada pela CONTRATADA, datada de \_\_\_/\_\_/\_\_\_; e os novos preços definidos por lances e eventuais negociações conforme consignados na ata que registrou aqueles lances e negociações.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO, PRAZO DE ENTREGA, VIGÊNCIA E GARANTIA.

- 2.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de palcos.
- 2.2 Prazo para execução do serviço, conforme Termo de Referência, sendo que eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificados pela CONTRATADA, para serem submetidos à apreciação da unidade gestora, à qual será a responsável e competente para analisar, avaliar e decidir fundamentadamente sobre o acolhimento ou não dos argumentos apresentados pela CONTRATADA.
- 2.2.1 Os pedidos de prorrogações deverão estar acompanhados de documentos que comprovem que a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido se deu por:
- 2.2.2 Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- 2.2.3 Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro contemporâneo à sua ocorrência.
- 2.2.4 Na análise da documentação apresentada, poderá a unidade gestora do contrato ou documento equivalente solicitar novos documentos, se necessário, e/ou diligenciar junto a sites ou outros meios.
- 2.2.5 Pedidos de prorrogação de prazo apresentados após o vencimento do prazo de entrega ou que não estiverem acompanhados de documentos solicitados acima serão indeferidos de plano.
- 2.2.6 A apresentação de um pedido de prorrogação do prazo de entrega, por si só, não suspende nem interrompe a contagem do prazo contratual.
- 2.3 Vigência: Este contrato vigorará desde sua assinatura e por todo o período de execução do objeto, até



sua aceitação e respectivo pagamento, nos termos da Lei Federal 14.133/21, em sua redação atual. 2.4 - Garantia: conforme Termo de Referência.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA.

- 3.1 O objeto deste contrato somente será recebido, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, se estiver plenamente de acordo com as especificações constantes dos documentos citados em 1.2.
- 3.2 A CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas e exigências do precedente instrumento convocatório, obrigando-se a trocar, às suas expensas e no prazo ajustado, os equipamentos que vierem a ser recusados pela CONTRATANTE, hipótese em que não ocorrerá pagamento enquanto não for satisfeito o objeto desta avença.
- 3.3 Se os serviços apresentarem-se com defeitos, vícios de execução ou elaboração, será lavrado laudo de vistoria que relacionará as falhas encontradas, dando-se ciência oficial dos mesmos à CONTRATADA, para que proceda às correções apontadas, passando o prazo de observação a fluir novamente, até nova comunicação.
- 3.4 A responsabilidade pela qualidade dos serviços executados é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que necessárias.

finalidade, i	inclusive a promoção de readequações, sempre que necessárias.	
CLÁUSUL	.A QUARTA - DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO.	
	alor total do presente contrato é de R\$ (), por conta da uria para atender às despesas inerentes a este contrato.	dotação
4.2 - Haver	ndo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para paç	jamento,
4.3 - Crono	ada nova contagem somente após a regularização dessa documentação. ograma de pagamento, observado a ordem cronológica, <b>considerada a partir do recebim</b> e	
	as Notas Fiscais, devidamente instruída e apta para liquidação e pagamento, cump	
orazos, exc Terceiro Se	es contratuais e nos termos da proposta apresentada. O pagamento obedecerá aos siceto os pagamentos decorrentes de cumprimento de ordens judiciais, parcerias celebrada setor, consignações em pagamento, recolhimento de encargos e tributos, bem como os signações em pagamento de planos de trabalho previamente estabeleciblico.	ns com o recursos
	Recebimento do 1º ao 10º dia do mês, pagamento dia 20*.	
	Recebimento do dia 11º ao 20º dia do mês, pagamento no último dia útil do mês*.	
	Recebimento do 21º ao final de cada mês, pagamento no dia 10 do mês seguinte*.	

4.3.1 - Salientamos ainda, caso uma das datas acima indicadas caia em finais de semana ou feriados em que não haja expediente bancário, ficam os pagamentos adiados para o dia útil seguinte.

\*Após o adimplemento da obrigação contratada, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração.

4.3.2 - O pagamento de parcelas com eventual atraso será corrigido pela variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, 'pro rata tempore'.

Previsão Orçamentária:		
Ficha:		
Classificação Econômica:		
Fonte:		
Código de Aplicação:		
Note de Reserva nº		

4.4 - Fica assegurado a possibilidade de retenção no momento do pagamento de Imposto de Renda Retido na Fonte nos termos do Art. 2°-A da IN RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, em especial seu Anexo I, salvo exceções previstas em lei.

### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

- 5.1- Executar o objeto deste contrato nas condições previstas no instrumento convocatório e na respectiva proposta, seus anexos e valores definidos por lance e negociação.
- 5.2 Ficar responsável pelas operações e despesas de transporte e seguro de transporte, bem como pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos, se e quando necessárias.



- 5.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.
- 5.4 Responsabilizar –se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunística do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato; da mesma forma que a CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo empregatício com funcionários, ou prepostos, da CONTRATADA.
- 5.5 Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.
- 5.6 Fazer prova da regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como perante o FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As certidões deverão estar, em vigor na data da emissão da Nota Fiscal e deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitido e apresentado à CONTRATANTE.
- 5.7 Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista, intentada contra a CONTRATANTE por empregados da CONTRATADA, estes deverão comparecer espontaneamente em Juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir a CONTRATANTE no processo, até o final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação.
- 5.8 Pagar o piso salarial, fixado pela convenção coletiva das categorias profissionais empregados na execução do objeto do presente contrato respeitando o princípio da isonomia salarial, conforme artigo 1º da Lei Municipal nº 4.779/2013.
- 5.9 Para eventuais contratações de trabalhadores necessários a execução do objeto do presente contrato, fica a CONTRATADA obrigada a cumprir com o que dispõe a Lei Municipal nº 5.544 de 31 de março de 2020, no sentido de fazer consulta prévia ao banco de dados do Balcão de Empregos de Taubaté.
- 5.10 A CONTRATADA deve cumprir com as exigências de reserva de cargos previstas em lei e em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 5.11 A CONTRATADA deve cumprir com as exigências de reserva de cargos previstas em lei e em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 5.12 A CONTRATADA deve executar os serviços conforme Termo de Referenta.
- 5.13 Fica assegurado a possibilidade de retenção no momento do pagamento de Imposto de Renda Retido na Fonte nos termos do Art. 2°-A da IN RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, em especial seu Anexo I, salvo exceções previstas em lei.
- 5.14 Quando o objeto da contratação e/ou prestação de serviços terceirizados envolverem mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as), deverá ser priorizado(a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e §2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023.
- **5.12.1 -** A contratação e/ou a prestação de serviços terceirizados envolvendo mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, que dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as) deverá ser priorizado(a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e §2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023.
- **5.12.2 -** A CONTRATADA deve empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou, supletivamente, em escolas técnicas ou entidades sem fins lucrativos, número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos(as) trabalhadores(as) existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações.

### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou equivalente.
- 6.2 Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.
- 6.3 Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.
- 6.4 Designar responsável(is), denominado(s) GESTOR E FISCAL DO CONTRATO, com competência legal, nos termos do regulamento, para promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato e dos respectivos



serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, e o qual notificará à CONTRATADA sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados;

- 6.5 Emitir termo de encerramento contratual, a partir do qual qualquer serviço/compra prestado, após sua assinatura pelas partes, não terá amparo contratual, não ficando a Prefeitura Municipal de Taubaté obrigada ou sujeita aos pagamentos que porventura venham a ser posteriormente pleiteados pela CONTRATADA.
- 6.6 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços contratados e o exato cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais, por intermédio do FISCAL DO CONTRATO, ao qual competirá fazer o acompanhamento da execução do Contrato, dirimindo e desembaraçando eventuais pendências, prestando todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, bem como não permitindo a execução de e/ou ordenando que sejam refeitas quaisquer tarefas em desacordo com os termos acordados;
- 6.7 Notificar, via sistema 1DOC, a CONTRATADA sobre qualquer falta ou irregularidade observada no curso da execução do objeto do Contrato e/ou sobre quaisquer falhas ou defeitos apresentados pelo equipamento ou instalações, prestando todos os esclarecimentos e informações necessários e interrompendo o uso do mesmo, se assim for recomendado, bem como fixar prazo para a devida solução do problema, caso já não haja previsão contratual a respeito;
- 6.8 Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção imediata, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE;
- 6.9 Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços/fornecimento do bem e o atendimento das exigências contratuais;
- 6.10 Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente, formalmente designado fiscal e Gestor do Contrato:
- 6.11 Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da contratada.
- 6.12 Efetuar o recebimento do objeto conforme artigo 39 do Decreto Municipal nº 15.447 de 12 de Dezembro de 2022.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA REPACTUAÇÃO

- 7.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.
- 7.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do servico.
- 7.3 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 7.4 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 7.4.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 7.4.2 Para custos decorrentes de mercado, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 7.5 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 7.6 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação, sendo que a solicitação deverá estar acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 7.7 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 7.7.1 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:



decorrentes de mão de obra;

- 7.7.1.2 Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.
- 7.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.9 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 7.10 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 7.11 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 7.12 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento pela variação do IPC-FIPE, com base na seguinte fórmula:

$$R = Po \times \left[ \left( \frac{IPC}{IPCo} \right) - 1 \right]$$

Onde:

R = Parcela de reajuste;

Po = Preço inicial do item no mês de referência dos preços ou preço do item no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPCo= variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

- 7.12.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.12.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.12.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.12.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
- 7.12.5 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 7.13 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observandose o seguinte:
  - 7.13.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 7.13.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 7.13.3 Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 7.14 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.



- 7.15 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos, conforme item 8.1.
- 7.15.1 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 7.16 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 7.17 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado.

### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES.

- 8.1 O contrato será rescindido, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial e do pagamento de indenização, nos casos de falência, insolvência civil, concordata, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução, alteração ou modificação da finalidade ou estrutura da CONTRATADA, de forma que prejudique a execução do objeto, de qualquer outro fato impeditivo da continuidade da sua execução, ou, ainda, na hipótese de sua cessão ou transferência, total ou parcial, a terceiros. A inexecução total ou parcial do contrato ou o descumprimento de quaisquer obrigações ensejará sua rescisão, nos casos enumerados na Lei Federal nº 14.133/21, em sua redação atual.
- 8.2 A CONTRATADA sujeita-se às sanções previstas na Lei Federal 14.133/21, nos termos previstos no instrumento editalício.
- 8.3 A aplicação de uma das sanções não implica a exclusão de outras previstas na legislação vigente.
- 8.4 As sanções dispostas poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme o caso, em conformidade com os Arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 8.5 A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:
  - I Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - III Dar causa à inexecução total do contrato;
  - IV Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - V Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- VI Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - VII Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:
  - IX Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - X Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - XI Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - XII Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.
- 8.6 Serão aplicadas, conforme o caso, ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:
  - I Advertência;
  - II Multa;
  - III Impedimento de licitar e contratar;
  - IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.7 Na aplicação das sanções serão considerados:
  - I A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - II As peculiaridades do caso concreto;
  - III As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - IV Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.8 A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 8.9 As Multas, não poderão ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 8.5.
- 8.10 Sem prejuízo das demais infrações administrativas previstas no item 8.5, a não observância das cláusulas contratuais sujeitará, cumulativamente, a CONTRATADA às seguintes multas:



- 8.11 5% (cinco por cento) do valor do contrato reajustado, por desatendimento de qualquer cláusula contratual.
- 8.12 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total do contrato reajustado, por dia de atraso na entrega ou na execução do objeto.
- 8.13 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 8.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 8.14 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 8.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 8.13, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 8.15 A aplicação das Sanções somente ocorrerá depois de assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.
- 8.16 Até a decisão final transitada em julgado, nenhum numerário apurado referente à sanção será retida, sendo que após, o montante da multa poderá, ser compensado dos valores de pagamento devido ao fornecedor.
- 8.17 As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório, e consequentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à CONTRATANTE.
- 8.18 As multas, calculadas como acima, poderão ser deduzidas, até seu valor total, de quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA, ou deduzidas de eventual garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.
- 8.19 As decisões relacionadas à multas, penalidades e advertências, bem como as notificações dessas decisões, serão publicadas em diário oficial do município e encaminhadas via sistema 1DOC para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

# CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, E DAS TOLERÂNCIAS.

- 9.1 Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta avença e do regime de direito público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.
- 9.2 Se uma das partes, em benefício da outra, ainda que por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, de cláusulas e condições do presente contrato, seus anexos e termos aditivos, tal fato não poderá liberar, desonerar, alterar ou prejudicar essas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.
- 9.3 Mapa de Riscos

**Objeto:** Promoção de Ata de Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de palcos, para atender aos eventos realizados pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa e outras unidades da Prefeitura Municipal de Taubaté pelo período de 12 meses.

AVENUE A TELEPHONE CON CERTIFICATION FOR THE FRONT PARTY (NAVIOUS ACCUSAGE CONS. THE FRONT CANALOG CONS.)



# RISCO 01: Demora na conclusão da licitação

Pr	obabilidade:	Muito baixa	X	Baixa		Média	Alta	
	Impacto:	Muito baixa		Baixa	X	Média	Alta	
Id	0	117		Danos	- 1 <sup>2</sup> ! - 1/V		Ut	
1.	Atraso nas dema	ndas admin <mark>i</mark> strativ	as por	falta do obje	to.			
2.	Ficar sem os serv	viços.						
Id		Ação	Prever	ntiva			Responsável	
1.	Comunicação do	andamento da lici	itação o	com as parte	s interes	ssadas.	SECEC	
2.	Monitorar os pra	zos do atual contra	ato.				SECEC	
Id		Ação de	Conti	ngência			Responsável	
1.	Fazer licitação co	om maior brevidad	le.				SECEC	
2.	. Fazer uma contratação emergencial.					SECEC		

# RISCO 02: Valores muito abaixo do estimado pela Administração

Pr	obabilidade:	abilidade: Muito baixa Baixa X Média		Média	Alta		
	Impacto:	Muito baixa	Baixa	X	Média	Alta	
Id							
1.	Execução do obj	eto com qualidade aba	ixo da especifi	cada em	Termo de Re	ferência.	
2.	Suspender ou int	erromper a prestação o	dos serviços de	vido o v	alor muito bai	xo.	
Id		Ação Pre	ventiva			Responsável	
1.	Aletar o Fornecedor sobre a possibilidade do certame falhar.					Dep. de Compras	
2.	Administração en	tal que para valores aba m 50% serão solicitada os custos com encargos	as planilhas de		detalhada	Dep. de Compras	
Id		Ação de Cor	ntingência			Responsável	
1.	Solicitar a planilha de custos da empresa durante o certame				Dep. de Compras		
2.	Enviar à unidade requisitante a planilha de custos da empresa no momento do certame para análise e parece				Dep. de Compras		



### RISCO 03: Contratação de empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato

Pr	ob <mark>abil</mark> idade:	Muito baixa	X	Baixa	Média		Alta	
	Impacto:	Muito baixa		Baixa	Média	X	Alta	
Id		73/11	VV 75	Danos	300	.00		
1.	Ficar sem Forne	cedor.						
2.	Prejuízo ao ateno	limento das necess	idades	da municipalid	ade.			
Id		Ação	Preve	ntiva		Responsável		
1.	Avaliação da cap	acidade técnica op	eracio	nal da empresa.		Dep. de Compra		
2.		rato sobre f <mark>o</mark> rma d as exigências do te				Dep.	de Compras	
Id		Ação de	Conti	ngência		Re	sponsável	
1.	Aplicar penalidades previstas em Contrato, para que a CONTRATADA venha a cumprir todas as demandas de cada órgão.				Dep.	de Compras		
2.	Rescisão contrat	ual.				Dep. de Compras		

Fernando Paschoal de Oliveira Secretário de Cultura e Economia Criativa Prefeitura Municipal de Taubaté

# CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO.

- 10.1 A CONTRATANTE exercerá a fiscalização geral dos serviços contratados, podendo, para esse fim, designar prepostos, os quais a CONTRATADA ficará obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos mesmos, facultando-lhe o livre acesso aos seus depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o objeto ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CONTRATANTE.
- 10.2 A fiscalização verificará o cumprimento das especificações e a aplicação dos métodos construtivos e ensaios pertinentes, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços executados.
- 10.3 A fiscalização poderá sustar qualquer trabalho que esteja em desacordo com o disposto neste contrato.
- 10.4 Fica acordado que a fiscalização não terá qualquer poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATO

- 11.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
- 11.1.1 Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- 11.1.2 Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- 11.1.3 Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- 11.1.4 Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado:
  - 11.1.5 Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- 11.1.6 Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- 11.1.7 Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- 11.1.8 Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;



- 11.1.9 Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 10.2 O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
- 11.2.1 Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
- 11.2.2 Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- 11.2.3 Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- 11.2.4 Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- 11.2.5 Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
- 11.3 Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 11.4 A extinção do contrato poderá ser:
- 11.4.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 11.4.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- 11.4.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 11.5 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 11.6 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
  - 11.6.1 Devolução da garantia;
  - 11.6.2 Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
  - 11.6.3 Pagamento do custo da desmobilização.
- 11.7 A extinção determinada por ato unilateral da Ádministração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:
- 11.7.1 Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- 11.7.2 Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
  - 11.7.3 Execução da garantia contratual para:
    - 11.7.3.1 Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
    - 11.7.3.2 Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
    - 11.7.3.3 Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- 11.7.3.4 Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- 11.8 Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA, NOS TERMOS DO CAPÍTULO II DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.

12.1 - A DETENTORA fica dispensada, neste ato, da prestação das garantias previstas no Capítulo II da Lei Federal nº 14.133/21, em sua redação atual.

CLAUSU	LA DECIMA TERCEIRA	- DA NOMEAÇÃO			
13.1 - O	modelo de gestão cont	ratual será exercido	por gestor e fi	scal indicado, conforme d	isposto pelos
parágrafo	s do artigo 117 da Lei Fe	ederal nº. 14.133/2021	e pelo Decreto	o nº. 15.523, de 10 de març	o de 2023.
13.1.2 -				Tel.:	
	como gestor, para	exercer as funções	previstas nos	incisos e parágrafos do	artigo 2º, do
	nº. 15.523/23.				
				Tel.:	
	, responsável como	fiscal, para exercer as	s funções previs	stas nos incisos e parágrafo	os únicos dos
	AVENIDA TIRADENTES,520-	CEP 12030-180 - TELEFONI	E-PABX (0XX12) 36	525.5000 - TELEFONE (0XX12) 362	25.5010/5011



artigos 4º e 5º, do Decreto nº. 15.523/23.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO

14.1 – Aplicam-se à execução deste contrato, especialmente aos casos omissos, as normas emanadas da Lei Federal 14.133/21 e seus atos regulamentadores, do Decreto Municipal nº. 15.447/22(https://taubate.sp.gov.br/anexos/decretos/2022/15447%20REGULAMENTA%20LEI%20FEDERAL% 2014133%20LICITA%C3%87OES%20E%20CONTRATOS%20.pdf), do Decreto Municipal nº. 15.058/21 alterado pelo Decreto Municipal nº. 15.081/21, do Decreto Municipal nº. 15.523/23, e demais normas pertinentes, da Lei Complementar Federal 123/06, alterada pelas Leis Complementares 147/14, 155/16, em suas redações atuais, e, subsidiariamente pelo Código Civil Brasileiro.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 – As partes elegem o foro da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, mutuamente obrigadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CONTRATADA:

.....



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 326/2024 ANEXO IV-a DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR NOTA FISCAL

Tendo em vista a análise do edital do **Pregão nº. 326/24** para Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de palco , cabendo informar que de acordo com o exigido pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB n.º 971 de 13/11/2009, vigorando a partir de 17/11/2009, editada pela Secretária da Receita Federal do Brasil, e responsabilidade solidária constante nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 8.212/91 de 24/07/1991, orientando quanto a apresentação de documentos e o preenchimento da Nota Fiscal para constar no anexo IV.a, deverá a empresa;

# I) Discriminar obrigatoriamente na nota fiscal de Serviço:

- Retenção do ISSQN é devido no local da prestação de Serviço, em Taubaté a alíquota e de 5% (Lei Complementar nº. 116/2003). Exceto quando optante pelo SIMPLES nacional, que deverá informar a alíquota correspondente ao percentual previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº. 123 e suas alterações);
- Retenção do IRRF: 4,8% (Quatro virgula Oito por cento) do valor do serviço; conforme disposto no artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996, regulamentado pela Instrução Normativa 1234/12 tabela do Anexo I, Exceto quando enquadrado no Artigo 4º Item XI da referida Instrução Normativa.
- Deverá mencionar no corpo da nota fiscal o **objeto do contrato, no do Processo** Administrativo, Pregão nº 326/24, bem como o período dos serviços executados;

### II) Apresentar na entrega da nota fiscal:

1. Declaração especifica para cada nota fiscal de que a empresa possui "Escrituração Contábil no período de duração dos serviços, e que os valores ora apresentados encontram-se devidamente contabilizados, sendo registrada a nota fiscal no..., emitida em..., no valor de R\$..., do Processo Administrativo nº..., sob o regime de Lucro...," firmada pelo seu representante legal ou mandatário da empresa e pelo contador, Exceto quando optante pelo SIMPLES nacional, que deverá apresentar a Declaração nos moldes do anexo IV da Instrução Normativa 1.234 de 11 de Janeiro de 2012



- 2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Regularidade Social e a Dívida Ativa da União;
- 3. Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa Estadual;
- 4. Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal (apenas tributos mobiliários do domicílio ou sede do licitante), na forma da Lei;
- 5. Certificado de Regularidade do FGTS- CRF;
- 6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Valdeci Carvalho Moreira

Matrícula nº 5.338

Paulo Gustavo Corrêa Silveira

Divisão de Cálculos e Terceiro Setor



# PREGÃO ELETRÔNICO № 326/2024 <u>ANEXO – V</u>

# TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

A empresa, sediada na Rua (Av., Al., etc.), cidade, estado, inscrita no CNPJ sob nº, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), portador(a) da Carteira de Identidade nº, e inscrito(a) no CPF/MF com o nº, ASSUME O COMPROMISSO, formal, pelo presente documento, sob as penas da lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº/_, ora sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Taubaté, de que, uma vez sagrando-se adjudicatária do certame, assinará, juntamente a referida Prefeitura, e concomitante com a assinatura da avença que decorrerá do presente certame, <i>Termo de Ciência e Notificação</i> , conforme Instruções 11/2021 do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme minuta ora apresentada. Para que produza os efeitos legais, firmamos a presente declaração.
Local e data
Nome e identidade do declarante
OBS.: 1 – Este documento, facultativamente, poderá ser inserido na plataforma de pregão eletrônico ComprasBR ( <a href="http://www.comprasbr.com.br">http://www.comprasbr.com.br</a> ), e estar acompanhado de exemplar devidamente autenticado por Cartório, ou original, de contrato social inicial e suas alterações, ou contrato social consolidado atual, tudo devidamente registrado em Cartório ou publicado – conforme o caso; ou procuração pública; ou outro documento que comprove ser o subscritor representante legal da empresa, documentos estes que ficarão retidos nos autos.
CONTRATANTE:CONTRATADO:
CONTRATO N <sup>0</sup> (DE ORIGEM):
OBJETO:
Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:  1. Estamos CIENTES de que:
<ul> <li>a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;</li> <li>b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse,</li> </ul>
Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
d) As informações pessoais dos responsáveis pela <u>contratante</u> e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s); e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:
<ul> <li>a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;</li> <li>b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.</li> </ul>
LOCAL e DATA:
AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome:



^DE.							
JPT							
DECDONGÁVE	TO DELA	HOMOLOGAC	ÃO DO	CEDTAME	011	RATIFICAÇÃO	Б.
		~ -		CERTAME	00	RATIFICAÇÃO	DΑ
		DE DE LICITAÇÃO:					
Nome							
zaiyu							
ンドド			<del></del>				
155111atura.							
RESPONSÁVE	IS QUE ASS	INARAM O AJUST	<u>E:</u>				
Pelo contratar							
Nome:							
Cargo:							
OPF:							
Assinatura:							
Pela contratad							
Nome:							
Cargo:							
CPF:							
CPF:							
CPF:							
CPF: Assinatura:							
CPF: Assinatura: ORDENADOR	DE DESPESA	AS DA CONTRATA	ANTE:				
OPF:Assinatura: ORDENADOR Nome:	DE DESPES	AS DA CONTRATA	ANTE:				
CPF:Assinatura: ORDENADOR Nome:	DE DESPES	AS DA CONTRATA	NTE:				
CPF:Assinatura:  ORDENADOR  Nome: Cargo: CPF:	DE DESPES	AS DA CONTRATA	<u>NTE:</u>				
CPF:Assinatura:  ORDENADOR  Nome: Cargo: CPF:	DE DESPES	AS DA CONTRATA	<u>NTE:</u>				
CPF:Assinatura:  ORDENADOR  Nome: Cargo: CPF: Assinatura:	DE DESPESA	AS DA CONTRATA	<u>NTE:</u>				
ORDENADOR  Nome: Cargo: CPF: Assinatura:	DE DESPESA	AS DA CONTRATA	<u>NTE:</u>				
ORDENADOR  Nome: Cargo: CPF: Assinatura:	DE DESPESA	AS DA CONTRATA	<u>NTE:</u>				
ORDENADOR  Nome: Cargo: CPF: Assinatura: CSF: Assinatura: Mome: CSFSINATURA  CSTOR(ES) I	DE DESPESA	AS DA CONTRATA	<u>NTE:</u>				
ORDENADOR Nome: Cargo: CSSInatura: Cargo: CSSInatura: CSSINATURA CARGO: CARGO: CARGO: CARGO: CARGO:	DE DESPESA	AS DA CONTRATA	<u>NTE:</u>				
CPF:	DE DESPESA	AS DA CONTRATA	<u>NTE:</u>				
CPF:	DE DESPESA	AS DA CONTRATA	<u>NTE:</u>				
ORDENADOR Nome: Cargo: CPF: Assinatura: Cargo: CPF: Cargo: Cestor(ES) I Nome: Cargo: Cargo: CPF: Cargo: Cargo:	DE DESPESA	AS DA CONTRATA	<u>NTE:</u>				
ORDENADOR Nome: Cargo: CPF: Assinatura: Cargo: CPF: Assinatura: Cargo: CPF: Cargo: Cargo: CPF: Cargo: CPF: Cargo: CPF: Cargo: CPF: CASSINATURA: CARGO: CPF: CASSINATURA: COPF:	DE DESPESA	AS DA CONTRATA	<u>NTE:</u>				
CPF:	DE DESPESA	AS DA CONTRATA	<u>NTE:</u>				
ORDENADOR Nome: Cargo: CPF: Assinatura: Cargo: CSF: Assinatura: Cargo: CPF: Cargo: CSF: CSF: CSF: CSF: CSF: CSF: CSF: CSF	DE DESPESA	AS DA CONTRATA	<u>NTE:</u>	su		responsabili	
ORDENADOR Nome: Cargo:	DE DESPESA	AS DA CONTRATA	ANTE:				
ORDENADOR Nome: Cargo: CPF: Assinatura: Cargo: CSESTOR(ES) I Nome: Cargo: CPF: Assinatura: Cargo: CPF: Cargo: CAssinatura:	DE DESPESA	AS DA CONTRATA	ANTE:				
ORDENADOR Nome: Cargo: CPF: Assinatura: Cargo: CPF: Assinatura: Cargo: CPF: Cargo: Cargo: CPF: Cargo: CPF: Cargo: CPF: Cargo: CPF: CASSINATURA: CARGO: CPF: CASSINATURA: COPF:	DE DESPESA  DO CONTRAT  PONSÁVEIS (	AS DA CONTRATA	ANTE:				

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)



# PREGÃO ELETRÔNICO № 326/2024 <u>ANEXO – VI</u> ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

# 1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a promoção de Ata de Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de palcos, para atender aos eventos realizados pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa e outras unidades da Prefeitura Municipal de Taubaté pelo período de 12 meses.

O objetivo principal do presente Estudo Técnico Preliminar é estudar detalhadamente a necessidade do serviço pretendido e identificar no mercado a melhor solução para atendê-la, em observância às normas legais vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A solicitação para a abertura de licitação na modalidade Pregão para Registro de Preços será para atender aos eventos que fazem parte do Calendário Oficial da Cidade e outros eventos diversos da Secretaria de Cultura e Economia Criativa ou de outras unidades da Prefeitura Municipal de Taubaté durante o período de 12 (doze) meses.

A Secretaria de Cultura e Economia Criativa atende cerca de 130 eventos do Calendário Oficial, apoia eventos em comunidades de diversos bairros da cidade, entidades sem fins lucrativos, eventos cívicos, eventos em diversas praças da cidade e entre outros projetos culturais e turísticos desta Secretaria.

A locação de palcos é essencial para realização de eventos de grande porte que necessitam da estrutura para shows musicais e outras apresentações artísticas. O palco grande de 12 x 08 metros são utilizados em eventos como o Aniversário da Cidade e a Virada Cultural Paulista, enquanto eventos de menor expressão ou com espaço limitado como a Festa do Folclore, conseguimos adequar ao palco 08 x 06 metros. Para eventos de bairros, ou que não tenha necessidade de uma estrutura muito grande, é utilizado o palco 06 x 04 metros, que atende perfeitamente um evento como Festival de Viola Caipira.

### 3. ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PAC)

O presente item não se aplica a proposta de eventual aquisição em tela posto que não há Plano Anual de Contratações em vigor na Prefeitura Municipal de Taubaté até a presente data.

### 4. REQUISITOS MÍNIMOS DA CONTRATAÇÃO

Registro ou inscrição na entidade profissional competente, ou seja, certidão de registro da empresa no CREA/SP (Certidão de Registro de Pessoa Jurídica), conforme Resolução Nº 266/79 ou CAU, conforme Lei Federal Nº 12.378/10 — se for o caso, com validade na data limite para apresentação dos envelopes, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e conratuais ou registro em CREA ou CAU de outras unidades da Federação, porem a adjudicatária se sediada em outro Estado que não São Paulo, deverá apresentar, por ocasião da assinatura da ATA de Registro de Preço, certificado de Registro do CREA ou CAU de origem com visto do CREA/SP ou CAU/SP, em vigor.



Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, a qual será atendida por Atestado de Capacidade Técnica fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Comprovação de que a licitante possui, em seu quadro permanente na data prevista para a entrega da proposta, profissional(s) de nível superior, devidamente reconhecido(s) pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica (devidamente registrado na entidade competente), para execução de ser comprovado através da Certidão de Registro Profissional e Quitação e detentor de Certificado de Acervo Técnico.

A comprovação de possuir em seu quadro permanente profissional(is) exigida, será feita, em se tratando de sócio ou proprietário da empresa, por intermédio da apresentação do registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou contrato de Prestação de Serviços.

As empresas participantes deverão incluir na proposta: transporte até o local do evento, montagem, desmontagem e retirada após o evento, bem como alimentação e hospedagem, se necessário, dos técnicos envolvidos na montagem e desmontagem.

A empresa contratada deverá fazer prova da regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). As certidões deverão estar em vigor na data da emissão da Nota Fiscal e deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitida.

A empresa contratada deverá emitir para contrato a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução do serviço prestado, devidamente conferidos pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).

### **5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

O quantitativo foi estimado com base em atas de registro de preços de anos anteriores, já prevendo um quantitativo suficiente para atender a todos os órgãos vinculados a Prefeitura Municipal de Taubaté.

Conforme § 1º do Art. 29 do Decreto Nº 15.447/2023, justificamos que a divulgação de intenção de registro de preços de não foi realizada pois o objeto se trata de locação de palcos para grandes eventos e festividades, sendo a Secretaria de Cultura e Economia Criativa o órgão responsável para atender tais demandas, e que demandas de palcos para pequenos eventos ora realizado por outras Secretárias são Atendidos através dos palcos pertecentes à Secretária de Obras. Área de Fabricação de Artefatos de Concretos, conforme situação nos anos anteriores.

Segue abaixo tabela com os quatitativos estimados



Objeto	Quantidade
PALCO 6X4 METROS SEM CAMARIM (03 dias) Palco em estrutura de alumínio, com cobertura e colunas em treliça de alumínio P30 de formato retangu medindo 06 metros de frente por 04 de fundo, piso em estrutura metálica e madeira de compensado na de 25 mm com altura do pé direito de até 6,00 metros e piso com 1,40 metros em relação ao solo, o forração de no mínimo 2 mm, novo, na cor grafite, coberto com lona branca ou preta (ser definida punidade requisitante), com fechamento nas laterais e fundo com material ortofônico ou lona branca preta e proteção total contra chuva, fechamento inferior (saia) frontal e nas laterais branca ou preta definida pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em ambos os lados; o guarda corpo e aterramento conforme normas da ABNT.  Dois praticáveis (asas de P.A.) em módulos metálicos, contíguos ao palco, medindo aproximadamente 2 m e altura de piso compatível com o palco.	aval com pelo ou (ser com 20
PALCO 6X4 METROS SEM CAMARIM (06 dias) Palco em estrutura de alumínio, com cobertura e colunas em treliça de alumínio P30 de formato retangu medindo 06 metros de frente por 04 de fundo, piso em estrutura metálica e madeira de compensado na de 25 mm com altura do pé direito de até 6,00 metros e piso com 1,40 metros em relação ao solo, o forração de no mínimo 2 mm, novo, na cor grafite, coberto com lona branca ou preta (ser definida punidade requisitante), com fechamento nas laterais e fundo com material ortofônico ou lona branca preta e proteção total contra chuva, fechamento inferior (saia) frontal e nas laterais branca ou preta definida pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em ambos os lados; o guarda corpo e aterramento conforme normas da ABNT.  Dois praticáveis (asas de P.A.) em módulos metálicos, contíguos ao palco, medindo aproximadamente 2 m e altura de piso compatível com o palco.	aval com pelo ou (ser com 10
PALCO 6X4 METROS SEM CAMARIM (10 dias) Palco em estrutura de alumínio, com cobertura e colunas em treliça de alumínio P30 de formato retangu medindo 06 metros de frente por 04 de fundo, piso em estrutura metálica e madeira de compensado na de 25 mm com altura do pé direito de até 6,00 metros e piso com 1,40 metros em relação ao solo, o forração de no mínimo 2 mm, novo, na cor grafite, coberto com lona branca ou preta (ser definida punidade requisitante), com fechamento nas laterais e fundo com material ortofônico ou lona branca preta e proteção total contra chuva, fechamento inferior (saia) frontal e nas laterais branca ou preta definida pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em ambos os lados; o guarda corpo e aterramento conforme normas da ABNT.  Dois praticáveis (asas de P.A.) em módulos metálicos, contíguos ao palco, medindo aproximadamente 2 m e altura de piso compatível com o palco.	aval com pelo ou (ser com 20
PALCO 8X6 METROS COM CAMARIM (03 dias) Palco em estrutura de alumínio, com cobertura e colunas em treliça de alumínio P30 de formato retang medindo 08 metros de frente por 06 de fundo, piso em estrutura metálica e madeira de compensado em estrutura metálica e madeira de compensado naval de 25 mm com altura do pé direito de até 8 metros e piso de (1,40 a 2.00) metros em relação ao solo, com forração de no mínimo 2mm, novo, na grafite, coberto com lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante) com fechamento laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva na cor branca ou preta (ser defin pelo unidade requisitante), fechamento inferior (saia) frontal e nas laterais branca ou preta (ser defin pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em ambos os lados; com guarda cor e aterramento conforme normas da ABNT.  Área de serviço junto ao palco medindo 3x3 com cobertura em treliça de alumínio P30.  Duas torres de Fly P.A. medindo (3,00x2,00) metros na altura do pé direito do palco ou Asa de P. contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 metros de frente por 02 de profundidade e altura de piso compatível com o palco.  Área de Serviços (House de P.A.) para ser montada à frente do palco, na altura de 40 cm do solo, estrutura metálica, de formato quadrado, medidas aproximadas de 4,00 x 3,00, coberta com fechamen laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva.	,00 cor nas ida ida rpo A lo
PALCO 8X6 METROS COM CAMARIM (06 dias)  Palco em estrutura de alumínio, com cobertura e colunas em treliça de alumínio P30 de formato retangul medindo 08 metros de frente por 06 de fundo, piso em estrutura metálica e madeira de compensado na de 25 mm com altura do pé direito de até 8,00 metros e piso de (1,40 a 2.00) metros em relação ao solo, com forração de no mínimo 2mm, novo, na cor grafite, coberto com lona branca ou preta (ser definida p unidade requisitante) com fechamento nas laterais e fundo com material ortofônico e proteção total cor chuva na cor branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), fechamento inferior (saia) frontal nas laterais branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em ambos os lados; com guarda corpo e aterramento conforme normas da ABNT.  Área de serviço junto ao palco medindo 3x3 com cobertura em treliça de alumínio P30.  Duas torres de Fly P.A. medindo (3,00x2,00) metros na altura do pé direito do palco ou Asa de P. contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 metros de frente por 02 de profundidade e altura de piso compatível com o palco.  Área de Serviços (House de P.A.) para ser montada à frente do palco, na altura de 40 cm do solo, em estrutura metálica, de formato quadrado, medidas aproximadas de 4,00 x 3,00, coberta com fechamento laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva.	val elo ntra e  A 06



PALCO 8X6 METROS COM CAMARIM (10 dias) Palco em estrutura de alumínio, com cobertura e colunas em treliça de alumínio P30 de formato retangular, medindo 08 metros de frente por 06 de fundo, piso em estrutura metálica e madeira de compensado naval de 25 mm com altura do pé direito de até 8,00 metros e piso de (1,40 a 2.00) metros em relação ao solo, com forração de no mínimo 2mm, novo, na cor grafite, coberto com lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante) com fechamento nas laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva na cor branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), fechamento inferior (saia) frontal e nas laterais branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em ambos os lados; com guarda corpo e aterramento conforme normas da ABNT.  Área de serviço junto ao palco medindo 3x3 com cobertura em treliça de alumínio P30.  Duas torres de Fly P.A. medindo (3,00x2,00) metros na altura do pé direito do palco ou Asa de P.A contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 metros de frente por 02 de profundidade e altura do piso compatível com o palco.	10
Área de Serviços (House de P.A.) para ser montada à frente do palco, na altura de 40 cm do solo, em estrutura metálica, de formato quadrado, medidas aproximadas de 4,00 x 3,00, coberta com fechamentos laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva.	
PALCO 12X08 METROS COM CAMARIM (03 DIAS) Palco em estrutura de alumínio, com cobertura em treliça de alumínio P380 e colunas em estrutura de alumínio C30, formato retangular com medida aproximada de 12 metros de frente e 08 de profundidade (lateral) — mantendo- se a metragem mínima de 96 metros quadrados, piso em estrutura metálica e em madeira de compensado naval de 25 mm com altura de 1,60 metros em relação ao solo, com forração na cor grafite, pé direito (do solo ao teto) de (6,00 a 9,00) metros e do piso ao teto de (5,00 a 8,00) metros, coberto com lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), com fechamento nas laterais e fundo com material ortofônico ou lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante) e proteção total contra chuva, fechamento inferior (saia) frontal e nas laterais branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em ambos os lados, com guarda corpo e aterramento conforme normas da ABNT. Deverá ter no mínimo 01 (uma) rampa de acesso ao palco, instalada paralela ao fundo do palco, com pelo menos 2,20 metros de largura e 12 metros de comprimento, para carga e descarga de materiais e/ou acesso de PNE (cadeirantes). Para o cálculo de inclinação deve-se utilizar a legislação em vigor (ABNT). Um sobre palco para bateria medindo (3,00x2,00) m com 0,60 m de altura.  Duas torres de Fly P.A. medindo (3,00x2,00) metros na altura do pé direito do palco ou Asa de P.A contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 metros de frente por 02 de profundidade e altura do piso compatível com o palco.  Área de serviço em treliça de alumínio P30 junto ao palco medida aproximada de 4x3 com cobertura e fechamentos laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva.  House de P.A. para ser montada à frente do palco, na altura de 40 cm do solo, em estrutura metálica, de formato quadrado, medidas aproximadas de 4,00 x 4,00, coberta com tenda, com fechamentos laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra	06
PALCO 12X08 METROS COM CAMARIM (06 DIAS) Palco em estrutura de alumínio, com cobertura em treliça de alumínio P380 e colunas em estrutura de alumínio C30, formato retangular com medida aproximada de 12 metros de frente e 08 de profundidade (lateral) — mantendo- se a metragem mínima de 96 metros quadrados, piso em estrutura metálica e em madeira de compensado naval de 25 mm com altura de 1,60 metros em relação ao solo, com forração na cor grafite, pé direito (do solo ao teto) de (6,00 a 9,00) metros e do piso ao teto de (5,00 a 8,00) metros, coberto com lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), com fechamento nas laterais e fundo com material ortofônico ou lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante) e proteção total contra chuva, fechamento inferior (saia) frontal e nas laterais branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em ambos os lados, com	06

guarda corpo e aterramento conforme normas da ABNT. Deverá ter no mínimo 01 (uma) rampa de acesso ao palco, instalada paralela ao fundo do palco, com pelo menos 2,20 metros de largura e 12 metros de comprimento, para carga e descarga de materiais e/ou acesso de PNE (cadeirantes). Para o cálculo de inclinação deve-se utilizar a legislação em vigor (ABNT). Um sobre palco para bateria medindo (3,00x2,00) m com 0,60 m de altura.

Duas torres de Fly P.A. medindo (3,00x2,00) metros na altura do pé direito do palco ou Asa de P.A contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 metros de frente por 02 de profundidade e altura do piso compatível com o palco.

Área de serviço em treliça de alumínio P30 junto ao palco medida aproximada de 4x3 com cobertura e fechamentos laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva.

House de P.A. para ser montada à frente do palco, na altura de 40 cm do solo, em estrutura metálica, de formato quadrado, medidas aproximadas de 4,00 x 4,00, coberta com tenda, com fechamentos laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva.



### PALCO 12X08 METROS COM CAMARIM (10 DIAS)

Palco em estrutura de alumínio, com cobertura em treliça de alumínio P380 e colunas em estrutura de alumínio C30, formato retangular com medida aproximada de 12 metros de frente e 08 de profundidade (lateral) — mantendo- se a metragem mínima de 96 metros quadrados, piso em estrutura metálica e em madeira de compensado naval de 25 mm com altura de 1,60 metros em relação ao solo, com forração na cor grafite, pé direito (do solo ao teto) de (6,00 a 9,00) metros e do piso ao teto de (5,00 a 8,00) metros, coberto com lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), com fechamento nas laterais e fundo com material ortofônico ou lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante) e proteção total contra chuva, fechamento inferior (saia) frontal e nas laterais branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em ambos os lados, com guarda corpo e aterramento conforme normas da ABNT. Deverá ter no mínimo 01 (uma) rampa de acesso ao palco, instalada paralela ao fundo do palco, com pelo menos 2,20 metros de largura e 12 metros de comprimento, para carga e descarga de materiais e/ou acesso de PNE (cadeirantes). Para o cálculo de inclinação deve-se utilizar a legislação em vigor (ABNT). Um sobre palco para bateria medindo (3,00x2,00) m com 0,60 m de altura.

04

Duas torres de Fly P.A. medindo (3,00x2,00) metros na altura do pé direito do palco ou Asa de P.A contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 metros de frente por 02 de profundidade e altura do piso compatível com o palco.

Área de serviço em treliça de alumínio P30 junto ao palco medida aproximada de 4x3 com cobertura e fechamentos laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva. House de P.A. para ser montada à frente do palco, na altura de 40 cm do solo, em estrutura metálica, de formato quadrado, medidas aproximadas de 4,00 x 4,00, coberta com tenda, com fechamentos laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva.

#### 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A adoção do Sistema de Registro de Preços permitirá que a prestação dos serviços sejam realizados de forma parcelada conforme necessidade, minimizando os riscos de desabastecimento e deixando de gerar gastos com sessões de licitação

Tendo em vista que para a referida prestação de serviço é essencial para a realização dos diversos eventos do município porém as Secretaria de Cultura e Economia Criativa não possui os equipamentos, suprimentos, acessórios e de mão de obra qualificada para sua execução, torna-se imprescindível a contratação do objeto deste estudo.

Após análise de todas as possíveis alternativas existentes no mercado e levando em consideração as contratações similares, não foram identificadas melhores soluções para que atenda as necessidades tecnicamente e operacionalmente. Economicamente, tornam-se mais viáveis pois não serão necessárias aquisições correlatas, manutenções ou despesas extras.

### 7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O critério de escolha dos fornecedores foi realizado junto ao âmbito do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, conforme pesquisas de preços apresentadas após solicitação, estima-se que o valor global será de **R\$ 1.257.213,32** (um milhão e duzentos e cinquenta e sete mil e duzentos e treze reais e trinta e dois centavos) para a execução dos serviços.

Considerando a Ordem Interna Nº 12/2023 foi utilizado, como método para obtenção do preço estimado por item, a média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços. O mapa comparativo de preços contendo os valores orçados na pesquisa de mercado segue anexo:



Solicitação de Compra 1751/2024

Item: 0.0.1405 - LOCACAO DE PALCO 12 X 8 (10 DIAS) Qtde.: 4 UN

Seq. Item	Forne	cedores	CNPJ	Classificado	Marca/Model	Valor	Valor Total
1	16669	ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA. ME	09.203,179/0001-59	Sim		24.200,0000	R\$ 96.800,00
		Data	09/08/2024				
1	17876	FLUXION EVENTOS EIRELI EPP	05.256.973/0001-00	Sim		29.040,0000	R\$ 116.160,00
		Data	11/09/2024				
1	25429	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME	05.906,613/0001-06	Sim		38.720,0000	R\$ 154.880,00
		Data	17/09/2024				
				Médias Unitár	rio / Total :	R\$ 30.653,33	R\$ 122.613,33

Solicitação de Compra 1751/2024

Item: 0.0.1407 - LOCACAO DE PALCO 6 X 4 (10 DIAS) Qtde.: 20 UN

Seq. Item	Forne	cedores	CNPJ	Classificado	Marca/Model	Valor	Valor Total
2	16669	ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA. ME	09.203.179/0001-59	Sim		10.450,0000	R\$ 209.000,00
		Data	09/06/2024				
2	17876	FLUXION EVENTOS EIRELI EPP	05.256.973/0001-00	Sim		12.540,0000	R\$ 250.800,00
		Data	11/09/2024				
2	25429	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME	05.906.613/0001-06	Sim		14.080,0000	R\$ 281.600,00
		Data	17/09/2024				
				Médias Unitán	rio / Total :	R\$	R\$ 247.133,33

Solicitação de Compra 1751/2024

Item: 0.0.2800 - LOCACAO DE PALCO 6 X 4 METROS (03 DIAS) Qtde.: 20 UN

		107 107				12000	and the second second
Seq. Item	Forne	cedores	CNPJ	Classificado	Marca/Model	Valor	Valor Total
3	16669	ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA. ME	09.203.179/0001-59	Sim		6.050,0000	R\$ 121.000,00
		Data	09/06/2024				
3	17876	FLUXION EVENTOS EIRELI EPP	05.256.973/0001-00	Sim		7.260,0000	R\$ 145,200,00
		Data	11/09/2024				
3	25429	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME	05.906.613/0001-06	Sim		10.560,0000	R\$ 211.200,00
		Data	17/09/2024				
				Mádiae Haitáe	in / Total -	Dt 7 050 07	D£ 450 422 22

Solicitação de Compra 1751/2024

Item: 0.0.1634 - LOCACAO DE PALCO 6 X 4 SEM CAMARIM (06 DIAS) Qtde.: 10 UN

Seq. Item Fornecedores CNPJ Classificado Marca/Model Valor Valor Total



790/2024

16669 ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA. ME 09.203.179/0001-59 Sim 8.030,0000 R\$ 80.300,00

> Data 09/06/2024

17876 FLUXION EVENTOS EIRELI EPP 05.256.973/0001-00 Sim 9.636,0000 R\$ 96.360,00

> 11/09/2024 Data

25429 TRIADE PROMOCOES E EVENTOS 05,908.613/0001-06 Sim 12.320,0000 R\$ 123,200,00

COMERCIAL LTDA- ME

17/09/2024 Médias Unitário / Total : R\$ 9.995,33 R\$ 99.953,33

Solicitação de Compra 1751/2024

Item: 0.0.1408 - LOCACAO DE PALCO 8 X 6 (03 DIAS) Qtde.: 10 UN

Seq. Item	Forne	cedores	CNPJ	Classificado	Marca/Model	Valor	Valor Total
5	16669	ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA, ME	09.203.179/0001-59	Sim		9.020,0000	R\$ 90.200,00
		Data	09/06/2024				
5	17876	FLUXION EVENTOS EIRELI EPP	05.256.973/0001-00	Sim		10.824,0000	R\$ 108.240,00
		Data	11/09/2024				
5	25429	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME	05.906.613/0001-06	Sim		14.080,0000	R\$ 140.800,00
		Data	17/09/2024				
				Médias Unitár	io / Total :	R\$	R\$ 113.080,00

11.308,00

Solicitação de Compra 1751/2024

Item: 0.0.1409 - LOCACAO DE PALCO 8 X 6 (06 DIAS) Qtde.: 6 UN

Seq. Item	Forne	cedores	CNPJ	Classificado	Marca/Model	Valor	Valor Total
6	16669	ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA. ME	09.203.179/0001-59	Sim		11.000,0000	R\$ 66.000,00
		Data	09/06/2024				
6	17876	FLUXION EVENTOS EIRELI EPP	05.256.973/0001-00	Sim		13.200,0000	R\$ 79.200,00
		Data	11/09/2024				
6	25429	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME	05.906.613/0001-06	Sim		15.840,0000	R\$ 95.040,00
		Data	17/09/2024				
				Médias Unitár	io / Total :	R\$ 13.346,67	R\$ 80.080,00



Sim

Cotação: 790/2024

17876 FLUXION EVENTOS EIRELI EPP

11/09/2024

7 25429 TRIADE PROMOCOES E EVENTOS

COMERCIAL LTDA- ME

05.906.613/0001-06 Sim

17.600,0000

R\$ 176.000,00

Dat

17/09/2024

Médias Unitário / Total :

R\$ R\$ 159.500,00 15.950,00

Solicitação de Compra 1751/2024

Item: 0.0.1404 - LOCACAO DE PALCO MEDINCO 12 X 8 (03 DIAS)

Qtde.: 6 UN

Seq. Item	Forne	edores	CNPJ	Classificado	Marca/Model	Valor	Valor Total
В	16669	ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA. ME	09.203.179/0001-59	Sim		16.500,0000	R\$ 99.000,00
		Data	09/06/2024				
8	17876	FLUXION EVENTOS EIRELI EPP	05.256.973/0001-00	Sim		16.200,0000	R\$ 97.200,00
		Data	11/09/2024				
8	25429	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME	05.906.613/0001-06	Sim		28.160,0000	R\$ 168.960,00
		Data	17/09/2024				
				Médias Unitar	io / Total :	R\$ 20,286.67	R\$ 121.720,00

Solicitação de Compra 1751/2024

Item: 0.0.1741 - PALCO 12 X 8 - 6 DIAS Qtde.: 6 UN

Seq. Item	Forne	cedores	CNPJ	Classificado	Marca/Model	Valor	Valor Total
9	16669	ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA. ME	09.203.179/0001-59	Sim		19.800,0000	R\$ 118.800,00
		Data	09/06/2024				
9	17876	FLUXION EVENTOS EIRELI EPP	05.256.973/0001-00	Sim		23.760,0000	R\$ 142.560,00
		Data	11/09/2024				
9	25429	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME	05.906,613/0001-06	Sim		33.440,0000	R\$ 200.640,00
		Data	17/09/2024				
				Médias Unitár	rio / Total :	R\$	R\$ 154,000,00

Médias Unitário / Total : R\$ R\$ 154.000,00 25.666,67

Dados Ve	encedor		Classificado	Valor Total	
16669	ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA. ME	09.203.179/0001-59	Sim	R\$ 919.600,00	
17876	FLUXION EVENTOS EIRELI EPP	05.256.973/0001-00	Sim	R\$ 97.200,00	

Desclassificação Motivo

 Total para o Menor Preço:
 R\$ 1.016.800,00

 Total para o Maior Preço:
 R\$ 1.552.320,00

 Total para a Média Cotada:
 R\$ 1.257.213,32

Justificativa :

A solicitação para a abertura de licitação na modalidade Pregão para Registro de Preços será para atender aos eventos que fazem parte do Calendário Oficial da Cidade e outros eventos diversos da Secretaria de Cultura e Economia Criativa ou de outras unidades da Prefeitura Municipal de Taubaté durante o período de 12 (doze) meses



### 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é Ata de Registro de Preços para contratação de empresa especializada em locação de palcos para eventos. A empresa contratada deverá realizar a entrega e instalação dos palcos solicitados nos locais indicados no mínimo 01 (um) dia antes do início do evento e a retirada após o término do mesmo.

#### 9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A presente proposta para aquisição está pautada em uma Ata de Registro de Preços onde as eventuais solicitações realizadas serão para entregas únicas. Portanto o presente item não se aplica a proposta em tela.

### 10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

O propósito da prestação de serviços e o resultado almejado é a economia de recursos públicos e proporcionar serviços de qualidade para os eventos da Secretaria de Cultura e Economia Criativa.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

#### 11. PROVIDENCIAS PRÉVIA AO CONTRATO

As ações a serem executadas pela Administração anteriores a celebração de instrumento contratual e Ata de Registro de Preços são os trâmites burocráticos necessários para a promoção do certame licitatório e desenvolvimento e conclusão do mesmo.

### 12. CONTRATAÇÕES CORRELATOS/INTERDEPENDENTES

O presente item não se aplica a proposta de eventual aquisição em tela

#### 13. IMPACTOS AMBIETAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental, a exemplo, minimizar a geração de resíduos e acondicioná-los de maneira correta, desde coleta, armazenamento e transporte

#### 14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Diante de todos os elementos expostos no presente Estudo Técnico Preliminar a Secretaria de Cultura e Economia Criativa defere a viabilidade técnica da contratação aqui proposta.



# 15. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS

Para todos os efeitos, é declarado o cumprimento dos requisitos expostos neste Estudo Técnico Preliminar.

Fernando Paschoal de Oliveira Secretário de Cultura e Economia Criativa Prefeitura Municipal de Taubaté



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 326/2024

# ANEXO – VII MAPA DE RISCOS

**Objeto:** Promoção de Ata de Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de palcos, para atender aos eventos realizados pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa e outras unidades da Prefeitura Municipal de Taubaté pelo período de 12 meses.

## RISCO 01: Demora na conclusão da licitação

Pr	obabilidade:	Muito baixa	X	Baixa		Média	Alta		
	Impacto:	Muito baixa		Baixa	X	Média	Alta		
Id				Danos					
1.	Atraso nas dema	Atraso nas demandas administrativas por falta do objeto.							
2.	Ficar sem os serv	Ficar sem os serviços.							
Id	Ação Preventiva						Responsável		
1.	Comunicação do	andamento da lici	tação d	com as parte	s interes	ssadas.	SECEC		
2.	Monitorar os pra	zos do atual contra	ito.				SECEC		
Id		Ação de	Conti	ngência			Responsável		
1.	Fazer licitação c	om maior brevidad	e.				SECEC		
2.	Fazer uma contratação emergencial.						SECEC		

### RISCO 02: Valores muito abaixo do estimado pela Administração

Pr	obabilidade:	Muito baixa	Baixa	X	Média	Alta
	Impacto:	Muito baixa	Baixa	X	Média	Alta
Id			Danos			
1.	Execução do obj	Termo de Re	ferência.			
2.	Suspender ou int	erromper a prestação o	los serviços de	vido o v	alor muito bai	xo.
Id		Responsável				
1.	Aletar o Fornece	Dep. de Compras				
2.	Publicar em Edital que para valores abaixo do estimado pela Administração em 50% serão solicitadas planilhas de valores detalhada incluindo todos os custos com encargos e impostos.					Dep. de Compras
Id		Ação de Cor	ntingência			Responsável
1.	Solicitar a planil	Solicitar a planilha de custos da empresa durante o certame				Dep. de Compras
2.	Enviar à unidade requisitante a planilha de custos da empresa no momento do certame para análise e parece				Dep. de Compras	



RISCO 03: Contratação de empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato

Pr	obabilidade:	Muito baixa	X	Baixa	Média		Alta	
	Impacto:	Muito baixa		Baixa	Média	X Alta		
Id	1	73/11	XV 952	Danos	W.	Un 191		
1.	Ficar sem Forne							
2.	Prejuízo ao ateno	dimento das necess	idades	da municipalid	ade.			
Id	Ação Preventiva						Responsável	
1.	Avaliação da capacidade técnica operacional da empresa.					Dep. de Compras		
2.	Fiscalizar o contrato sobre forma de execução dos serviços e cumprimentos das exigências do termo de referência e instrumento convocatório.					Dep.	de Compras	
Id	Ação de Contingência						Responsável	
1.	Aplicar penalidades previstas em Contrato, para que a CONTRATADA venha a cumprir todas as demandas de cada órgão.				Dep. de Compras			
2.	Rescisão contratual.					Dep. de Compras		

Fernando Paschoal de Oliveira Secretário de Cultura e Economia Criativa

Prefeitura Municipal de Taubaté



# PREGÃO ELETRÔNICO Nº 326/2024 <u>ANEXO – VIII</u> TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objeto a promoção de Ata de Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de palcos, para atender aos eventos realizados pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa e outras unidades da Prefeitura Municipal de Taubaté pelo período de 12 meses.

Segue abaixo tabela com o descritivo técnico dos itens e seus quantitativos estimados, calculado com base nas contratações realizadas em anos anteriores pela Prefeitura Municipal de Taubaté:

Objeto	Quantidade
PALCO 6X4 METROS SEM CAMARIM (03 dias) Palco em estrutura de alumínio, com cobertura e colunas em treliça de alumínio P30 de formato retangular, medindo 06 metros de frente por 04 de fundo, piso em estrutura metálica e madeira de compensado naval de 25 mm com altura do pé direitode até 6,00 metros e piso com 1,40 metros em relação ao solo, com forração de no mínimo 2 mm, novo, na cor grafite, coberto com lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), com fechamento nas laterais e fundo com material ortofônico ou lona branca ou preta e proteção total contra chuva, fechamento inferior (saia) frontal e nas laterais branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em ambos os lados; com guarda corpo e aterramento conforme normas da ABNT.  Dois praticáveis (asas de P.A.) em módulos metálicos, contíguos ao palco, medindo aproximadamente 2 m x 2 m e altura de piso compatível com o palco.	20
PALCO 6X4 METROS SEM CAMARIM (06 dias) Palco em estrutura de alumínio, com cobertura e colunas em treliça de alumínio P30 de formato retangular, medindo 06 metros de frente por 04 de fundo, piso em estrutura metálica e madeira de compensado naval de 25 mm com altura do pé direitode até 6,00 metros e piso com 1,40 metros em relação ao solo, com forração de no mínimo 2 mm, novo, na cor grafite, coberto com lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), com fechamento nas laterais e fundo com material ortofônico ou lona branca ou preta e proteção total contra chuva, fechamento inferior (saia) frontal e nas laterais branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em ambos os lados; com guarda corpo e aterramento conforme normas da ABNT.  Dois praticáveis (asas de P.A.) em módulos metálicos, contíguos ao palco, medindo aproximadamente 2 m x 2 m e altura de piso compatível com o palco.	10
PALCO 6X4 METROS SEM CAMARIM (10 dias)  Palco em estrutura de alumínio, com cobertura e colunas em treliça de alumínio P30 de formato retangular, medindo 06 metros de frente por 04 de fundo, piso em estrutura metálica e madeira de compensado naval de 25 mm com altura do pé direitode até 6,00 metros e piso com 1,40 metros em relação ao solo, com forração de no mínimo 2 mm, novo, na cor grafite, coberto com lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), com fechamento nas laterais e fundo com material ortofônico ou lona branca ou preta e proteção total contra chuva, fechamento inferior (saia) frontal e nas laterais branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em ambos os lados; com guarda corpo e aterramento conforme normas da ABNT.  Dois praticáveis (asas de P.A.) em módulos metálicos, contíguos ao palco, medindo	20



aproximadamente 2 m x 2 m e altura de piso compatível com o palco.	
PALCO 8X6 METROS COM CAMARIM (03 dias) Palco em estrutura de alumínio, com cobertura e colunas em treliça de alumínio P30 de formato retangular, medindo 08 metros de frente por 06 de fundo, piso em estrutura metálica e madeira de compensado naval de 25 mm com altura do pé direito de até 8,00 metros e piso de (1,40 a 2.00) metros em relação ao solo, com forração deno mínimo 2mm, novo, na cor grafite, coberto com lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante) com fechamento nas laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva na cor branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), fechamento inferior (saia) frontal e nas laterais branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em ambos os lados; com guarda corpo e aterramento conforme normas da ABNT.  Área de serviço junto ao palco medindo 3x3 com cobertura em treliça de alumínio P30.  Duas torres de Fly P.A. medindo (3,00x2,00) metros na altura do pé direito do palco ou Asa de P.A contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 metros de frente por02 de profundidade e altura do piso compatível com o palco.  Área de Serviços (House de P.A.) para ser montada à frente do palco, na altura de 40 cm do solo, em estrutura metálica, de formato quadrado, medidas aproximadas de 4,00 x 3,00, coberta com fechamentos laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva.	10
PALCO 8X6 METROS COM CAMARIM (06 dias) Palco em estrutura de alumínio, com cobertura e colunas em treliça de alumínio P30 de formato retangular, medindo 08 metros de frente por 06 de fundo, piso em estrutura metálica e madeira de compensado naval de 25 mm com altura do pé direito de até 8,00 metros e piso de (1,40 a 2.00) metros em relação ao solo, com forração deno mínimo 2mm, novo, na cor grafite, coberto com lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante) com fechamento nas laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva na cor branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), fechamento inferior (saia) frontal e nas laterais branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em ambos os lados; com guarda corpo e aterramento conforme normas da ABNT.  Área de serviço junto ao palco medindo 3x3 com cobertura em treliça de alumínio P30.  Duas torres de Fly P.A. medindo (3,00x2,00) metros na altura do pé direito do palco ou Asa de P.A contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 metros de frente por02 de profundidade e altura do piso compatível com o palco.  Área de Serviços (House de P.A.) para ser montada à frente do palco, na altura de 40 cm do solo, em estrutura metálica, de formato quadrado, medidas aproximadas de 4,00 x 3,00, coberta com fechamentos laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva.	06
PALCO 8X6 METROS COM CAMARIM (10 dias) Palco em estrutura de alumínio, com cobertura e colunas em treliça de alumínio P30 de formato retangular, medindo 08 metros de frente por 06 de fundo, piso em estrutura metálica e madeira de compensado naval de 25 mm com altura do pé direito de até 8,00 metros e piso de (1,40 a 2.00) metros em relação ao solo, com forração deno mínimo 2mm, novo, na cor grafite, coberto com lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante) com fechamento nas laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva na cor branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), fechamento inferior (saia) frontal e nas laterais branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em	10



ambos os lados; com guarda corpo e aterramento conforme normas da ABNT. Área de serviço junto ao palco medindo 3x3 com cobertura em treliça de alumínio P30.

Duas torres de Fly P.A. medindo (3,00x2,00) metros na altura do pé direito do palco ou Asa de P.A contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 metros de frente por02 de profundidade e altura do piso compatível com o palco.

Área de Serviços (House de P.A.) para ser montada à frente do palco, na altura de 40 cm do solo, em estrutura metálica, de formato quadrado, medidas aproximadas de 4,00 x 3,00, coberta com fechamentos laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva.

### PALCO 12X08 METROS COM CAMARIM (03 DIAS)

Palco em estrutura de alumínio, com cobertura em treliça de alumínio P380 e colunas em estrutura de alumínio C30, formato retangular com medida aproximada de 12 metros de frente e 08 de profundidade (lateral) - mantendo-se a metragem mínima de 96 metros quadrados, piso em estrutura metálica e em madeira de compensado naval de 25 mm com altura de 1,60 metros em relação ao solo, com forração na cor grafite, pé direito (do solo ao teto) de (6,00 a 9,00) metros e do piso ao teto de (5,00 a 8,00) metros, coberto com lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), com fechamento nas laterais e fundo com material ortofônico ou lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante) e proteção total contra chuva, fechamento inferior (saia) frontal e nas laterais branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em ambos os lados, com quarda corpo e aterramento conforme normas da ABNT. Deverá ter no mínimo 01 (uma) rampa de acesso ao palco, instalada paralela ao fundo do palco, com pelo menos 2,20 metros de largura e 12 metros de comprimento, para carga e descarga de materiais e/ou acesso de PNE (cadeirantes). Para o cálculo de inclinação deve-se utilizar a legislação em vigor (ABNT). Um sobre palco para bateria medindo (3,00x2,00) m com 0,60 m de altura. Duas torres de Fly P.A. medindo (3,00x2,00) metros na altura do pé direito do palco ou Asa de P.A contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 metros de frente por02 de profundidade e altura do piso compatível com o palco.

Área de serviço em treliça de alumínio P30 junto ao palco medida aproximada de 4x3 com cobertura e fechamentos laterais e fundo com material ortofônico e proteçãototal contra chuva.

House de P.A. para ser montada à frente do palco, na altura de 40 cm do solo, em estrutura metálica, de formato quadrado, medidas aproximadas de 4,00 x 4,00, coberta com tenda, com fechamentos laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva.

### PALCO 12X08 METROS COM CAMARIM (06 DIAS)

Palco em estrutura de alumínio, com cobertura em treliça de alumínio P380 e colunas em estrutura de alumínio C30, formato retangular com medida aproximada de 12 metros de frente e 08 de profundidade (lateral) — mantendo-se a metragem mínima de 96 metros quadrados, piso em estrutura metálica e em madeira de compensado naval de 25 mm com altura de 1,60 metros em relação ao solo, com forração na cor grafite, pé direito (do solo ao teto) de (6,00 a 9,00) metros e do piso ao teto de (5,00 a 8,00) metros, coberto com lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), com fechamento nas laterais e fundo com material ortofônico ou lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante) e proteção total contra chuva, fechamento inferior (saia) frontal e nas laterais branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em ambos os lados, com guarda corpo e aterramento conforme normas da ABNT. Deverá ter no mínimo 01

06

06



(uma) rampa de acesso ao palco, instalada paralela ao fundo do palco, com pelo menos 2,20 metros de largura e 12 metros de comprimento, para carga e descarga demateriais e/ou acesso de PNE (cadeirantes). Para o cálculo de inclinação deve-se utilizar a legislação em vigor (ABNT). Um sobre palco para bateria medindo (3,00x2,00) m com 0,60 m de altura.

Duas torres de Fly P.A. medindo (3,00x2,00) metros na altura do pé direito do palco ou Asa de P.A contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 metros de frente por02 de profundidade e altura do piso compatível com o palco.

Área de serviço em treliça de alumínio P30 junto ao palco medida aproximada de 4x3 com cobertura e fechamentos laterais e fundo com material ortofônico e proteçãototal contra chuva.

House de P.A. para ser montada à frente do palco, na altura de 40 cm do solo, em estrutura metálica, de formato quadrado, medidas aproximadas de 4,00 x 4,00, coberta com tenda, com fechamentos laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva.

### PALCO 12X08 METROS COM CAMARIM (10 DIAS)

Palco em estrutura de alumínio, com cobertura em treliça de alumínio P380 e colunas em estrutura de alumínio C30, formato retangular com medida aproximada de 12 metros de frente e 08 de profundidade (lateral) – mantendo-se a metragem mínima de 96 metros quadrados, piso em estrutura metálica e em madeira de compensado naval de 25 mm com altura de 1,60 metros em relação ao solo, com forração na cor grafite, pé direito (do solo ao teto) de (6,00 a 9,00) metros e do piso ao teto de (5,00 a 8,00) metros, coberto com lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), com fechamento nas laterais e fundo com material ortofônico ou lona branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante) e proteção total contra chuva, fechamento inferior (saia) frontal e nas laterais branca ou preta (ser definida pelo unidade requisitante), escada de acesso metálica com corrimão em ambos os lados, com guarda corpo e aterramento conforme normas da ABNT. Deverá ter no mínimo 01 (uma) rampa de acesso ao palco, instalada paralela ao fundo do palco, com pelo menos 2,20 metros de largura e 12 metros de comprimento, para carga e descarga de materiais e/ou acesso de PNE (cadeirantes). Para o cálculo de inclinação deve-se utilizar a legislação em vigor (ABNT). Um sobre palco para bateria medindo (3,00x2,00) m com 0,60 m de altura. Duas torres de Fly P.A. medindo (3,00x2,00) metros na altura do pé direito do palco ou Asa de P.A contíguos ao palco, medindo aproximadamente 3 metros de frente por02 de profundidade e altura do piso compatível com o palco.

Λ4

Área de serviço em treliça de alumínio P30 junto ao palco medida aproximada de 4x3 com cobertura e fechamentos laterais e fundo com material ortofônico e proteçãototal contra chuva.

House de P.A. para ser montada à frente do palco, na altura de 40 cm do solo, em estrutura metálica, de formato quadrado, medidas aproximadas de 4,00 x 4,00, coberta com tenda, com fechamentos laterais e fundo com material ortofônico e proteção total contra chuva.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1. Justificativa para a contratação

A solicitação para a abertura de licitação na modalidade Pregão para Registro de Preços será para atender aos eventos que fazem parte do Calendário Oficial da Cidade e outros eventos diversos da Secretaria de Cultura e Economia Criativa ou de outras unidades da Prefeitura Municipal de Taubaté durante o período de 12 (doze) meses.



A Secretaria de Cultura e Economia Criativa atende cerca de 130 eventos do Calendário Oficial, apoia eventos em comunidades de diversos bairros da cidade, entidades sem fins lucrativos, eventos cívicos, eventos em diversas praças da cidade e entre outros projetos culturais e turísticos desta Secretaria.

A locação de palcos é essencial para realização de eventos de grande porte que necessitam da estrutura para shows musicais e outras apresentações artísticas. O palco grande de 12 x 08 metros são utilizados em eventos como o Aniversário da Cidade e a Virada Cultural Paulista, enquanto eventos de menor expressão ou com espaço limitado como a Festa do Folclore, conseguimos adequar ao palco 08 x 06 metros. Para eventos de bairros, ou que não tenha necessidade de uma estrutura muito grande, é utilizado o palco 06 x 04 metros, que atende perfeitamente um evento como Festival de Viola Caipira.

#### 2.2. Estudo Técnico

A presente contratação foi devidamente analisada por meio do Estudo Técnico Preliminar executado anteriormente, através do qual se demonstrou justificável e viável, além de servir de base para este Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é Ata de Registro de Preços para contratação de empresa especializada em locação de palcos para eventos. A empresa contratada deverá realizar a entrega e instalação dos palcos solicitados nos locais indicados no mínimo 01 (um) dia antes do início do evento e a retirada após o término do mesmo.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Registro ou inscrição na entidade profissional competente, ou seja, certidão de registro da empresa no CREA/SP (Certidão de Registro de Pessoa Jurídica), conforme Resolução Nº 266/79 ou CAU, conforme Lei Federal Nº 12.378/10 – se for o caso, com validade na data limite para apresentação dos envelopes, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais ou registro em CREA ou CAU de outras unidades da Federação, porém a adjudicatária se sediada em outro Estado que não São Paulo, deverá apresentar, por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preço, certificado de Registro do CREA ou CAU de origem com visto do CREA/SP ou CAU/SP, em vigor.

Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, a qual será atendida por Atestado de Capacidade Técnica fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Comprovação de que a licitante possui, em seu quadro permanente na data prevista para a entrega da proposta, profissional(s) de nível superior, devidamente reconhecido(s) pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica (devidamente registrado na entidade competente), para execução de ser comprovado através da Certidão de Registro Profissional e Quitação e detentor de Certificado de Acervo Técnico.

A comprovação de possuir em seu quadro permanente profissional(is) exigida, será feita, em se tratando de sócio ou proprietário da empresa, por intermédio da apresentação do registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;

.....



em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou contrato de Prestação de Serviços.

As empresas participantes deverão incluir na proposta: transporte até o local do evento, montagem, desmontagem e retirada após o evento, bem como alimentação e hospedagem, se necessário, dos técnicos envolvidos na montagem e desmontagem.

A empresa contratada deverá fazer prova da regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). As certidões deverão estar em vigor na data da emissão da Nota Fiscal e deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitida.

A empresa contratada deverá emitir para contrato a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução do serviço prestado, devidamente conferidos pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO

### 5.1 Obrigações da contratada

Todo o equipamento para a execução do serviço deverá estar no local e horário determinado impreterivelmente. O atraso ocorrendo será considerado como prestação de serviço parcial, sendo a CONTRATADA obrigada a arcar com as multas preestabelecidas;

A prestação dos serviços somente poderá ser prestada mediante a ordem emitida pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa ou qualquer secretaria que solicitar os serviços que serão oriundos dessa Ata de Registro de Preços, onde será estipulado a quantidade e o tipo do serviço a ser fornecido, local e horário pré-estabelecido, com no mínimo 5 dias de antecedência à prestação dos serviços.

Caso exista algum contratempo a empresa deverá comunicar a CONTRATANTE, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

A CONTRATADA assume expressamente a responsabilidade pelo ressarcimento de quaisquer danos causados a terceiros, que ocorram durante e depois da prestação de serviço contratado, decorrentes de falhas de natureza técnica, imprudência ou imperícia nas instalações dos equipamentos, insumos, acidentes provocados por imprudência na segurança.

A CONTRATADA deverá arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto deste Termo, tais como: Entrega, montagem, desmontagem, retirada, bem como alimentação e hospedagem, se necessário, dos técnicos envolvidos e demais custos necessários a plena e total execução do objeto, inclusive no que se referir à quantidade dos recursos materiais empregados e seleção/treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento, executando perfeitamente os serviços através de pessoas idôneas e tecnicamente capacitadas.

A CONTRATADA deverá confirmar o recebimento da Ordem de Serviço, via e-mail, no máximo de 24 horas após o recebimento, para que não ocorram imprevistos.



### 5.2. Obrigações da contratante

Efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento;

Comunicar imediatamente à empresa qualquer irregularidade manifestada na execução do objeto;

Designar um servidor para acompanhar o serviço;

Enviar a empresa com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) dias, a Ordem de Serviço contendo as informações dos eventos a serem atendidos com: O tipo de serviço, data, local, horário de início e previsão de término, nome e telefone do responsável que estará no local do evento.

Poderá ser solicitado uma reunião antecedente ao evento para mais informações, a fim de que exista uma melhor comunicação entre a empresa e as Secretarias, mantendo a contratada ciente de como será o evento.

Caso haja o cancelamento do(s) evento(s), serão comunicados a empresa em, no máximo, 48 (quarenta e oito) Horas antes do previsto para o evento.

Cada prestação de serviços deverá cumprir com as quantidades estipuladas na descriçao detalhada de cada item, conforme solicitado na Ordem de Serviço ou pelo Responsável designado no local do evento.

### 6. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

A fiscalização e o acompanhamento do Contrato ficará a cargo do Secretaria de Cultura e Economia Criativa ou qualquer secretaria que solicitar os serviços que serão oriundos dessa Ata de Registro de Preços, a quem compete verificar se a contratada está executando corretamente a prestação dos serviços, obedecendo aos termos contratuais e aos demais documentos que o integram.

A fiscalização e o acompanhamento da execução contratual será de acordo com o Decreto Nº 15.523, de 10 de Março de 2023.

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Os pagamentos seguirão o estabelecido na Portaria SEFI Nº 42, de 02 de fevereiro de 2022.

### 8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS

As pesquisas de preços foram executadas conforme artigo 23, § 1º da Lei nº 14.133, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 15.447, de 12 de dezembro de 2022, no que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Taubaté.

Na cotação foi consideradas as informações técnicas presentes no Estudo Técnico Preliminar.

Foi realizada a pesquisa direta com fornecedores, conforme inciso IV do § 1º, art. 23 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, já que não foi possível a obtenção de preços nos demais parâmetros possíveis, dada a ausência de objeto compatível.

A seleção dos fornecedores, para compor os valores do orçamento buscou selecionar empresas consolidadas no ramo, com boa reputação, com serviços anteriores bem sucedidos, demonstrando possuírem know-how na área de atuação e proporcionando orçamentos competitivos de mercado.



A pesquisa foi realizada através de solicitação formal de cotação, tanto fisicamente como através disparo de e-mail, e foi obtido três orçamentos de empresas locais. As demais empresas que entramos em contato recusaram a atender o pedido de cotação.

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme pesquisas de preços apresentadas após solicitação, estima-se que o valor global será de **R\$** 1.257.213,32 (um milhão e duzentos e cinquenta e sete mil e duzentos e treze reais e trinta e dois centa-vos) para a execução dos serviços.

Considerando a Ordem Interna nº 12/2023 foi utilizado, como método para obtenção do preço esti- mado por item, a média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços,

O mapa comparativo de preços contendo os valores orçados na pesquisa de mercado segue anexo:

Item: 0.0	.1405 - I	OCACAO DE PALCO 12 X 8 (10 DIAS)				Qtde.: 4	UN
Seq. Item	Forne	cedores	CNPJ	Classificado	Marca/Model	Valor	Valor Total
1	16669	ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA. ME	09.203.179/0001-59	Sim		24.200,0000	R\$ 96.800,0
		Data	09/08/2024				
1	17876	FLUXION EVENTOS EIRELI EPP	05.256.973/0001-00	Sim		29.040,0000	R\$ 116.160,0
		Data	11/09/2024				
1	25429	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME	05.906.613/0001-06	Sim		38.720,0000	R\$ 154.880,0
		Data	17/09/2024				
				Médias Unitár	io / Total :	R\$ 30.653,33	R\$ 122.613,3
Solicitação	de Con	npra 1751/2024					
Item: 0.0	.1407 - 1	OCACAO DE PALCO 6 X 4 (10 DIAS)				Qtde.: 20	UN
Seq. Item	Forne	cedores	CNPJ	Classificado	Marca/Model	Valor	Valor Total
2	16669	ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA. ME	09.203.179/0001-59	Sim		10.450,0000	R\$ 209.000,0
		Data	09/06/2024				
2	17876	FLUXION EVENTOS EIRELI EPP	05.256.973/0001-00	Sim		12.540,0000	R\$ 250.800,0
		Data	11/09/2024				
2	25429	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME	05.906.613/0001-06	Sim		14.080,0000	R\$ 281.600,0
		Data	17/09/2024				
				Médias Unitár	io / Total :	R\$ 12.356,67	R\$ 247.133,33
Solicitação		npra 1751/2024 .OCACAO DE PALCO 8 X 4 METROS (0	3 DIAS)			Otde.: 20	) UN
Seq. Item		100 March 1987	CNPJ	Classificado	Marca/Model	Valor	Valor Total
3		ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA. ME			marca/model	6.050,0000	R\$ 121.000,0
-	10000	ONE! ENTRETENIMENTOS ETEA. ME	06.203.176/0001-36	Jan		0.030,0000	179 121.000,00
		Data	09/06/2024				
	17876	FLUXION EVENTOS EIRELI EPP	05.256.973/0001-00	Sim		7.260,0000	R\$ 145.200,00
3			11/09/2024				
3		Data	THOUZULT				
3	25429	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME	05.906.613/0001-06	Sim		10.560,0000	R\$ 211.200,00
	25429	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS	The Part of the Pa	Sim		10.580,0000	R\$ 211.200,00
	25429	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME	05.906.613/0001-06	Sim Médias Unitár	io / Total :	10.580,0000 R\$ 7.956,67	R\$ 211.200,00 R\$ 159.133,33
3		TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME Data	05.906.613/0001-06		io / Total :		
3 Solicitação	de Con	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME Data	05.908.613/0001-06 17/09/2024		io / Total :		R\$ 159.133,33



Cotação :	790/2	2024				
4	16669	ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA. ME	09.203.179/0001-59	Sim	8.030,0000	R\$ 80.300,00
		Data	09/06/2024			
4	17876	FLUXION EVENTOS EIRELI EPP	05.256.973/0001-00	Sim	9.636,0000	R\$ 96,360,00
		Data	11/09/2024			
4	25429	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME	05.906.613/0001-06	Sim	12.320,0000	R\$ 123.200,00
		Data	17/09/2024			
				Médias Unitário / Total :	R\$ 9.995.33	R\$ 99.953.33

Solicitação de Compra 1751/2024

Item: 0.0.1408 - LOCACAO DE PALCO 8 X 6 (03 DIAS) Qtde.: 10 UN

Seq. Item	Forne	cedores	CNPJ	Classificado	Marca/Model	Valor	Valor Total
5	16669	ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA, ME	09.203.179/0001-59	Sim		9.020,0000	R\$ 90.200,00
		Data	09/06/2024				
5	17876	FLUXION EVENTOS EIRELI EPP	05.256.973/0001-00	Sim		10.824,0000	R\$ 108.240,00
		Data	11/09/2024				
5	25429	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME	05.906.613/0001-06	Sim		14.080,0000	R\$ 140.800,00
		Data	17/09/2024				
				Médias Unitár	rio / Total :	R\$ 11.308.00	R\$ 113.080,00

Solicitação de Compra 1751/2024

Item: 0.0.1409 - LOCACAO DE PALCO 8 X 6 (06 DIAS) Qtde.: 6 UN

	10000000					700000000000000000000000000000000000000	-
Seq. Item	Forne	cedores	CNPJ	Classificado	Marca/Model	Valor	Valor Total
8	16669	ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA. ME	09.203.179/0001-59	Sim		11.000,0000	R\$ 66.000,00
		Data	09/06/2024				
6	17876	FLUXION EVENTOS EIRELI EPP	05.256.973/0001-00	Sim		13.200,0000	R\$ 79.200,00
		Data	11/09/2024				
6	25429	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME	05.906.613/0001-06	Sim		15.840,0000	R\$ 95.040,00
		Data	17/09/2024				
				Médias Unitar	io / Total :	R\$ 13.346,67	R\$ 80.080,00



7

# Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado do Cao Danto

790/2024

17876 FLUXION EVENTOS EIRELI EPP

Sim

11/09/2024

25429 TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME

05.906.613/0001-06 Sim

17.600,0000

R\$ 176.000,00

Data

17/09/2024

Médias Unitário / Total :

R\$ 15.950.00 R\$ 159.500,00

Solicitação de Compra 1751/2024

Item: 0.0.1404 - LOCACAO DE PALCO MEDINCO 12 X 8 (03 DIAS)

Qtde.: 6 UN

Seq. Item	Forne	cedores	CNPJ	Classificado	Marca/Model	Valor	Valor Total
8	16669	ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA. ME	09.203.179/0001-59	Sim		16.500,0000	R\$ 99.000,00
		Data	09/06/2024				
8	17876	FLUXION EVENTOS EIRELI EPP	05.256.973/0001-00	Sim		16.200,0000	R\$ 97.200,00
		Data	11/09/2024				
8	25429	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME	05.906.613/0001-06	Sim		28.160,0000	R\$ 168.960,00
		Data	17/09/2024				
				Médias Unitár	io / Total :	R\$ 20 296 67	R\$ 121.720,00

Solicitação de Compra 1751/2024

Item: 0.0.1741 - PALCO 12 X 8 - 6 DIAS Qtde.: 6 UN

Seq. Item	Forne	cedores	CNPJ	Classificado	Marca/Model	Valor	Valor Total
9	16669	ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA. ME	09.203.179/0001-59	Sim		19.800,0000	R\$ 118.800,00
		Data	09/06/2024				
9	17876	FLUXION EVENTOS EIRELI EPP	05.256.973/0001-00	Sim		23.760,0000	R\$ 142.560,00
		Data	11/09/2024				
9	25429	TRIADE PROMOCOES E EVENTOS COMERCIAL LTDA- ME	05.906,613/0001-06	Sim		33.440,0000	R\$ 200.640,00
		Data	17/09/2024				
				Médias Unitár	io / Total :	R\$	R\$ 154,000,00

25.666,67

Dados Ven	cedor	Classificado	Valor Total	
16669	ONLY ENTRETENIMENTOS LTDA. ME	09.203.179/0001-59	Sim	R\$ 919.600,00
17876	FLUXION EVENTOS EIRELI EPP	05.256.973/0001-00	Sim	R\$ 97.200,00

Desclassificação Motivo

Total para o Menor Preço: R\$ 1.016.800,00

Total para o Maior Preço: R\$ 1.552.320,00

Total para a Média Cotada: R\$ 1.257.213,32

Justificativa:

A solicitação para a abertura de licitação na modalidade Pregão para Registro de Preços será para atender aos eventos que fazem parte do Calendário Oficial da Cidade e outros eventos diversos da Secretaria de Cultura e Economia Criativa ou de outras unidades da Prefeitura Municipal de Taubaté durante o período de 12 (doze) meses



### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Como a presente proposta de certame licitatório baseia-se em uma Ata de Registro de Preços, a indicação de adequação orçamentária ocorrerá apenas em eventual solicitação de consumo.

#### 11. CATÁLOGO

Em pesquisa ao catálogo eletrônico de padronização disponibilizado pelo Governo Federal, como ferramenta obrigatória permitindo a padronização de itens a serem contratados pela Administração, na presente data, não está disponibilizado para a utilização o item objeto deste Termo de Referência.

#### 12. GARANTIA

A empresa contratada deverá manter o perfeito controle da qualidade dos serviços prestados;

Caso ocorram reclamações sobre a qualidade dos produtos fornecidos ou serviços prestados, providenciar imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela fiscalização.

# 13. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS

Para todos os efeitos, é declarado o cumprimento dos requisitos expostos neste Termo de Referência.

Fernando Paschoal de Oliveira Secretário de Cultura e Economia Criativa Prefeitura Municipal de Taubaté



### **CALENDARIO OFICIAL DE EVENTOS**

### LEI Nº 5.124, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015 - Vereador Diego Fonseca Nascimento

Declara de utilidade pública a Organização Social Amigos do Balé da Cidade de Taubaté.

### LEI Nº 5.218, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016 - Vereador Jeferson Campos

Inclui no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté "O Vale em Canto".

Art. 1º Passa a fazer parte do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté "O Vale em Canto", sediada

em Taubaté-SP.

### LEI Nº 5281, DE 08 DE JUNHO DE 2017 - Vereador Guará Filho

Inclui no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté o Festival Nacional de Música e Literatura.

# NDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS MUNICIPAIS PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

#### **JANEIRO**

# LEI 4836 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 – DIA DA FESTA DO VENERÁVEL SÃO SEBASTIAO – Vereadora Maria

das Graças

Gonçalves Oliveira

Institui o Dia da Festa do venerável São Sebastião, na cidade de

Taubaté. Art. 1º Institui o Dia da Festa do venerável São

Sebastião.

Art. 2º A data comemorativa da Festa do venerável São Sebastião será toda segunda e terceira semana do mês de janeiro.

<u>LEI 4.467, DE 20 DE JANEIRO DE – TAUBATE AUTO SHOW</u> – Vereadora Maria das Graças Gonçalves Oliveira Art 1° Fica instituído o movimento Taubaté Auto Show, a ser comemorado, mensalmente, no último domingo do mês.

### **FEVEREIRO:**

### LEI 5232/16 – DE 16/12/2016 - DESFILE CARNAVALESCO DO BLOCO DO MIRANTE

Passa a fazer parte do calendário Oficial de Datas e Eventos do Município o Desfile Carnavalesco do Bloco do Mirante do Parque Três Marias.

### ENCONTRO DE FOLIAS DE REIS

Apresentação de diversos Grupos de Folia de Reis de Taubaté e região além de apresentações de outros tipos de danças folclóricas

Data: Domingo que antecede o dia 02 de Fevereiro – Dia de Nossa Senhora

das Candeias Local: Praça Mons. Silva Barros

## FESTIVAL DE MARCHINHAS DE QUIRIRIM

Local: Praça de Eventos de Quiririm

Data: Sexta, Sábado e Domingo que antecede o Carnaval.

#### **CARNAVAL**



Local da realização: Avenida da Alegria do Povo Taubateano; inicio: Sábado Desfile de Escolas de Samba, Blocos Carnavalescos, Escola de Samba da AMETRA, e Matine. Baile de Carnaval e Matine no Palco de Eventos do Distrito de Quiririm

### <u>LEI Nº 5.113, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015 - DESFILE DO "BLOCO VAI QUEM QUER - Ver. Luiz Gonzaga Soares</u>

Institui o desfile do "Bloco Vai Quem Quer", como marco da abertura oficial do Carnaval de Taubaté. Art. 1º Institui e inclui no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município o desfile do "Bloco Vai Quem Quer", como abertura oficial do Carnaval de Taubaté.

- § 1º O desfile e abertura oficial acontecerá no sábado anterior ao sábado de carnaval.
- § 2º A data da semana ora instituída passará a constituir o Calendário de Eventos do Município de Taubaté.

#### LEI Nº 5.116, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015 – CRISTO FOLIA

Projeto de Lei da Vereadora Gorete

Art. 1º Passa a fazer parte do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté a festa denominada

"Cristofolia", realizada anualmente no sábado que antecede ao carnaval, pela Diocese de Taubaté.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal poderá apoiar o evento, nos termos da lei, autorizando, inclusive, o uso de espaços ebens públicos para a sua realização pela comunidade.

#### REBANHÃO DE CARNAVAL – LEI Nº 4.344 DE 05 DE MAIO DE 2010

Em local e data a ser fixado a critério dos organizadores

O poder executivo Municipal poderá apoiar, nos termos da Lei, o evento, inclusive autorizando o uso de espaços e benspúblicos, para o evento e para a comunidade, visando à preservação dos aspectos religiosos no período carnavalesco.

#### **MARÇO:**

# LEI 5.256 DE 20 DE ABRIL DE 2017 – ENCENAÇÃO DA PAIXÃO DE CRISTO, DO GRUPO DE TEATRO ATORES DA FÉ, DA

#### PAROQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS - Vereador Orestes Vanone

Fica Incluída no Calendário de Eventos Oficiais do Município de Taubaté a encenação da Paixão de Cristo, do Grupo de Teatro Atores da Fé, da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, a ser realizada no período da Semana Santa, em dia e local a ser fixado a critério dos organizadores. Art 2: O Poder Executivo Municipal poderá apoiar, nos termos da lei, o evento inclusive autorizando o uso de espaços e bens públicos, para o evento e para a comunidade, visando a preservação dos aspectos religiosos, que ocorrem naquela paróquia.

## <u>LEI Nº 3.256, DE 10 DE MARÇO DE 1999 - SEMANA DA MULHER - Vereadora Célia A. Marques da Silva</u>

Lei: Art. 1º Fica instituída a "Semana da Mulher", a ser realizada nas Creches e Escolas Municipais de 1º e 2º graus, anualmente, na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Art. 2º As comemorações relativas à "Semana da Mulher" compreenderão atividades educacionais, artísticas e culturais, para conscientização sobre a importância do papel da mulher na sociedade.

### <u>LEI 690 DE 03 DE ABRIL DE 1963 – FESTA OFICIAL DA JUVENTUDE CATOLICA – PASCOA DOS ESTUDANTES</u>

Vereador Evandro Campos e outros

# PROCISSÃO DE RAMOS E ENCENAÇÃO DA SANTA CEIA E DA CRUCIFICAÇÃO DE JESUS – Igreja São Pedro - Apóstolo

Objetiva preservar o costume muito antigo da cidade, celebrando a Paixão e Morte de Jesus. Local: Pátio da Igreja São Pedro

#### DIA DA CULTURA RACIONAL – LEI 4248 DE 25/06/09 – Vereador Carlos Peixoto

A ser comemorado no segundo domingo de março

#### DIA DA COZINHEIRA ESCOLAR

Lei nº 4.553 de 21/10/2111 - "Art. 1º Fica instituído, no município de Taubaté, o Dia da Cozinheira Escolar, a ser

comemorado, anualmente, no dia 31 de Março".

## <u>LEI Nº 4317 DE 09 DE ABRIL DE 2010 SEMANA MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL</u> ULTIMA SEMANA DO MÊS DE MARÇO

### <u>LEI Nº 4.945, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014 - DIA MUNICIPAL DO GRAFITE - VEREADOR DOUGLAS CARBONNE</u>

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO. Art. 2º O Dia Municipal do Grafite será realizado anualmente no dia 27 de março.

Art. 3º Durante o Dia Municipal do Grafite a Prefeitura Municipal de Taubaté fica autorizada a realizar competições e palestras, podendo, para tanto, formalizar parcerias com órgãos públicos e entidades privadas interessadas em promover o grafite no município.

#### <u>DECRETO 12.113 – 12/02/2010 - DIA DA LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS DE TAUBATÉ</u> DIA 04 DE MARCO

Calendário Oficial das Comemorações cívicas, culturais e Artísticas do Município de Taubaté, data em que se decretou aabolição da escravatura no Município.

#### LEI 5226/16 DE 02/12/2016 - ENCONTRO MUNICIPAL DE GRUPOS DE CAPOEIRA

Passa a fazer parte do calendário oficial de datas e eventos do município de Taubaté o "Encontro municipal de Grupos de Capoeira" a ser realizado anualmente no dia 04 de março no município de Taubaté.

### LEI N° 5.108, DE 1° DE DEZEMBRO DE 2015 - "CAMPEONATO PAULISTA DE RALLY DE VELOCIDADE", PROMOVIDO PELA

PRORALLY. - Vereador Rodrigo Luís Silva

Art. 1º Passa a fazer parte do Calendário Oficial de Eventos do Município de Taubaté o "Campeonato Paulista de Rally de Velocidade", promovido pela PRORALLY, realizado anualmente no mês de março em data a ser fixada, na cidade de Taubaté/SP.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal poderá, nos termos da lei, apoiar o evento ora criado, inclusive autorizando o uso de espaços públicos, visando a preservação dos aspectos de lazer, dentre outros, bem como os valores culturais da sociedade.

Art. 1º Passa a fazer parte do Calendário de Batas de Município de Paubaté a Corrida Pedestre General Salgado, pertencente ao 5ºBPMI (Batalhão de Polícia Militar do Interior), realizada anualmente no mês de março, comemorativo ao aniversário da implantação da Unidade Militar no Município.

#### LEI 5160 DE 31/03/2016 - DIA MUNICIPAL DOKMOS EM AÇÃO - Vereadora Graça

Institui o dia Municipal Dokmos em Ação da Igreja Fonte da Vida na cidade de Taubaté, a ser comemorada no dia 05 de março.

#### **ABRIL:**

# LEI Nº 5429, DE 10 DE JULHO DE 2018 - "SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO" - Vereador Rodrigo

Luis Digão

Art. 1º Fica instiuído no município de Taubaté, a "Semana Municipal de Conscientização do Autismo", a ser comemorada a partir do dia 2 de abril, na qual também é comemorado o Dia Mundial de Conscientização Autismo, passando a mesma a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município.

## <u>LEI Nº 5280, DE 08 DE JUNHO DE 2017 - DIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO - Vereadora Vivi da Rádio</u>

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté o Dia do Exército Brasileiro, a ser comemorado anualmente no dia 19 de abril.

## <u>LEI Nº 5.216, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016</u> - <u>PROGRAMA MUNICIPAL DE FOMENTO AO LIVRO, LEITURA E LITERATURA -</u>

Vereador Alexandre Villela Silva

Institui no município de Taubaté o Programa Municipal de Fomento ao Livro, Leitura e Literatura. A Art. 1º Fica criado o Programa Municipal de Fomento ao Livro, Leitura e Literatura que tem como princípios fundamentais: I - a leitura e a escrita como meios principais de difusão (verificar a Lei)

# LEI 5085/15 DE 06/10/2015 - FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO DE SOMBRAS Passa a fazer parte do Calendário Oficial de Datas e Eventos Município de Taubaté o FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO DE SOMBRAS arganizado polo Circ. Ovaço Circamo, acdiado esta

**INTERNACIONAL DE TEATRO DE SOMBRAS** organizado pela Cia. Quase Cinema, sediada em Taubaté a ser realizada na última semana do mês de Abril.

#### LEI 5084/15 – DIA MUNICIPAL DO CHORO - Vereador Carlos Peixoto

Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos da Cidade o DIA MUNICIPAL DO CHORO a ser comemorado no dia 23 deabril, data natalícia de Alfredo da Rocha Viana Júnior – Pixinguinha

#### LEI 5040 DE 22/07/2015 - BIENAL DO LIVRO DE TAUBATÉ – Vereador Douglas Carbone

Autoriza o Senhor Prefeito Municipal a instituir a Bienal do Livro em Taubaté e dá outras providências. Art.1º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir a Bienal do Livro de Taubaté, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação - (verificar a Lei)

### <u>LEI Nº 4.802, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013 – DRIFT TRIKE - Vereador Paulo de Tarso Cardoso</u> de Miranda

Institui o dia da prática do esporte "Drift Trike" no Calendário Oficial de eventos do Município de Taubaté.

#### Estado de São Paulo EI Nº 3.882, de 02 de dezembro de 2015 – SEMANA MUNICIPAL de COMBATE AO

ALCOOLISMO - A ser realizada na

segunda semana de abril.

#### SEMANA MONTEIRO LOBATO - LEI Nº 62, DE 27 DE MARÇO DE 1953 - Vereador Luarlindo

Carelli Barreto e outros Objetiva preservar a memória do grande escritor Taubateano Monteiro Lobato, com oficinas de maquiagem, dobraduras, pintura, shows infantis e musicais, teatro infantil e outras atividades destinadas ao público infantil e adulto.

Local: Sítio do Pica Pau Amarelo e Parque Municipal do Vale do Itaim

Data: Semana que abrange o dia 18 de Abril – Data de Nascimento do Escritor

#### SEMANA MAZZAROPI - Local: Diversos locais da cidade - Data: Primeira quinzena de Abril

Objetiva preservar a memória do grande cineasta brasileiro Amacio Mazzaropi com shows musicais relembrando as trilhas sonoras dos filmes encenados por ele, projeção de filmes, exposição e outras atividades destinadas ao público infantil e adulto.

<u>LEI Nº 4.418 DE 22/10/2010 – DIA DA EMPREGADA DOMÉSTICA</u> - VEREADORA GRAÇA - Fica instituído no âmbito do município de Taubaté o Dia da empregada Doméstica a ser comemorado anualmente no dia 27 de Abril.

#### <u>LEI Nº 2.413 – 30.04.89 – FESTA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA DE QUIRIRIM - VEREADOR JOSÉ BENTO</u>

Objetiva preservar a memória e a cultura dos primeiros colonos italianos, que povoaram o distrito de Quiririm, colaborando com o progresso rural de nossa região. O evento conta com grupos de dança, shows e gastronomia típica italiana. Local: Praça de Eventos do Distrito de Quiririm e ruas do Distrito Data: final de abril e inicio de maio, abrange o dia 01 de Maio.

#### DIA MUNICIPAL DO NORDESTINO - LEI Nº4.345 DE 05 DE MAIO DE 2010

Fica instituído o Dia Municipal do Nordestino, a ser comemorado, anualmente, na última segunda feira do mês de Abril.

#### MAIO:

#### LEI Nº 5.424, DE 27 DE JUNHO DE 2018 - VEREADORA GRAÇA

Art. 1º É instituído o "Dia da Educação Profissional", a ser comemorado no Município de Taubaté, no dia 04 de maio de

cada ano.

#### LEI 5.378, DE 218 DE DEZEMBRO DE 2017 - VEREADORA GORETE

Art. 1º Passa a fazer parte do Calendário Oficial de datas e Eventos do Município de Taubaté a Festa de Nossa Senhora do Belém, realizada anualmente no mês de maio, na paróquia de Nossa Senhora do Belém.

#### LEI Nº 5.380, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017 - VEREADOR NENECA LUIS HENRIQUE

Art. 3º A data comemorativa dia do Gerente de Cidade, será celebrada anualmente no dia 31 de maio, data deimplantação do curso no Brasil.

## <u>LEI Nº 5275, DE 07 DE JUNHO DE 2017- Dia Municipal da Integridade, Autoria: Vereador Noilton Ramos</u>

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté o Dia Municipal da Integridade, a ser comemorado anualmente no dia 31 de maio. Art. 2º O Dia Municipal da Integridade tem por escopo difundir a toda

Municipalidade as seguintes premissas: I – Responsabilidade Ambiental e Desenvolvimento Sustentável;

Promoção da Saúde e Qualidade de Stado de Integridade Pessoal e Combate à Corrupção; IV – Compaixão Humana e Consciência Pública.

## <u>LEI 5161/16 – 31/03/2016 – AS FESTAS DO DIVINO ESPIRITO SANTO NA CIDADE DE TAUBATÉ - VEREADORA POLLYANA</u>

Passa a fazer parte do calendário oficial de datas e eventos do município de Taubaté, todas as festas do divino espírito santos, realizadas anualmente por ocasião da festa de pentecostes, pelas comunidades religiosas de nossa cidade

### <u>LEI Nº 5.123, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015 – DIA MUNICPAL DA DEFENSORIA PUBLICA - VEREADOR DIEGO FONSECANASCIMENTO</u>

Dispõe sobre a criação do Dia Municipal da Defensoria Pública.

Art. 1º Fica instituído e inserido no calendário oficial de eventos do município de Taubaté, o Dia Municipal da Defensoria Pública, que será comemorado, anualmente em 19 de maio.

#### LEI Nº 4.126 – DE 19/12/2007 - DIA MUNICIPAL DA LEMBRANÇA

Com o objetivo de manter vivas as cenas de tragédia do holocausto contra judeus, ciganos, comunistas, deficientes, opositores, homossexuais e doentes mentais que durante a segunda guerra mundial vitimou milhões de pessoas. A sercomemorado em 08 de maio.

## <u>LEI 835 DE 9/12/64 – DIA DO SOLDADO CONSTITUCIONALISTA - Ver. Humberto</u> Puccinelli, a ser comemorado no dia 23 de maio.

### <u>LEI Nº 4.960/14, DE 30/12/2014 - VEREADORA VERA SABA - DIA MUNICIPAL DE FIBROMIALGIA - 12 DE MAIO</u>

## LEI Nº 4.824, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013 - Institui a Semana de Artes Plásticas José Luiz da Costa Ferreira. - Vereador Jeferson Campos

Art. 1º Fica instituída, no município de Taubaté, a Semana de Artes Plásticas José Luiz da Costa Ferreira a ser comemorada anualmente na segunda semana do mês de maio, de modo a ser celebrada na semana do dia 8 de maio (Dia do Artista Plástico).

### <u>LEI Nº 4.864 DE 08 DE ABRIL DE 2014 – DIA DO METODISMO WESLEYANO</u> - Vereadora Maria das Graças GonçalvesOliveira

Institui o Dia do Metodismo Wesleyano para homenagear os cidadãos evangélicos membros das igrejas de origem Wesleyana. A data comemorativa do Dia do Metodismo Wesleyano será todo dia 24 de maio.

#### <u>LEI 4944 DE 21/112014 – FESTA DO DIVINO – IGREJA 3 MARIAS - VEREADORA GORETE</u> FESTA DO DIVINO realizada anualmente por ocasião da Festa de Pentecostes na Paróquia São Vicente

de Paulo – Parque Três Marias.

<u>LEI 4952 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014 – FESTA DO DIVINO IGREJA SÃO JOAO - Vereadora Maria Gorete Santos de Toledo</u> Inclui no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté a celebração da "Festa do Divino" realizada anualmente por ocasião da Festa de Pentecostes, Alto de São João, Paróquia de Santa Terezinha.

#### LEI 4865/14 - 08/04/2014 CONGRESSO FONTE DE PRODIGIOS Vereador Carlos Peixoto

Institui o Congresso Fonte dos Prodígios que acontece no mês de maio da Igreja Missionaria Fonte de Prodígios.

Passa a fazer parte do Calendário de Datas e Eventos do Município de Taubaté o congresso Fonte de Prodígios, pertencente à Igreja Missionaria Fonte de Prodígios, realizado anualmente no mês de maio. O poder executivo poderá apoiar, nos termos da Lei, o evento inclusive autorizando o uso de espaços e bens públicos, para o evento e para a igreja, visando à preservação dos aspectos culturais.



LEI 4.818 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2013 FESTIVAL DE CINEMA DE TAUBATE - Autoria: Prefeito Municipal

Art. 1 = Tendo por objetivo apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, fica instituído o Festival de Cinema de Taubaté, destinado a exibir e premiar as produções culturais nas áreas de cinema, vídeo e televisão.

#### Lei 4699 de 08/08/2012 FESTA DE SANTA RITA DE CÁSSIA

Art. 1 – Passa a fazer parte do Calendário Oficial de Datas e Eventos do município a Festa de Santa Rita de Cássia na Vila Marli, pertencente a Paróquia da Santíssima Trindade, na Vila Nossa Senhora das Graças, realizada anualmente no mês de maio, na comunidade de Santa Rita de Cassia, Vila Marli.

#### Lei nº 4.164 de 02/06/08 - SEMANA MUNICIPAL DE ADOÇÃO

Período de 19 a 25 de Majo

### <u>LEI 5015 DE 17/07/2015 - FESTA DO PADROEIRO DA PAROQUIA NOSSA SENHORA MAE DA IGREJA</u> – Vereador Paulo

Miranda

Passa a fazer parte do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté a FESTA DA PADROEIRA DA PAROQUIA NOSSA SENHORA MÃE DA IGREJA realizada anualmente no mês de maio no Santuário São Benedito, no Bairro da Estiva.

<u>LEI 4140 – 25/03/2008 – Vereadora Pollyana - SEMANA DO TROPEIRO - Local de realização:</u> <u>Parque do Itaim – Rancho Tropeiro. Último final de semana de Maio (sexta, sábado e domingo)</u>

<u>LEI Nº 4.660, DE 27 DE JUNHO DE 2012 - CORRIDA DE PEDESTRE DE 1º DE MAIO - Vereador Luiz Gonzaga Soares</u>

# <u>LEI 4.966/15 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015 - FESTA DE 1º DE MAIO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES – SINDICATO DOS METALURGICOS DE TAUBATE E REGIÃO - VEREADOR JEFERSON CAMPOS</u>

Art. 1° – passa a fazer parte do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté a Festa de 1° de Maio do Sindicato dos Trabalhadores, pertencente ao Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região, realizada anualmente no mês de maio.

# SEMANA MUNICIPAL DE DIAGNÓSTICO E PREVENÇÃO À CEGUEIRA POR CATARATA, GLAUCOMA, DESCOLAMENTO DE RETINA E OUTRAS DOENÇAS OFTALMOLÓGICAS; LEI 5.298/17, DE 12 DE JULHO DE 2017 - Vereador Orestes Vanone

A ser realizada anualmente na semana do dia 26 de maio, data em que se comemora o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma.

### LEI 4.967/15 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015 - <u>SEMANA MUNICIPAL DA SEGURANÇA E</u> SAUDE DO TRABALHADOR DETAUBATÉ - VEREADOR DOUGLAS CARBONE

Art. 2 – A Semana Municipal da Segurança e Saúde do Trabalho será realizada anualmente na primeira semana de Maio.

### <u>LEI Nº 5.122, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015 – DIA DO BALE DA CIDADE – DIA 05 DE</u> MAIO - Vereador Diego Fonseca

**Nascimento** 

espoe sobre a criação do "Dia do Balé **Estado** d**e asão", Poulo**icípio de Taubaté.

Art. 1º Fica instituído e inserido no calendário oficial de eventos do município de Taubaté, o Dia do Balé da Cidade de Taubaté, para ser comemorado no dia 5 de maio, com a finalidade da valorização dos trabalhos realizados pela Companhiade Balé da Cidade de Taubaté.

#### LEI 5149/16 DE 17/02/2016 – SEMANA DA CIDADANIA E SEGURANÇA

Vereador Noilton Ramos – a ser comemorada no período de 10 a 16 de maio

JUNHO:

#### LEI 5265 de 19 de Maio de 2017 – FESTA JUNINA DO SHALON – FEJUSHA

Art. 1 – Passa a fazer parte do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté a festa do FEJUSHA que se localiza na Avenida Shalon – 200 – Jardim Ana Rosa. Art. 2º contando com o apoio do Poder Executivo Municipal, nos termos da lei, no evento, inclusive autorizando o uso de bens públicos para a realização do evento pelo Movimento Shalon.

#### LEI 5267 DE 19/05/2017 – DIA MUNICIPAL DE COMBATE AO VITILIGO

Art. 1 – fica instituído no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté a ser comemorado anualmente no dia 25/06. Art 2 O Dia Municipal de combate ao vitiligo tem por escopo difundir a toda municipalidade as seguintes premissas: orientação e esclarecimentos sobre a doença; promoção da saúde e qualidade de vida; ressocialização das pessoas com vitiligo; conscientização da sociedade e autoridades públicas.

### <u>LEI 5178 DE 27 DE ABRIL DE 2016 - FESTA JUNINA DO MOVIMENTO DE CURSILHOS DA CRISTANDADE</u> - Vereador João

Vidal

Inclui no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município a FESTA JUNINA DO MOVIMENTO DE CURSILHOS DA CRITANDADE, A SER REALIZADA ANUALMENTE NO MÊS DE JUNHO NA Casa de Cursilhos de Taubaté.

<u>LEI Nº 5.252, de 30/03/2017 – FESTA DE SÃO JOÃO – IRMAO DE SÃO JOSE - Vereador Neneca</u> Inclui no calendário Oficial de Datas e Eventos a **FESTA DE SÃO JOÃO IRMÃO DE SÃO JOSE**, a ser realizada anualmente no mês de junho, no último final de semana, na Praça da Inconfidência na Vila São José.. Art. 2º O Poder Executivo Municipal poderá apoiar o evento, nos termos da lei, autorizando, inclusive, o uso de espaços e bens públicos para sua realização pela comunidade.



Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei onerarão a verba orçamentária própria, suplementada senecessário.

#### LEI Nº 4.830, DE 26/12/2013 - FESTA SERTANEJA DA PAROQUIA N.S. CONCEIÇÃO

Artigo 1º - Festa Sertaneja promovida pela Paróquia N.S. Conceição em data a ser fixada pela paróquia com sede na Praça Antônio Naldi.

#### LEI 4.486, DE 27 DE ABRIL DE 2011- DIA CONSCIENTIZAÇÃO DA CARDIOPATIA CONGENITA -

Vereadora Pollyana Fátima

Gama Santos

A ser realizado, anualmente, no dia 12 de junho.

### <u>Lei 4.402, DE 30 DE SETEMBRO DE 2010 –DIA MUNICIPAL DE RECICLADOR – AGENTE</u> AMBIENTAL

#### Projeto de lei de autoria do Vereador José Francisco Saad

Institui o Dia Municipal do Reciclador (Agente Ambiental)

Art. 1ºFica instituído o Dia Municipal do Reciclador (Agente Ambiental, a ser comemorado, anualmente, no dia 5 de junho, durante a Semana Do Meio Ambiente.

Art.2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### LEI 219, DE 05 DE NOVEMBRO DE 1956 - SEMANA DO COMERCIÁRIO TAUBATEANO

Projeto de lei de autoria do Vereador Ubatumirim Lotufo Garcez e outros

Art. 1º Fica oficializada a "Semana do Comerciário Taubateano", a ser realizada na segunda semana do mês de junho de

cada ano, e patrocinada pela Associação dos Empregados no Comércio de Taubaté.

Art.2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrário.

### <u>LEI Nº 4.814, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013 - DIA MUNICIPAL DO HANDEBOL TAUBATEANO -</u> Vereador Jeferson Campos

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal do Handebol Taubateano, a ser comemorado anualmente no dia 23 junho. Art. 2º A data de que trata esta Lei passa a integrar o calendário oficial do Município de Taubaté.

**<u>FESTA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA - Mês: Junho.</u>** Em diversos locais da cidade. Exposições – apresentações – eventosculturais

### <u>FESTA DO NORDESTINO -</u> EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ Nº 41, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007

Praça do Bonfim – Bairro do Bonfim

Acrescenta o inciso XIV no artigo 168 da Lei Orgânica do Município de Taubaté

A Câmara Municipal de Taubaté aprova e a Mesa promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Taubaté, nos termos do § 2º do seu artigo 26:

Art. 1º O artigo 168 da Lei Orgânica do Município de Taubaté passa a vigorar acrescido do inciso XIV, com a seguinteredação:

"Art. 168. ...... XIV – a Festa do Nordestino." Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação

## <u>LEI 4.970/15 DE 25/02/2015 - SEMANA MUNICIPAL DE RECICLAGEM DO LIXO - VEREADOR NOILTON RAMOS</u>



Art.2-A Semana Municipal de Reciclagem do Lixo tem por objetivo sensibilizar a comunidade sobre a necessidade de reciclagem dos materiais reutilizáveis, visando a conservação do meio ambiente e contribuindo para a geração de trabalhoe renda a população carente através de procedimentos informativos, educativos e organizados.

### <u>DIA MUNICIPAL DO RIO PARAIBA DO SUL – LEI 428409 DE 1/12/2009 – Ver. Rodrigo Luis</u> silva

Fica instituído o dia Municipal do Rio Paraíba do sul a ser comemorado anualmente no dia 05 de junho.

#### <u>4.352/10 – 01/06/2010 - FESTA DE SÃO JOÃO BATISTA</u>

Igreja São João - Local: Pátio da Igreja de São João - Bairro de São João Data: Dois finais de semana que abrange o dia 24 de Junho.

Shows regionais, danças e área de alimentação com comidas e bebidas típicas.

<u>LEI 5151/16 – 01/03/2016 – DIA DO POLICIAL MILITAR EVANGELICO</u> - Vereador Diego Fonseca - A SER COMEMORADONO DIA 25 DE JUNHO.

#### <u>LEI Nº 5.177, DE 19 DE ABRIL DE 2016</u> - "MUTIRÃO DE RECOLHIMENTO DO LIXO ELETRÔNICO"

Vereador Nunes Coelho

Inclui no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté o "Mutirão de Recolhimento do Lixo Eletrônico" a

ser comemorado na primeira quinzena do mês de junho, no município de Taubaté.

Art. 1º Passa a fazer parte do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté o "Mutirão de Recolhimento do Lixo Eletrônico" a ser comemorado na primeira quinzena do mês de junho.

#### JULHO:

#### LEI 5.255 DE 20/04/2017 - DIA MUNICIPAL DO TATUADOR - Vereador Douglas Carbone

A ser realizado anualmente no dia 20 de julho. Art 3° - Durante o Dia Municipal do Tatuador, a PM Taubaté, fica autorizada a realizar eventos e encontros, podendo, para tanto, formalizar parcerias com órgãos públicos e entidades privadas interessadas em promover a arte da tatuagem.

#### <u>LEI Nº 5.104, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015 - "SEMANA DOS AVÓS" - Vereador Luiz</u> Gonzaga Soares

Institui a "Semana dos Avós" no município de Taubaté.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei: Art. 1º Fica instituída no município de Taubaté a "Semana dos Avós" a ser realizada, anualmente, na última semana do mês de julho, sendo o dia 26 a data comemorativa ao dia dos avós.

### <u>LEI Nº 4.823, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013 - DIA DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE SKATE</u> - Vereador José Adalcio Nunes

Coelho - Art. 1º Fica instituído o dia do Campeonato Municipal de Skate, que acontecerá anualmente no terceiro domingo de julho, a ser realizado na pista de skate situada no Parque Municipal Jardim das Nações. Art. 2º O Campeonato Municipal de Skate passa a integrar o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté. Art. 3º O Campeonato Municipal de Skate deverá atingir os seguintes objetivos: I – divulgar e estimular a prática desse esporte; II – fomentar e reunir praticantes e adeptos; III – celebrar os desportos urbanos; IV – incentivar o turismo da cidade de Taubaté.

<u>LEI Nº 4861 DE 26 DE MARÇO DE 2014 – DIA MUNICIPAL DO TAXISTA -</u> Vereador Jeferson Campos Fica Instituído o Dia Municipal do Taxista na cidade de Taubaté, a ser comemorado,



anualmente, no dia 25 de Julho. As despesas com o cumprimento desta Lei correrão por conta de verbas orçamentarias próprias.

#### LEI 5013 DE 17/06/2015 - FESTA DE SÃO BENEDITO - VEREADOR PAULO MIRANDA

Passa a fazer parte do calendário oficial de datas e Eventos do Município a Festa de São Benedito, a ser realizado anualmente no mês de julho no Santuário São Benedito – Bairro da Estiva.

### <u>LEI Nº 4.385 DE 27 DE JULHO DE 2010 - DIA MUNICIPAL DE MARCHA PARA JESUS</u> CRISTO

Alínea "b" do Artigo 36 da Lei Orgânica do Município de Taubaté Anualmente na segunda semana após o feriado dedicado ao Corpus Christi Obs:- é organizada pela Comissão de Pastores de Taubaté

#### <u>UMADET LEI 2691/92 – 8/09/1992 -</u> Vereador Abimael Araújo de Jesus

Institui a Semana de Confraternização da UMADET – União da Mocidade da Assembleia de Deus de Taubaté, a ser comemorada da terceira semana de julho. O evento deverá ser em parceria da PM Taubaté e a Igreja Evangélica assembleia de Deus de Taubaté.

### LEI N° 5.239 DE 30/12/2016 - UMADET PERTENCENTE A IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTÉRIO

MADUREIRA - Vereador Carlos Peixoto, a ser realizada anualmente no mês de Julho. Inclui no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté a Festa União da Mocidade da assembleia de Deus de Taubaté – UMADET pertencente a Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Madureira, realizada anualmente no mês de julho e da outras providencias.

#### <u>"SEMANA DR. JUARES GUISARD" LEI 4849 DE 26 DE MARÇO DE 2014 - VEREADOR LUIZ GONZADA DOS</u> SANTOS

Fica instituída, no Município de Taubaté, a "Semana Dr. Juares Guisard" a ser realizada, anualmente, na última semana no

mês de julho. §1º O poder Executivo poderá promover ações que valorizem o Patrimônio Histórico e Cultural desta urbe.

§2º A data da semana ora instituída passara a constituir o Calendário de Eventos do Município de Taubaté.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentarias próprias, suplementadas se necessário.

#### LEI Nº 5.014, DE 17/07/2015 - VEREADOR PAULO MIRANDA - FESTA DE SANTA ISABEL

Passa a fazer parte do calendário de datas e eventos do município a Festa de santa Isabel a ser realizada anualmente entreos meses de junho e julho na Igreja Santa Isabel no Bairro da Estiva

#### FESTA DE SÃO PEDRO APÓSTOLO - Igreja de São Pedro

<u>Apóstolo</u> Local: Pátio da Igreja São Pedro Apóstolo – Bairro de São Pedro Data: Três finais de semana que abrange o dia 29 de Junho

## <u>LEI 4927/14 – 07/11/2014 - SEMANA SANGUE BOM MARCELA NOGAROTTO - VEREADOR NOILTON SILVESTRE RAMOS</u>



DE 24 A 30 DE JUNHO

<u>LEI 4986/15 – DIA MUNICIPAL DO CICLISTA</u> - Vereador Noilton Ramos - A ser comemorado no último domingo de junho. Tem como objetivo difundir o uso da bicicleta, promover a importância da conscientização do ciclismo, buscar soluções para viabilização de vias exclusivas, desenvolver o mutuo respeito entre ciclistas, motorista e pedestres.

## <u>LEI 4.413 DE 13/10/2010 – FESTA DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS - AUTORIA DO VEREADOR ORESTES VANONE</u>

PAROQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS - MÊS DE JUNHO

Passa a fazer parte do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município a Festa do Sagrado Coração de Jesus, promovidapela Paróquia Sagrado Coração de Jesus no mês de junho, em local a ser fixado a critério dos organizadores. Art. 2º - O Poder Executivo poderá apoiar, nos termos da lei, a festa, inclusive autorizando o uso de espaços e bens públicos, para o evento e para a comunidade, visando à preservação dos aspectos religiosos.

#### LEI 4.370 DE 30/06/2010 – SANFEST - Bairro da Santa Fé

Fica incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município a Festa Junina do Bairro Santa Fé – SANFEST – comemorada anualmente, no mês de julho.

#### LEI 4982/15 DA VEREADORA GORETE – CERCO DE JERICO

Inclui no Calendário de eventos da cidade o evento CERCO DE JERICO a ser realizado no mês de Julho na Paróquia São Sebastião no Parque Ipanema.

#### LEI:4.199 – 02/10/2008 - SEMANA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO DIABETES INFANTIL

A Semana de Prevenção e Combate ao Diabetes Infantil compreenderá seminários, aulas, palestras, concursos, cartazes e outras mídias que contribuam para a divulgação dos propósitos estabelecidos por esta Lei. A semana deverá ser comemorada anualmente no mês de julho. Os departamentos de ação Social e o de Saúde ficam encarregados da programação relativa ao evento, utilizando para este fim todos os locais que julguem convenientes e em especial nas escolas da rede municipal.

## <u>LEI Nº 3.321, DE 7 DE OUTUBRO DE 1999 - "Semana do Sertanejo", Vereador Mário Monteiro dos Santos</u>

Institui a ser realizada anualmente no mês de julho Art. 1º Fica instituída a "Semana do Sertanejo", a ser realizada anualmente no mês de julho. Parágrafo único. O encerramento dar-se-á sempre no dia 18 de julho, em homenagem ao nascimento do baluarte da música sertaneja Anacleto Rosa Júnior. Art. 2º A "Semana do Sertanejo" compreenderá uma programação de atividades artísticas e populares, para destacar a importância da figura do sertanejo na formação cultural de nossa sociedade. Art. 3º A programação e a coordenação da "Semana do Sertanejo" ficarão sob a responsabilidade do Departamento de Educação, Cultura e Esportes do Município

### <u>LEI Nº 3.274, DE 13 DE MAIO DE 1999 - DIA DA CULTURA E DA PAZ - Vereador José</u> Francisco Saad -

Art. 1º Fica instituído no município de Taubaté o "Dia Municipal da Cultura e da Paz", a ser comemorado no dia vinte e

cinco de julho do calendário gregoriano. Art. 2º Para a comemoração instituída nesta Lei adota-se a "Bandeira da Paz".

AGOSTO:

LEI Nº 5.331, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017 - VEREADORES DENTINHO E JOÃO VIDAL



Art 1º Fica instituído no Calendário Oficial de eventos do Município de Taubaté, o DIA MUNIPAL DAS EQUIPES DE NOSSA SENHORA – ENS.

Art. 2º O Dia Municipal das Equipes de Nossa Senhora ENS será realizado anualmente no dia 21 de agosto.

#### LEI 5018 DE 17/07/2015 – FESTA DE SANTA FÉ – VEREADOR PAULO MIRANDA

Institui a festa de santa Fé a ser realizada anualmente no mês de agosto na Igreja de Santa fé no Bairro de Santa fé

#### LEI 4289 – 11/12/2009 – SEMANA DA GESTÃO PUBLICA – VER. MARIA DAS GRAÇAS

Fica instituído em Taubaté, a Semana Municipal da Gestão publica, a ser comemorada na primeira semana do mês deagosto

## <u>LEI 4.485, DE 20 DE ABRIL DE 2011 SEMANA DA CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA O ASSEDIO MORAL - Vereador Orestes</u>

Varone - A ser realizada na última semana do mês de agosto.

Inclui a semana de Conscientização contra o Assédio Moral no Calendário de eventos do Município.

#### LEI 4897 DE 10/07/14 - DIA MUNICIPAL DO FIGUREIRO - DIA 05 DE AGOSTO

<u>LEI Nº 1.051, DE 6 DE MARÇO DE 1968 FESTA DO FOLCLORE</u> - Vereadora Judith Mazella Moura Institui e oficializa a "Semana do Folclore" FESTA DO FOLCLORE

## RUA IMACULADA (BAIRRO DA IMACULADA) E PÁTIO DA CASA DO FIGUREIRO (RUA DOS GIRASSÓIS)

Data: Semana que abrange o dia 22 de Agosto – Dia do Folclore

Objetiva o resgate do folclore e tradição de nosso município, com apresentações dos grupos folclóricos, shows musicais, fanfarra, shows infantis, roda de violeiros, exposição de peças das figureiras, desfile folclórico de abertura pelas ruas da cidade, missa campal, alvorada festiva, procissão do mastro, entre outras diversas atrações e área de alimentação.

<u>DECRETO 12.222 DE 29 DE JULHO DE 2010 - FESTIVAL DA BATATA</u> - Vereadores Pollyana Gama e Ângelo FilippiniLocal: Mercato - Primeira semana de agosto

## <u>LEI Nº 4.429 DE 18/11/2010 - SEMANA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO</u>

#### SETEMBRO

#### LEI Nº 5.333, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

AUTORIA: VEREADOR DOUGLAS CARBONE

Art. 1º fica instituído no Calendário Oficial de eventos do Município de Taubaté a Caminhada Animal. Art. 2º A Caminhada Animal será realizada anualmente na última semana do mês de setembro.

#### Lei Nº 5.334, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

**AUTORIA VEREADOR DOUGLAS CARBONE** 

Art.1º Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Taubaté o Dia do Médico Veterinário. Art. 2º O Dia do Médico Veterinário será realizado anualmente na segunda semana do mês de setembro.



### <u>LEI Nº 5276, DE 07 DE JUNHO DE 2017 -"Não Morra Sem Jesus", Autoria: Vereador Jessé</u> Silva

A ser comemorada na terceira semana de setembro

## <u>LEI Nº 5.245, DE 22 DE MARÇO DE 2017 - DIA MUNICIPAL DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS DA ADVOCACIATAUBATEANA VEREADOR NENECA</u>

Inclui no calendário oficial do município o Dia Municipal de Defesa das Prerrogativas da Advocacia Taubateana e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei: Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial do Município o Dia Municipal de Defesa das Prerrogativas da Advocacia Taubateana, a ser comemorado, anualmente, no dia dez de setembro. Parágrafo único. Serão realizadas reuniões, palestras, seminários e atividades específicas alusivas ao evento, os quais serão regulamentados pelo Poder Executivo Municipal. Art. 2º O Dia Municipal de Defesa das Prerrogativas da Advocacia Taubateana tem por objetivo valorizar e homenagear a advocacia local, ressaltando a importância da proteção das prerrogativas desses profissionais do direito.

### <u>LEI 5215 DE 14/10/2016 – VERADORA VERA SABA - SEMANA MUNICIPAL DA LEITURA -</u> Institui a Semana Municipal da

Leitura

Art 1° fica instituída a Semana Municipal da Leitura que ocorrerá anualmente na última semana de setembro, com afinalidade de divulgar e ampliar as ações de leitura no município de Taubaté.

<u>DIA DO CLIENTE – LEI 4249 DE 25/06/09 – VER. MARIA TEREZA PAOLICCHI -</u> A ser comemorado em 15 de setembro

### <u>LEI 4943/14 – 21/11/2014 - VEREADORA VERA SABA E DEMAIS VEREADORES</u> "DIA MUNICIPAL DA PAZ" - DIA 09 DE SETEMBRO

#### **DESFILE SETE DE SETEMBRO -** AV. DA ALEGRIA DO POVO TAUBATEANO - DIA 07 DE SETEMBRO

<u>FESTA DE SANTA CRUZ – LEI 5016 DE 17/07/2015 -</u> AUTORIA VEREADOR PAULO MIRANDA Passa a fazer parte do calendário oficial de Datas e Eventos do Município a Festa de santa Cruz, realizada anualmente no mês de setembro, na Igreja de santa cruz no Bairro da Estiva.

# LEI 4.500, DE 20 JUNHO DE 2011 SEMANA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DA SAÚDE MASCULINA PROJETO DE LEI DEAUTORIA DO VEREADOR RODRIGO LUIS SILVA

Institui a Semana Municipal de Prevenção da Saúde Masculina e dá outras providencias. Art. 1° Fica instituída a semana Municipal de Prevenção da saúde Masculina, a ser realizada, anualmente, na segundasemana do mês de setembro, passando a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município.

## <u>FESTA DO MENINO JESUS DE PRAGA – LEI 5019 DE 17/07/2015 – VER. PAULO MIRANDA</u>

Passa a fazer parte do Calendário Municipal de Datas e Eventos do município a Festa do Menino Jesus de Praga a serrealizada anualmente no mês de setembro no Igreja Menino Jesus no Bairro da Vila Costa.

#### LEI Nº 4.775, DE 12 DE JULHO DE 2013 - SEMANA SOCIOCULTURAL CRISTÃ.

Projeto de Lei de autoria do Vereador Diego Fonseca Nascimento - Semana Sociocultural Cristã.



Art. 1º O Prefeito fica autorizado instituir no Município de Taubaté a Semana Sociocultural Cristã, que constará do seu Calendário Turístico e Cultural. Art. 2º A semana será celebrada anualmente na 2º quinzena do mês setembro.

#### DECRETO Nº 12.830 DE 20 DE SETEMBRO DE 2012 - SEMANA MUNICIPAL DO IDOSO

Art.1º - Passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos Culturais do Município o Passeio à cidade de Aparecida, realizadopelos Idosos Institucionalizados, na Semana Municipal do Idoso. - Obs:- Instituído em 2012

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto onerarão as dotações orçamentárias próprias.

### <u>LEI 4.410 DE 13/10/2010 – AUTORIA: Vereadora Graça - SEMANA DO JOVEM EMPREENDEDOR</u>

Fica instituída a Semana do Jovem Empreendedor, comemorada anualmente na primeira quinzena de setembro, que tem como objetivo mostrar a importância da micro e pequena empresa para a economia, emprego e geração de renda e estimular a cultura empreendedora.

Fica a critério das entidades educacionais e empresas públicas e privadas do município realizar atividades com jovens da cidade.

## <u>LEI 5004 DE 02/07/2015 – DIA MUNICIPAL DE LUTA DA PESSOA COM DEFICIENCIA - VEREADORA GORETE</u>

Fica Instituído o Dia Municipal de Luta da Pessoa com Deficiência a ser comemorado anualmente no dia 21 de setembro.

#### **DECRETO:** 4.249/09 – 25/06/09 - **DIA DO CLIENTE** - **Dia:** 15 de setembro

LEI Nº 4.639 DE 14/05/2012 - SEMANA MUNICIPAL DO IDOSO - Ver eador Rodrigo Luis Silva

Período: inicio em 25 de setembro a 01 de outubro - Encerrando no dia 1º de Objetivo: Estimular atividades físicas e mentais nas pessoas de melhor idade; conscientizar o idoso de sua importância como fonte de experiências e papel na construção de uma sociedade com maior qualidade de vida; sensibilizar os diversos segmentos da sociedade sobre o papel e a respectiva importância do idoso, O poder executivo, por meio de seus órgãos competentes promoverá atividades como palestras, cursos, shows, atividade médicas, exames laboratoriais para a promoção dos idosos.

#### LEI Nº 5.107, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015 - CORRIDA DE SÃO VICENTE - Vereadora Andreia Gonçalves

Inclui no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté a "Corrida de São Vicente", realizada anualmente

no 4º domingo do mês de setembro, na Paróquia São Vicente de Paulo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei: Art. 1º Passa a fazer parte do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté a "Corrida de São Vicente", realizada anualmente no 4º domingo do mês de setembro, na Paróquia São Vicente de Paulo.

<u>LEI Nº 5.434, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018 – FESTIVAL GASTRONÔMICO RURAL</u> – Vereador Fião Madrid Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Festas e Comemorações do Município de Taubaté, o Festival Gastronômico Rural, a ser comemorado no último final de semana do mês de setembro.

#### OUTUBRO

LEI 5262/17 - DIA MUNICIPAL DA REFORMA PROTESTANTE - Vereador Noilton Ramos

Art 1 – Fica instituído no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté o dia Municipal da Reforma Protestante, a ser comemorado anualmente no dia 31 de outubro. Art 2 – O dia Municipal de Reforma Protestante tem por objetivo as seguintes premissas: I – difundir a leitura das Escrituras Sagradas; II – promover a conscientização da importância dos evangelhos bíblicos,



como instrumento de qualidade espiritual de vida; III – divulgar a contribuição que a reforma prestou para o fortalecimento de noções como liberdade, democracia e solidariedade social.

## <u>LEI 3935 – 25/05/2006 – SEMANA DA CONSCIENTIZAÇÃO A PROTEÇÃO DE ANIMAIS – VER. POLLYANA GAMA</u>

A ser comemorado na primeira semana do mês de outubro

## <u>LEI 4.555, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2011 - VEREADORA POLLYANA FÁTIMA GAMA SANTOS</u>

Acrescenta dispositivo à lei 3.935, de 25 de maio de 2006, que dispõe sobre a Semana de Conscientização a Proteção de Animais.

#### **LEI Nº 5.379/17 – DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017**

Art. 2º O "Dia do Corretor de seguros" Será realizado anualmente no dia 12 de outubro .

## LEI 4.714, DE 18 DE OUTUBRO DE 2012 - DIA DE COMBATE E PREVENÇÃO AO CRACK PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO VEREADOR JEFERSON CAMPOS

Institui o Dia de Combate e Prevenção ao Crack, no âmbito do município de Taubaté. Art 1° Fica instituído o dia 19 de outubro como o Dia de Combate ao Crack no município de Taubaté.

## <u>LEI 4.543, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011 - O DIA MUNICIPAL DO ANIMAIS PROJETO - Vereadora Maria Teresa Paolicchi</u>

Institui e inclui no Calendário de Eventos do Município de Taubaté o Dia Municipal do Animais. A ser comemorado, anualmente no dia 4 de outubro.

<u>LEI 3895 -31/11/2006 – DIA MUNICIPAL DAS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN -</u> A ser comemorado em 24 de outubro.

## <u>LEI 3890 – 27/10/2006 – SEMANA DE COMBATE A FOME E A DESNUTRIÇÃO JOSUE DE CASTRO -</u> Ver. Jeferson campos

A ser comemorada em 16 de outubro

<u>LEI 3975 – 20/09/2006 – DIA DO NASCITURO – Vereador Carlos Peixoto -</u> A ser comemorado em 08 de outubro.

<u>LEI 4153 – DIA MUNICIPAL DO CONSEG – Ver. Tereza Paolicchi -</u> A Ser comemorado anualmente em 07 de Outubro.

<u>LEI 4198 – 02/11/08 – SEMANA MUNICIPAL DE DEFESA E PROMOÇÃO DA VIDA -</u> Ver. Carlos Peixoto. Anualmente no período de 6 a 12 de outubro

#### <u>LEI 4273 DE 29/10/2009 – SEMANA MUNICIPAL DE INCENTIVO A DOAÇÃO DE</u> <u>MEDULA OSSEA - A ser comemorado</u>

anualmente entre 25 a 31 de outubro

#### LEI 4.968/15 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015 - DIA MUNICIPAL SEM USO DO CARRO

#### FESTA DE FREI GALVÃO - LEI 4981/15 - VEREADOR JOAO VIDAL

Inclui no calendário oficial de eventos da cidade a Festa de Frei Galvão a ser realizada anualmente no dia 25 de outubro naComunidade Frei Galvão na Chácara Silvestre, pertencente a Paróquia São Vicente de Paulo.



<u>DECRETO LEI 4.263/09 DE 27 DE AGOSTO DE 2009. DIA DO FISIOTERAPEUTA -</u> Comemorado no dia 13 de Outubro

<u>LEI 4.965 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015 - SEMANA MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL -</u> Vereador Jeferson Campos

Comemorado no mês de outubro

Art. 3 – na semana de Seguridade Social poderão ser desenvolvidas atividades pedagógicas, debates, palestras de conscientização nas escolas e em outros locais públicos, e ainda, ações que visem informação e difusão dos valores e princípios da Seguridade Social.

LEI 360 – 29/12/58 – DIA DO DESARMAMENTO INFANTIL - A ser celebrado em 18 de outubro.

#### LEI Nº 5020 DE 17/07/2015 - FESTA DE SÃO GERALDO MAJELA – VER. PAULO MIRANDA

Passa a fazer parte do calendário oficial de Datas e Eventos do município a Festa de São Geraldo Majela, a ser realizada anualmente no mês de outubro na Igreja São Geraldo Majela no Parque Aeroporto.

#### <u>LEI 4269 – DE 14 DE OUTUBRO DE 2009- DIA MUNDIAL DO CORRETOR DE IMÓVEIS -</u> Dia 27 de Agosto

<u>LEI 4.969 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015 - DIA DO JUDÔ - VEREADOR DIEGO FONSECA NASCIMENTO</u> Art.1 — Fica instituído no Calendário Oficial de Município de Taubaté o Dia do Judô a ser comemorado no dia 28 de Outubro. Art 2- As despesas com a aplicação desta Lei correrão a conta de dotações orçamentaria próprias, suplementadas se necessário.

<u>LEI Nº 4.300 DE 01 DE MARÇO DE 2010 - DIA MUNICIPAL DE VALORIZAÇÃO DO POLICIAL CIVIL -</u> COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 16 DE OUTUBRO

<u>LEI Nº 4274 – DE 29 DE OUTUBRO DE 2009 - FESTA DE NOSSA SENHORA APARECIDA</u> - Comunidade de Nossa Senhora

Aparecida – Vila Aparecida. Data a ser fixada pela comunidade. Local: Av. Dr. César Costa – 800 – Vila Aparecida.

<u>LEI 4276 – 09/11/09 - MÊS DA PREVENÇÃO AO CANCÊR DE MAMA</u>. Dedicar o mês de outubro com eventos relacionados ao desenvolvimento de ações educativas e preventivas com relação ao Câncer de Mama. A Câmara participará convidando profissionais da Saúde para promover palestras e reuniões para divulgação do tema. A Câmara abrirá seu espaço físico para a realização de exames médicos durante a campanha. O Departamento de Saúde do município será convidado a participar das atividades da Câmara.

## <u>FESTA DO PADROEIRO DA CIDADE - SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS - Local: Praça Dom Epaminondas</u>

Comemora o santo padroeiro da cidade no dia 04 de outubro acontece tradicionalmente a Procissão pelas ruas da cidade.

<u>LEI Nº4.198 DE 04/10/2008 - SEMANA MUNICIPAL DE DEFESA E PROMOÇÃO DA VIDA - Comemorada</u> anualmente no período de 6 a 12 de Outubro.

## <u>LEI Nº 4.748, DE 14 DE MARÇO DE 2013 - FEIRA DE QUADRINHOS - VEREADORA MARIA TERESA PAOLICCHI</u>

Dispõe sobre a criação da Feira de Quadrinhos no município de Taubaté. Art. 3º A feira será



realizada todos os anos e incluída no calendário oficial de festividades e eventos de Taubaté.

### <u>DECRETO: 4.250/09 – 25 DE JUNHO DE 2009 - SEMANA CULTURAL DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS -</u> PERIODO DE 11 a 17

OUTUBRO. A Semana Cultural da História em Quadrinhos será realizada anualmente coincidindo a sua finalização com o DIA DO PIONEIRISMO – lançamento da primeira revista considerada como história em quadrinhos em território nacional.

### <u>LEI 5005 – 02/07/2015 – VERADOR NOILTON RAMOS - SEMANA MUNICIPAL DA FAMILIA -</u> Fica instituído a Semana

Municipal da Família com o objetivo de conscientização da importância da família como alicerce fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento humano da sociedade. A ser realizada anualmente na semana de dia 21 de Outubro (dia Nacional da Valorização da família — Lei Federal 12.647/12) onde serão desenvolvidas atividades nas áreas deeducação, cultura, esporte, lazer e saúde. O encerramento poderá ser comemorado com o evento "Marcha da Família"

### <u>LEI Nº 5.090, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015 - FESTA DE NOSSA SENHORA APARECIDA, - CAPELA NOSSA SENHORA</u>

APARECIDA, NO BAIRRO DA GURILÂNDIA - Vereador Douglas Carbonne

Inclui no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté a Festa de Nossa Senhora Aparecida, realizada anualmente no mês de outubro, na Capela Nossa Senhora Aparecida, no Bairro da Gurilândia e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei: Art. 1º Passa a fazer parte do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté a Festa de Nossa Senhora Aparecida, realizada anualmente no mês de outubro, na Capela Nossa Senhora Aparecida, no Bairro da Gurilândia.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal poderá apoiar o evento, nos termos da lei, autorizando, inclusive, o uso de espaços e bens públicos para sua realização pela comunidade.

<u>LEI Nº 5.172 – 18/04/2016 – FESTA DE SÃO JUDAS TADEU -</u> Inclui no calendário oficial de datas e eventos do município de Taubaté a festa de São Judas Tadeu, realizada anualmente no mês de outubro, na comunidade Granjas Rurais Reunidas são Judas Tadeu, neste Município. A ser comemorado no mês de outubro.

#### NOVEMBRO

#### LEI 5.395, DE 03/04/2018 - Vereadora Loreny

Fica instituído o dia 14 de novembro como o "Dia Municipal de Prevenção e Controle de Diabetes Mellitus – Lundwing Gomes Santana.

### <u>LEI Nº 5.230/16 DE 16/12/2016 - RETIRO ESPIRITUAL ENXUGANDO AS LAGRIMAS DE</u> CRISTO –Passa a fazer parte do

Calendário de Datas e Eventos do Município o Retiro Espiritual enxugando as Lagrimas de Cristo, a ser realizada anualmente na segunda quinzena do mês de novembro.

<u>LEI 4926/14 DE 07/11/2014 - FESTA DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS -</u> VEREADOR JOAO VIDAL Institui a FESTA DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS da Paróquia Santíssima Trindade

LEI Nº 5.017, DE 17/07/2015 - FESTA DE CRISTO REI – Vereador Paulo Miranda

AVENIDA TIRADENTES,520-CEP 12030-180 - TELEFONE-PABX (0XX12) 3625.5000 - TELEFONE (0XX12) 3625.5010/5011



Passa a fazer parte do Calendário Oficial de datas e eventos do município a Festa de Cristo Rei a ser realizada anualmente no mês de novembro na Igreja Cristo Rei no Bairro da emecal.

### <u>LEI 4.403, DE 30 DE SETEMBRO DE 2010 - DIA DO COBRADOR DE TRANSPORTE PÚBLICO - Vereador Jeferson Campos</u>

Art. 1° Fica instituído, no município de Taubaté, o dia do Cobrador de Transporte Público, a ser comemorado, anualmente, no dia 18 de novembro. Art 2° As despesas com execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Art. 3° Esta lei entrará e vigor na data de sua publicação.

## <u>LEI Nº 2.622/92 - DIA MUNICIPAL DO ESPORTE CLUBE TAUBATÉ - 1º DE NOVEMBRO - SEMANA EVANGÉLICA</u>

Paragrafo único: a liturgia dos cultos ficara ao encargo dos ministros evangélicos credenciados e designados pelo conselhode Pastores Evangélicos. Art 3º – a programação da semana evangélica será realizada pelo DECE da PM de Taubate e uma comissão constituída por um representante de cada igreja evangélica existente no município.

## <u>LEI 5169 – 15/04/2016 – DIA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E DE CONTROLE DO DIABETES MELLITUS – a ser comemorado</u>

<u>no dia 14 de novembro.</u> Institui o dia 14 de novembro como o dia Municipal de Prevenção e de controle do diabetes Mellitus, que passa a integrar o calendário oficial de eventos .

<u>LEI Nº 5.410, DE 28/05/2018</u> – Inclui no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté, o Congresso UFADET, pertencente à Igreja Assembleia de Deus Ministério de Taubaté, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ FAZ SABER que a Camara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei: Art. 1º Passa a fazer parte do Calendário Oficial de Datas e Eventos do município de Taubaté, o Congresso UFADET, pertencente à Igreja Assembleia de Deus Ministério de Taubaté, a ser realizado anualmente durante a Semana Evangélica, instituída pela Lei nº 2.622, de 19 de março de 1992.

#### DEZEMBRO

#### LEI 5.266 DE 19 DE MAIO DE 2017 – CANTATA NATALINA DO 5º BPM/I DE TAUBATÉ

Art 1° – passa a fazer parte do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté a Cantata Natalina do 5° BPM/I, a ser realizada anualmente no mês de dezembro na Avenida Independência, em frente à sede do mesmo. Art. 2° Opoder Executivo Municipal poderá apoiar, nos termos da lei, o evento.

<u>COMEMORAÇÕES DE ANIVERSÁRIO DA CIDADE -</u> Aniversário da Cidade: 05 de Dezembro. Comemora-se o aniversário da cidade, sendo promovidos eventos diversos, como: shows musicais, apresentação da Fanfarra Municipal, apresentação deorquestras e corais.

<u>LEI 4959/14 – DE 30/12/2014 - SEMANA DA CIDADE -</u> VEREADOR NUNES COELHO - PERIODO DE 29/11 A 05/12

#### DIA DO TAUBATEANO - DIA 05 DE DEZEMBRO.

DIA MUNDIAL DE LUTA POR SEGURANÇA E DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS



<u>HUMANOS</u> - Decreto-Lei 4.264/09 de 27 de agosto de 2009.

## <u>LEI 2489 – 13/12/89 – CONCURSO DE FANFARRAS DE BANDAS MARCIAIS – COFABAM - Vereador Abimael Araújo</u>

Fica incluso no calendário Oficial as comemorações cívicas, culturais e artísticas do município o concurso a ser realizado anualmente no primeiro domingo de dezembro.

<u>LEI Nº 5.052, DE 28 DE AGOSTO DE 2015 - FESTIVAL DA VIOLA CAIPIRA -</u> Projeto de Lei de autoria do Prefeito Municipal .Institui o Festival da Viola Caipira do Município de Taubaté, na cidade de Taubaté.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei: Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial da Cidade o Festival da Viola Caipira do Município de Taubaté, que será realizado sempre na primeira semana de dezembro, cujas datas dos festejos serão previamente estabelecidas e amplamente divulgadas pela municipalidade.

Art. 2º O Festival da Viola Caipira do Município de Taubaté será coordenado pela Secretaria de Turismo e Cultura do município, onde poderão ser realizados concursos culturais, concedidas possíveis premiações, respeitadas as normas dispostas na Lei Federal 8666/1993.

Art. 3º Os atos indispensáveis para a realização do referido festejo serão regulamentados pelo Poder Executivo, em trinta dias, a contar da data de publicação desta Lei.

#### <u>LEI 5148/16 – DE16/02/2016 – FESTA DE SANTA LUZIA"</u> - Vereadora: Gorete

Passa a fazer parte do calendário oficial de datas e eventos do município a celebração denominada FESTA DE SANTA LUZIA, a ser realizada anualmente no mês de dezembro na Paróquia Santa Luzia.

<u>LEI 5150/16 – 17/02/2016 – DIA MUNICIPAL DE COMBATE A CORRUPÇÃO -</u> Vereador Diego Fonseca – A ser comemoradono dia 09 de dezembro.

#### LEI Nº 5394, DE 03 DE ABRIL DE 2018 - Vereadora Maria das Graças Gonçalves

Inclui no Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté as festas religiosas dos Sertões de Taubaté.

- O PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei: Art. 1º Passam a fazer parte do Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté as festas religiosas dos Sertões de Taubaté:
- Festa de São José bairro do Pinheirinho, a ser realizada anualmente na terceira semana do mês de março;
- II Festa de Santo Cruzeiro bairro das Caieiras, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de abril;
   III Festa do Santo Expedito bairro Vila Caetano, a ser realizada anualmente na terceira semana do mês de abril;
   IV Festa de Santa Cruz bairro Mangalot, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de maio:
- V Festa de Santa Cruz bairro Pedra Grande, a ser realizada anualmente na terceira semana do mês de maio; VI Festa da Pamonha bairro Registro, a ser realizada anualmente na terceira semana do mês de maio;
- VII Festa de Santa Rita de Cássia bairro Pinhão do Borba, a ser realizada anualmente na terceira semana do mês demaio;
- VIII Festa do Divino Espírito Santo bairro Vila Caetano, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês dejunho;
- IX Festa de Santo Antônio bairro Água Grande, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de junho; X -Festa do Divino Espírito Santo bairro do Registro, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de junho;
- XI Festa de Santa Cruz bairro do Barreiro II, a ser realizada anualmente na terceira semana do mês de junho;
  - XII Festa de São João Batista bairro São João do Macuco, a ser realizada anualmente na quarta semana do mês dejunho;
  - XIII Encontro de Bandeiras do Divino bairro Freguesia, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de julho;XIV Festa do Padroeiro São Pedro bairro do Barreiro, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de



julho; XV - Festa de São Cristóvão – bairro Pedra Negra, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de julho; XVI - Festa de São Camilo – bairro Antiga Granja Piloto, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de julho; XVII - Festa do Bom Jesus do Horto – bairro do Registro, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de agosto; XVIII - Festa do Padroeiro Bom Jesus – bairro do Ipiranga, a ser realizada anualmente na terceira semana do mês de agosto;

- XIX Festa do Bom Jesus bairro das Caieiras, a ser realizada anualmente na terceira semana do mês de agosto;
- Festa de Santa Cruz bairro Ribeirão das Almas, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de setembro;
   XXI. Festa de Nossa Senhora dos Remédios bairro dos Remédios, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de setembro;
  - XXII Festa de Nossa Senhora da Piedade bairro Carapeva, a ser realizada anualmente na terceira semana do mês desetembro;
  - XXIII Festa de Santa Cruz bairro da Água Grande, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de setembro; XXIV Festa da Nossa Senhora do Bom Parto bairro Sete Voltas, a ser realizada anualmente na quarta semana do mês desetembro;
- XXV Festa de Santa Cruz bairro do Pinhal, a ser realizada anualmente na quarta semana do mês de setembro;
  - XXVI Festa de Nossa Senhora Aparecida bairro Pedra Negra, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês deoutubro;
  - XXVII Festa de São Francisco de Assis bairro Monjolinho, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês deoutubro:
  - XXVIII Festa de São Francisco de Assis bairro Vila Velha, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês deoutubro:
  - XXIX Festa de São Francisco de Assis bairro Vila Caetano, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês deoutubro;
  - XXX Festa de São João Paulo II bairro do Registro, a ser realizada anualmente na terceira semana do mês de outubro; XXXI Festa de São Judas Tadeu bairro Chácara Ingrid, a ser realizada anualmente na quarta semana do mês de outubro; XXXII Festa de Nossa Senhora Aparecida bairro Pouso Frio, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês denovembro;
  - XXXIII Festa de Nossa Senhora das Graças bairro Pinhão do Borba, a ser realizada anualmente na terceira semana domês de novembro;
  - XXXIV Festa de Santa Luzia bairro Santa Luzia Rural, a ser realizada anualmente na terceira semana do mês denovembro:
  - XXXV Festa da Imaculada Conceição bairro do Pinhão do Una, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de dezembro; XXXVI Festa da Imaculada Conceição bairro do Registro, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de dezembro.

<u>LEI Nº 5428, DE 10 DE JULHO DE 2018</u> - Dispõe sobre a fixação de critério para instituição de datas comemorativas no município de Taubaté.

**LEI N° 5.474, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019** — Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de protetor higiênico descartável e reciclável para assento sanitário em locais privados que possuam banheiros públicos, e dá outras providências. Art. 1° Fica estabelecido que os banheiros de uso público em entidades particulares no município de Taubaté deverão proporcionar aos usuários, protetor higiênico descartável de assento do vaso sanitário. § 1° O protetor higiênico descartável citado no caput deste artigo pode ser em papel ou plástico reciclável.

#### DECRETOS:

### <u>DECRETO LEI 528/16 – DIA DO COMANDO DE AVIAÇÃO DO EXEERCITO -</u> VEREADOR SALVADOR SOARES

A câmara Taubaté poderá reunir-se anualmente na semana do dia 03 de setembro em comemoração ao Dia do Comandode Aviação do Exercito

#### **DECRETO 529/16 – SEMANA NACIONAL DA FAMILIA -** Vereador João Vidal

Fica instuida Conferencia Temática Anual para estudo, reflexão e debate sobre o tema da Semana Nacional da Família, celebrada pela Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Em data



concomitante à estipulada pela Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil para celebração da Semana Nacional da Família.

LEI Nº 5.394, DE 03/04/2018 - Vereadora Maria das Graças Gonçalves

EMENDAS: EMENI

A Câmara de Taubaté aprova e a mesa promulga a seguinte emenda à Lei Orgânica do Município de Taubaté, nos termos do paragrafo 2 do seu artigo 26:

Art. 1º O artigo 168 da Lei Orgânica do Município de Taubaté passa a vigorar acrescido do inciso XVIII, com a seguinteredação:

"Art. 168...

..

XVIII – A Fanfarra Municipal de Taubaté (FAMUTA)

DECRETO Nº 14.188, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

APROVA TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVODÊNCIAS

ANEXA AO DECRETO Nº 6.510 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990.

LEI Nº 5488, DE 11 DE JUNHO DE 2019 Autoria: Vereador Diego Fonseca Institui o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté. O PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei: Art. 1º Esta Lei consolida a legislação municipal que dispõe sobre datas comemorativas e institui o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté. Art. 2º Integram o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Taubaté, as datas comemoradas e os eventos realizados anualmente: I - em janeiro: a) Dia do Enxadrista, no dia 23; b) Festa do venerável São Sebastião, na segunda e terceira semanas. II - em fevereiro, a Prova Pedestre "Giro Di Quiririm". III - em março: a) Encontro Municipal de Grupos de Capoeira, no dia 4; b) Abolição da Escravatura no Município de Taubaté, no dia 4; c) Dia Municipal Dokmos em Ação da igreja Fonte da Vida, no dia 5; d) Semana da Mulher, na semana que inclui o dia 8; e) Dia da Apresentadora Hebe Camargo, nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, no dia 8; f) Dia do Artista Plástico, no dia 8; g) Semana Municipal de Atletismo Esportista Zildo Bueno, no dia 9; h) Semana Fêgo Camargo, no período de 14 a 19; i) Semana da Compreensão Mundial, nos dias 19 a 25; j) Dia Municipal do Grafite, dia 27; k) Dia das Merendeiras, dia 31; l) Dia da Cultura Racional, no segundo domingo; m) Festa de São José, no bairro do Pinheirinho, na terceira semana; n) Semana Municipal de Alimentação Saudável, na última semana; o) Semana Municipal da Biblioteca; p) Campeonato Paulista de Rally de Velocidade, promovido pela PRORALLY; q) Corrida Pedestre General Salgado, promovida pelo 5º Batalhão de Polícia Militar do Interior – 5º BPM-I. IV - em abril: a) Semana Municipal de Conscientização do Autismo, a partir do dia 2; b) Semana Municipal de Combate ao Alcoolismo, na segunda semana; c) Festa de Santo Cruzeiro, no bairro das Caieiras, na segunda semana; d) Semana Amácio Mazzaropi, na segunda semana; AVENIDA <u>TIRADENTES, 520 - CEP</u> <u>12.030-180 - TELEFONE PABX (0XX12) 3625.5000 Prefeitura</u> Municipal de Taubaté Estado de São Paulo e) Semana Monteiro Lobato, na primeira semana da segunda quinzena; f) Festa do Santo Expedito, no bairro Vila Caetano, na terceira semana; g) Dia do Exército Brasileiro, no dia 19; h) Dia do "Drift Trike", no dia 21; i) Dia Municipal do Choro, no dia 23; j) Semana de Conscientização e Prevenção à Alienação Parental, incluindo o dia 25; k) Dia da Empregada Doméstica, no dia 27; l) Dia de Yonezawa, cidade-irmã de Taubaté, no dia 29; m) Dia da Comunidade Italiana, no dia 30; n) Festa do Imigrante Italiano, no dia 30; o) Festival Internacional de Teatro de Sombras, promovido pela Cia. Quase Cinema, na última semana; p) Dia Municipal do Nordestino, na última segunda-feira; q) Corrida do Sindicato dos Contabilistas. V - em maio: a) Corrida de Pedestre de 1º de Maio, promovida pela Paróquia de São José Operário; b) Festa de 1º de Maio do Sindicato dos Trabalhadores,



promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região; c) Semana "Airton Senna da Silva" na primeira semana; d) Semana Municipal da Segurança e Saúde do Trabalho, na primeira semana; e) Festa de Santa Cruz, no bairro Mangalot, na primeira semana; f) Dia da Educação Profissional, no dia 4; g) Dia do Balé da Cidade de Taubaté, no dia 5; h) Término da Segunda Guerra Mundial e Dia da Vitória da Força Expedicionária Brasileira, entre os dias 5 e 8; i) Dia Municipal da Lembrança, no dia 8; j) Semana de Artes Plásticas José

Luiz da Costa Ferreira, na semana do dia 8; k) Semana Educativa do Trânsito, na primeira quinzena; l) Semana do Excluído, na segunda semana; m) Dia Municipal do Líder Comunitário Taubateano, na segunda semana; n) Semana da Cidadania e Segurança, no período de 10 a 16; o) Dia Municipal da Fibromialgia, no dia 12; p) Semana do Tropeiro, na terceira semana; q) Festa de Santa Cruz, no bairro Pedra Grande, na terceira semana; r) Festa da Pamonha, no bairro do Registro, na terceira semana; s) Festa de Santa Rita de Cássia, no bairro Pinhão do Borba, na terceira semana; t) Semana Municipal da Criança e do Adolescente, na terceira semana; u) Semana Municipal de Adoção, no período de 19 a 25; v) Dia Municipal da Defensoria Pública, no dia 19; w) Dia do Soldado Constitucionalista, no dia 23; x) Dia do Metodismo Wesleyano, no dia 24; y) Semana Municipal de Diagnóstico e Prevenção à Cegueira por Catarata, Glaucoma, Descolamento de Retina e outras doenças oftalmológicas, na semana do dia 26; z) Dia Municipal da Integridade, no dia 31; aa) Dia do Gerente de Cidade, no dia 31; AVENIDA TIRADENTES, 520 – CEP 12.030-180 – TELEFONE PABX (0XX12)

3625.5000 Prefeitura Municipal de Taubaté Estado de São Paulo ab) Festa de Santa Rita de Cássia, na Vila Marli, promovida pela Paróquia Santíssima Trindade, na Vila Nossa Senhora das Graças; ac) Congresso Fonte de Prodígios, promovido pela Igreja Missionária Fonte de Prodígios; ad) Festa da Padroeira, no Santuário São Benedito no Bairro da Estiva, promovida pela Paróquia Nossa Senhora Mãe da Igreja; ae) Festa de Nossa Senhora do Belém, promovida pela Paróquia de Nossa Senhora do Belém; af) Dia do Gari. VI - em junho: a) Semana Municipal de Reciclagem do Lixo, na primeira semana; b) Festa do Divino Espírito Santo, no bairro Vila Caetano, na primeira semana; c) Festa de Santo Antonio, no bairro Água Grande, na primeira semana; d) Mutirão de Recolhimento do Lixo Eletrônico, na primeira quinzena; e) Dia Municipal do Rio Paraíba do Sul, no dia 5; f) Dia Municipal do Reciclador - Agente Ambiental, no dia 5; g) Dia da Presença Dehoniana em Taubaté, no dia 8; h) Semana do Comerciário Taubateano, patrocinada pela Associação dos Empregados no Comércio de Taubaté, na segunda semana; i) Festa do Divino Espírito Santo, no bairro do Registro, na segunda semana; j) Dia Municipal de Conscientização da Cardiopatia Congênita, no dia 12; k) Festa de Santa Cruz, no bairro do Barreiro II, na terceira semana; l) Festa de São João Batista, no bairro São João do Macuco, na quarta semana; m) Dia Municipal do Handebol Taubateano, no dia 23; n) Dia Olímpico, no dia 23; o) Semana Sangue Bom – Marcela Nogarotto, nos dias 24 a 30; p) Dia do Policial Militar Evangélico, no dia 25; q) Dia Municipal de Combate ao Vitiligo, no dia 25; r) Festa de São João irmão de São José, no Largo da Inconfidência - Vila São José, no último final de semana; s) Dia Municipal do Ciclista, no último domingo; t) Dia do Aeromodelismo, no dia 30; u) Festa de São João Batista, no Alto de São João; v) Festa Junina do Bairro Santa Fé - SANFEST; w) Festa do Sagrado Coração de Jesus, promovida pela Paróquia Sagrado Coração de Jesus, da Diocese de Taubaté; x) Festa Junina do Movimento de Cursilhos de Cristandade da Diocese de Taubaté, na Casa de Cursilhos de Taubaté; y) Festa do FEJUSHA – Festa Junina do Shalom, promovida pelo Movimento Shalom; z) Festa de São Luiz Gonzaga, Padroeiro e Patrono da Juventude, na Paróquia Espírito Santo; aa) Festa de Santo Antonio e Santa Cruz, Padroeiro da comunidade, no Bairro do Paiol – Estrada Municipal Alfredo dos Santos; ab) Festa de Santa Isabel, no bairro da Estiva, promovida pela Igreja Santa Isabel, entre os meses de junho e julho. AVENIDA TIRADENTES, 520 - CEP <u>12.030-180 - TELEFONE PABX (0XX12) 362</u>5.5000

Prefeitura Municipal de Taubaté Estado de São Paulo VII - em julho: a) Encontro de Bandeiras do Divino, no bairro da Freguesia, na primeira semana; b) Festa do Padroeiro São Pedro, no bairro do Barreiro, na primeira semana; c) Festa de São Cristovão, no bairro Pedra Negra, na primeira semana; d) Semana do Consumidor, no período de 9 a 16; e) Festa de São Camilo, no bairro Antiga Granja Piloto, na segunda semana; f) Dia Municipal do Meio Ambiente, no segundo domingo; g) Semana do Sertanejo, com encerramento no dia 18; h) Dia Municipal do Tatuador, no dia 20; i) Semana da Confraternização da UMADET – União da Mocidade da Assembleia de



Deus, Ministério de Taubaté, na terceira semana; j) Dia do Campeonato Municipal de Skate, no Parque Municipal do Jardim das Nações, no terceiro domingo; k) Semana Doutor Jaurés Guisard, na última semana; l) Dia Municipal da Cultura e da Paz, no dia 25; m) Dia Municipal do Taxista, no dia 25; n) Semana dos Avós, na semana do dia 26; o) Semana de Prevenção e Combate ao Diabetes Infantil em alunos do primeiro ao quarto ano da rede pública municipal de ensino; p) Celebração "O Cerco de Jericó", no Parque Ipanema, promovida pela Paróquia de São Sebastião; q) Festa de São Benedito, no Bairro da Estiva, no Santuário de São Benedito; r) Festa da União da Mocidade da Assembleia de Deus em Taubaté – UMADET, promovida pela Igreja Evangélica Assembleia de Deus – Ministério Madureira. VIII - em agosto: a) Semana Municipal de Incentivo ao Aleitamento Materno, na primeira semana; b) Semana Municipal da Gestão Pública, na primeira semana; c) Festa do Bom Jesus do Horto, no bairro do Registro, na primeira semana; d) Dia Municipal do Figureiro, no dia 5; e) Dia do Evangélico, na segunda sexta-feira; f) Dia do Estudante, no dia 11; g) Semana do Folclore, na segunda semana; h) Festa do Padroeiro Bom Jesus, no bairro do Ipiranga, na terceira semana; i) Festa do Bom Jesus, no bairro das Caieiras, na terceira semana; j) Dia da Volkswagen de Taubaté, no terceiro domingo; k) Dia Municipal das Equipes de Nossa Senhora

- ENS, no dia 21; l) Semana de Prevenção às Deficiências, no período de 21 a 28; m) Dia do Artista, no dia 24; n) Dia Municipal do Psicólogo, no dia 27; o) Dia Municipal do Corretor de Imóveis de Taubaté, no dia 27; p) Semana de Conscientização contra o Assédio Moral, na última semana; q) Dia do Calor Humano, no último sábado; r) Festa de Santa Fé, no Bairro Santa Fé, promovida pela Igreja de Santa Fé; s) Mês da Doação de Sangue, o Agosto Vermelho.

<u>AVENIDA TIRADENTES, 520 – CEP 12.030-180 – TELEFONE PABX (0XX12) 3625.5000 Prefeitura Municipal de Taubaté</u>

Estado de São Paulo IX - em setembro: a) Semana do Jovem Empreendedor, na primeira quinzena; b) Semana Municipal de Prevenção da Saúde Masculina, na segunda semana; c) Dia do Médico Veterinário, na segunda semana; d) Festa de Santa Cruz, no bairro Ribeirão das Almas, na segunda semana; e) Festa de Nossa Senhora dos Remédios, no bairro dos Remédios, na segunda semana; f) Festa de Santa Cruz, no bairro da Água Grande, na segunda semana; g) Dia Municipal de Defesa das Prerrogativas da Advocacia Taubateana, no dia 10; h) Dia do Cliente, no dia 15; i) Semana Sociocultural Cristã, na segunda quinzena; j) Dia Municipal da Paz, no dia 19; k) Dia do Ensino Superior, no dia 20; l) Evento Não Morra Sem Jesus, incluindo a comemoração do Dia Municipal da Marcha para o Senhor Jesus Cristo, na terceira semana; m) Festa de Nossa Senhora da Piedade, no bairro Carapeva, na terceira semana; n) Dia Municipal de Luta da Pessoa com Deficiência, no dia 21; o) Festa de Nossa Senhora do Bom Parto, no bairro Sete Voltas, na quarta semana; p) Festa de Santa Cruz, no bairro do Pinhal, na quarta semana; q) Dia Municipal Sem Uso do Carro, no dia 22; r) Corrida de São Vicente, promovida pela Paróquia São Vicente de Paulo, no quarto domingo; s) Semana Municipal do Idoso, no período de 25 de setembro a 1º de outubro; t) Dia do Ancião, no dia 27; u) Dia Municipal dos Vicentinos, no dia 27; v) Semana de Doação de Órgãos; w) Caminhada Animal, na última semana; x) Semana Municipal da Leitura, na última semana; y) Festival Gastronômico Rural, no último final de semana; z) Festa de Santa Cruz, no Bairro da Estiva, promovida pela Igreja de Santa Cruz; aa) Festa do Menino Jesus de Praga, no Bairro Vila Costa, promovida pela Igreja Menino Jesus; ab) FLIT Monteiro Lobato - Feira Literária Infantil de Taubaté; X - em outubro: a) Festa de Nossa Senhora Aparecida, no bairro Pedra Negra, na primeira semana; b) Festa de São Francisco de Assis, no bairro Monjolinho, na primeira semana; c) Festa de São Francisco de Assis, no bairro Vila Velha, na primeira semana; d) Festa de São Francisco de Assis, no bairro Vila Caetano, na primeira semana; e) Semana da Pessoa Idosa, na semana que inclui o dia 1°; f) Dia do Trovador Taubateano, no dia 4, coincidindo com o dia de São Francisco de Assis, padroeiro de Taubaté; g) Dia Municipal dos Animais, no dia 4; h) Semana de Conscientização à Proteção de Animais, na primeira semana; i) Semana Municipal de Defesa e Promoção da Vida, no período de 6 a 12; j) Dia Municipal do CONSEG - Conselho Comunitário de Segurança de Taubaté, no dia 7; AVENIDA



#### TIRADENTES, 520 - CEP 12.030-180 - TELEFONE PABX (0XX12) 3625.5000

Prefeitura Municipal de Taubaté Estado de São Paulo k) Dia do Nascituro, no dia 8; l) Dia Municipal em Defesa da Vida, no dia 8; m) Semana Cultural da História em Quadrinhos no Município de Taubaté, no período de 11 a 17, coincidindo com o dia do pioneirismo; n) Dia do Corretor de Seguros, no dia 12; o) Dia do Fisioterapeuta, no dia 13; p) Festa de São João Paulo II, no bairro do Registro, na terceira semana; q) Semana de Combate à Fome e à Desnutrição "Josué de Castro", com encerramento no dia 16; r) Dia de Valorização do Policial Civil, no dia 16; s) Dia do Desarmamento Infantil, no dia 18; t) Semana Municipal de Higiene e Saúde Pública e Ocupacional "Doutor René Rachou – Médico Sanitarista" - no período que inclui o dia 18; u) Dia do Combate e Prevenção ao Crack, no dia 19; v) Festa de São Judas Tadeu, no bairro Chácara Ingrid, na quarta semana; w) Semana Municipal da Família, na semana do dia 21; x) Dia Municipal das Pessoas com Síndrome de Down, no dia 24; y) Festa de Frei Galvão na Comunidade Eclesial Frei Galvão, na Chácara Silvestre, promovida pela Paróquia São Vicente de Paulo, no dia 25; z) Dia do Judô, no dia 28; aa) Semana Municipal de Incentivo a Doação de Medula Óssea, no período de 25 a 31; ab) Semana Municipal de Seguridade Social, na última semana; ac) Dia Municipal da Reforma Protestante, no dia 31; ad) Dia da Família; ae) Mês da Prevenção ao Câncer de Mama; af) Festa de São Geraldo Majela, no Bairro Parque Aeroporto, promovida pela Igreja São Geraldo Majela; ag) Semana Municipal de Combate à Obesidade Infantil; ah) Festa de Nossa Senhora Aparecida, no bairro da Gurilândia, na Capela Nossa Senhora Aparecida; ai) Festa de São Judas Tadeu, na comunidade Granjas Rurais Reunidas São Judas Tadeu. XI em novembro: a) Dia do Profissional da Beleza, na primeira semana; b) Festa de Nossa Senhora Aparecida, no bairro do Pouso Frio, na primeira semana; c) Retiro Espiritual Enxugando as Lágrimas de Cristo, na segunda quinzena; d) Dia Municipal do Esporte Clube Taubaté, no dia 1°; e) Dia Municipal do Técnico em Radiologia Médica, no dia 8; f) Dia Municipal da Prevenção e de Controle do Diabetes Mellitus – Lundwing Gomes Santana, no dia 14; g) Dia Municipal do Ostomizado, no dia 16; h) Festa de Nossa Senhora das Graças, no bairro Pinhão do Borba, na terceira semana; i) Festa de Santa Luzia, no bairro de Santa Luzia Rural, na terceira semana; j) Dia do Cobrador de Transporte Público, no dia 18; k) Semana de Doação de Sangue no Município, no período de 19 a 25; AVENIDA TIRADENTES, 520 – CEP 12.030-180 – TELEFONE PABX (0XX12) 3625.5000 Prefeitura Municipal de Taubaté Estado de São Paulo 1) Semana Evangélica incluindo a realização do Congresso UFADET, pertencente à Igreja Assembleia de Deus Ministério de Taubaté, na última semana; m) Semana Municipal de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata, a partir do dia 27; n) Semana da Cidade, de 29 de novembro a 5 de dezembro; o) Festa de Nossa Senhora das Graças, na Comunidade da Vila das Graças, promovida pela Paróquia da Santíssima Trindade; p) Festa de Cristo Rei, no bairro Emecal, promovida pela Igreja Cristo Rei. XII - em dezembro: a) Festival da Viola Caipira do Município de Taubaté, na primeira semana; b) Festa da Imaculada Conceição, no bairro Pinhão do Una, na primeira semana; c) Dia do Taubateano, no dia 5; d) Data em que o Povoado de Taubaté foi elevado à categoria de Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté, no dia 5; e) Concurso de Fanfarras e Bandas Marciais - COFABAM - no primeiro domingo; f) Festa da Imaculada Conceição, no bairro do Registro,

na segunda semana; g) Dia Municipal de Combate à Corrupção, no dia 9; h) Dia do Engenheiro, no dia 11; i) Dia Municipal de Luta por Segurança; j) Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos; k) Festa de Santa Luzia, no bairro de Santa Luzia, promovida pela Paróquia de Santa Luzia; 1) Cantata Natalina do 5º BPM-I - Batalhão de Polícia Militar do Interior - General Salgado. XIII - em datas móveis: a) Desfile do Bloco Vai Quem Quer, como abertura oficial do Carnaval de Taubaté, no sábado anterior ao sábado do carnaval; b) Festa "Cristofolia", promovida pela Diocese de Taubaté, no sábado que antecede ao carnaval; c) Desfile Carnavalesco do Bloco do Mirante, no Parque Três Marias, no sábado que antecede o carnaval; d) Rebanhão de Carnaval, promovido pela Igreja Católica da Diocese de Taubaté, no período do carnaval; e) Encenação da Paixão de Cristo, promovida pelo Grupo de Teatro Atores da Fé, da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, no período da Semana Santa; f) Festas do Divino Espírito Santo, realizadas pelas comunidades religiosas de Taubaté, por ocasião da Festa de Pentecostes; g) Festa do Divino, no Parque Três Marias, promovida pela Paróquia de São Vicente de Paulo, por ocasião da Festa de Pentecostes; h) Festa do Divino, na Igreja São João Batista, no Alto de São João, promovida pela Paróquia de Santa Terezinha, por ocasião da Festa de Pentecostes; i) Festa do Divino Espírito Santo, na Comunidade de Santo Agostinho, da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Distrito de Quiririm, no domingo de Pentecostes; j) Semana da Saúde, no primeiro semestre; k) Movimento Taubaté Auto Show, no último domingo de cada mês. AVENIDA TIRADENTES, 520 – CEP 12.030-180 – TELEFONE PABX (0XX12) 3625.5000 Prefeitura Municipal de Taubaté Estado de São Paulo Art. 3º



Integram também o Calendário Oficial de Datas e Eventos: I - a Festa de Nossa Senhora Aparecida, promovida pela Comunidade Religiosa de Nossa Senhora Aparecida, da Paróquia da Santíssima Trindade; II - a Festa Sertaneja, promovida pela Paróquia Nossa Senhora da Conceição, no Quiririm; III - a Feira de Quadrinhos no município de Taubaté; IV - o Festival de Cinema denominado "Festival de Comédias Amácio Mazzaropi"; V - a Festa do Imigrante Italiano no Distrito de Quiririm; VI - o Vale em Canto; VII - o Festival Nacional de Música e Literatura; VIII - a Semana Esportiva para Portadores de Deficiência; IX - a Semana Educativa de Defesa Civil; X - o Carnaval.